

No caminho com Maiakóvski

Na primeira noite eles se aproximam  
E colhem uma flor de nosso jardim  
E não dizemos nada.

Na segunda noite já não se escondem pisam  
as flores, matam nosso cão.

E não dizemos nada.

Até que um dia o mais frágil deles

Entra sozinho em nossa casa,

Rouba-nos a lua, e conhecendo nosso medo

Arranca-nos a voz da garganta.

E porque não dissemos nada,

Já não podemos dizer nada.

Eduardo Alves da Costa

Esta nova edição do livro "Espaço e Movimentos Reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu" encontra justificativa nos seguintes fatos: na importância do tema, na medida em que constitui a primeira dissertação de mestrado sobre movimentos reivindicatórios no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ; na atuação do movimento em extensa área da atual Baixada Fluminense, que abrigava considerável contingente populacional de trabalhadores; na adesão da Igreja Católica progressista sob o comando do Bispo Dom Adriano Hypólito, apoiador das lutas do povo; na conjuntura da ditadura militar.

Na medida em que os sindicatos dos trabalhadores se encontravam sob intervenção militar, os partidos políticos voltaram suas ações para o espaço de moradia dos trabalhadores. Nesse contexto, o Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB), objeto deste livro, se revelou um dos mais importantes da história do Rio de Janeiro.

Na condição de pesquisadora, além de participar de várias assembleias gerais, manifestações e pesquisas nos bairros, no momento em que o movimento se transformava, tive a oportunidade de participar dos debates emancipatórios de alguns municípios, como Belford Roxo e Mesquita.

Cabe esclarecer que, além da importância do tema, esta edição também se justifica porque a primeira surgiu em condições técnicas arcaicas, num tempo em que só havia máquina de escrever manual e os mapas eram feitos à mão.

Por último, e mais importante, fazer uma nova edição significa contribuir para manter viva a memória histórica da população da Baixada Fluminense, para que os filhos dessa terra, os Juniors e Tatianas das Catias, os Fabrícios e Fabianos das Claudias, as Gabrielas das Elaines, as Úrsulas das Nadirces, os filhos das Tatianas criados pelas Kellys e os Vitors Hugos das Mônicas, conheçam suas origens. Em suma, para que esses jovens saibam dos difíceis tempos que suas mães, mulheres lutadoras, que eu conheci na época do movimento e acompanhei durante algum tempo, viveram nessa época, nessa terra, juntamente com a maioria da população pobre da Baixada. Em suma, para que as gerações presentes e futuras saibam que seus ancestrais participaram de intensos momentos de reivindicação para legar a seus filhos um território com mais cidadania e direitos.

O resgate da história desse livro é importante para se tomar consciência de que existiu na Baixada Fluminense um forte movimento de resistência, o que não significa que seus problemas foram resolvidos, nem que governos corruptos deixaram de serem eleitos. O importante é que a população se organizou para discutir seus problemas e foi à luta. Que essa rica experiência proporcionada pelo MAB possa estimular novos movimentos reivindicatórios no atual cenário predominantemente conservador da Baixada Fluminense.

Júlia Adão Bernardes

Professora do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia da UFRJ

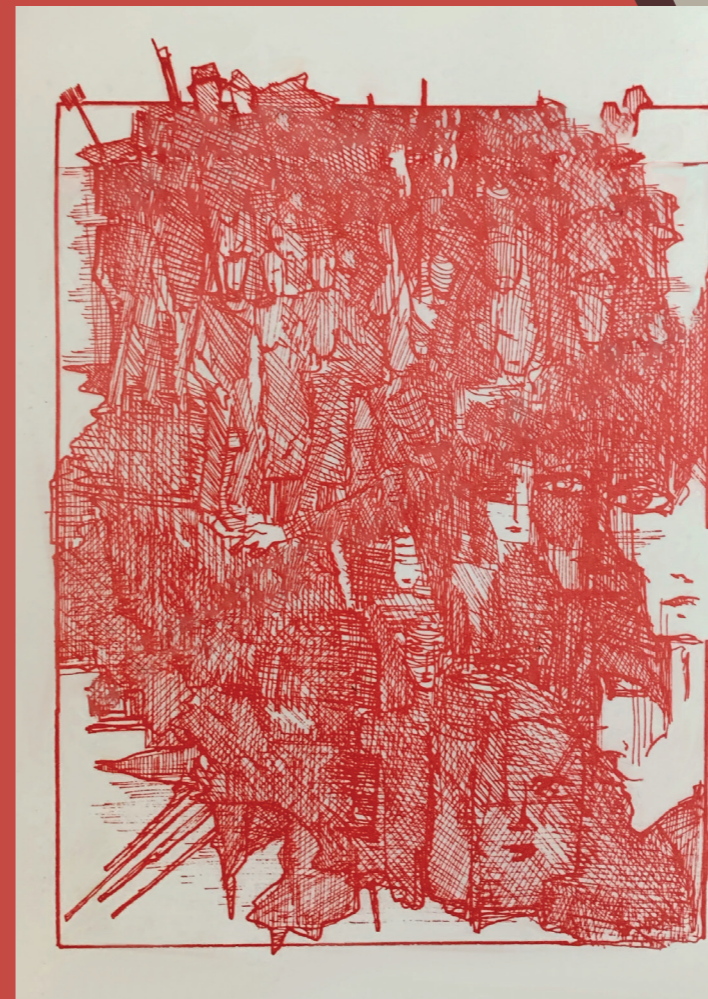
Coordenadora do Núcleo de  
Estudos Geoambientais (NUCLAMB-UFRJ)



JÚLIA ADÃO BERNARDES

Espaço e Movimentos Reivindicatórios: "o caso de Nova Iguaçu"

# ESPAÇO & MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS



LUTAS ANTICAPITAL

"O CASO DE NOVA IGUAÇU"

JÚLIA  
ADÃO  
BERNARDES



LUTAS ANTICAPITAL

ISBN 978-658540424-2



9 786585 404242

JÚLIA ADÃO BERNARDES

ESPAÇO E MOVIMENTOS  
REIVINDICATÓRIOS:  
"O CASO DE NOVA IGUAÇU"



JÚLIA ADÃO BERNARDES

ESPAÇO E MOVIMENTOS  
REIVINDICATÓRIOS:  
"O CASO DE NOVA IGUAÇU"



LUTAS ANTICAPITAL

Marília, São Paulo

2024



## LUTAS ANTICAPITAL

Texto revisado segundo o novo  
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

**Editor:** Julio Okumura

### **Membros do Conselho Editorial**

Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina)  
Bruna Vasconcellos (UFABC)  
Candido Giraldez Vieitez (UNESP)  
Claudia Sabia (UNESP)  
Dario Azzellini (Cornell University - Estados Unidos)  
Édi Benini (UFT)  
Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP)  
Henrique Tahan Novaes (UNESP)  
Júlio César Torres (UNESP)  
Lais Fraga (UNICAMP)  
Maurício Sardá de Faria (UFRPE)  
Mauro Iasi (UFRJ)  
Neusa Maria Dal Ri (UNESP)  
Paulo Alves de Lima Filho (FATEC)  
Renato Dagnino (UNICAMP)  
Rogério Fernandes Macedo (UFVJM)  
Tania Brabo (UNESP)

**Projeto Gráfico, diagramação e capa:** Manuela Sanchez  
**Ilustração da capa:** Aldo Victório

Bernardes, Júlia Adão.

B522e Espaço e movimentos reivindicatórios: "o caso de Nova Iguaçu". –  
Marília : Lutas Anticapital, 2024.  
172 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85404-24-2

1. Geografia humana. 2. Movimentos sociais – Nova Iguaçu (RJ).  
3. Nova Iguaçu – Condições sociais. I. Título.

CDD 301.33

André Sávio Craveiro Bueno – Bibliotecário  
CRB 8/8211  
Unesp - Faculdade de Filosofia e Ciências

@editora\_lutas\_anticapital

(14) 99754-1818

editora@lutasanticapital.com.br

# ESPAÇO E MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS: "O CASO DE NOVA IGUAÇU"

MAPA Nº 1



JÚLIA ADÃO BERNARDES



# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	9
PREFÁCIO .....	11
PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO .....	17
I - REFERENCIAL TEÓRICO .....	23
II - OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DO CONFLITO EM NOVA IGUAÇU .....	31
1. As Pré-Condições de Produção do Espaço?.....	32
2. Os Processos e Características da Produção do Espaço no Período 1945-1964 .....	37
3. 1964: Agudização do Processo de Periferização e Movimento Popular Silenciado.....	50
III - AS BASES DA MOBILIZAÇÃO POPULAR .....	57
1. O Território do Movimento .....	59
2. Os Contornos da Base Social.....	98
3. A diferenciação da Base Social no Interior no Bairro.....	104
IV - A MOBILIZAÇÃO POPULAR.....	111
1. Movimentos Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB): Emergência e Trajetória .....	111
1.1. MAB: nascimento e primeiros passos .....	112
1.2. A visibilidade pública e o 1º "Ciclo" de expansão do MAB.....	123
1.3. O apogeu da visibilidade pública do MAB e o 2º grande "ciclo" de expansão.....	129
1.4. O contexto mais recente do MAB.....	141
2. Movimento "Espontâneo" X Movimento "Organizado".....	155
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
BIBLIOGRAFIA.....	171
ANEXO.....	175





# AGRADECIMENTOS

A exigência institucional de preparar uma tese de Mestrado levou-me a questionar o papel do pesquisador no mundo contemporâneo. Este foi o ponto de partida para a escolha do tema que passou a ter como preocupação fundamental vivenciar a teoria tão comumente divorciada da prática, procurando entender o processo social na sua manifestação concreta numa determinada porção do espaço, colocando-me numa posição de denúncia, de desmistificação, de desnudamento da realidade. Norteava-me o desejo de contribuir, ainda que modestamente, na avaliação crítica de alguns aspectos dos movimentos reivindicatórios da periferia.

Embora a pretensão inicial fosse maior que as minhas reais possibilidades, animou-me a ir em frente o fato de acreditar que esta tese constituía um trabalho engajado. Nele muitas pessoas se envolveram, cresceram, amadureceram, frutificaram.

Assim sendo, é altamente gratificante para mim expressar o meu sincero agradecimento a todos aqueles que de alguma forma viveram esta tese.

Quero lembrar carinhosamente Pedro Elói, Ernandes, Milton, Zé Abranches e Madalena - entre outros membros da Diretoria da Associação de Moradores de Parque Flora, Ambaí e Jardim Ocidental - pelas informações prestadas e colaboração na aplicação de questionários nos seus bairros.

Dentre as pessoas que contribuíram no levantamento e tratamento dos dados encontra-se o grupo de amigos - Juca, Alvaro, Bento, Schutz - e os alunos do curso de graduação de Geografia da UFRJ - Hélio, Márcia Regina, João, Marise, Denise Alves, Ricardo Dantas, Manoel Augusto e José Orlando.

Com Roberto Lobato Corrêa e Delzir Antonio Matias elaborei as ideias iniciais. Com Ana Clara Torres Ribeiro discuti ponto por ponto desse trabalho, e os frutos dessas discussões contribuíram não apenas para o desenvolvimento da tese, mas serviram, antes de mais nada, para ampliar minha visão e aprofundar meu espírito crítico. Fico feliz por tê-la conhecido melhor e poder ser sua amiga. Ao dedicado amigo Paulo Roberto Bahiense devo o estímulo intelectual, o enriquecimento do trabalho a partir de suas críticas altamente construtivas e o acompanhamento em todas as etapas do trabalho até a revisão final.

Agradeço o respeito intelectual e as críticas da minha orientadora Bertha K. Becker, bem como sai amizade e apoio indispensáveis para a concretização deste trabalho.

Vários amigos e colegas leram os originais e fizeram sugestões. A eles também o meu reconhecimento, extensivo a Jenny que tão eficientemente colaborou na parte da datilografia e a Altair e Pedro, responsáveis pela elaboração dos mapas encontrados neste trabalho.

Contei, ainda, para a realização da pesquisa, com o apoio inestimável dos jornalistas Enock Cavalcante e Robinson Belém de Azevedo que me facilitaram o acesso a arquivos do Correio da Lavoura, e com a compreensão de vários elementos da coordenação do MAB que contribuíram com documentação e informações preciosas.

Quero dedicar este trabalho em primeiro lugar aos trabalhadores de Nova Iguaçu, quer acompanhem ou não a caminhada do MAB, verdadeiros heróis do presente, que sabe, os grandes nomes do futuro.

Em segundo lugar dedico esta tese a minha mãe, mulher simples, heroína anônima, que ajudou a construir os alicerces para que eu contribua na construção do futuro.

Finalmente dedico também este trabalho ao companheiro Brandão pela sua compreensão, disponibilidade, apoio e ricas sugestões ao texto.

Por que tudo isso existiu, esta tese aconteceu. Se ela poder ser um ponto de partida para alguma coisa que aponte para um futuro melhor, valeu a pena o esforço.

# PREFÁCIO

Neste trabalho procuramos identificar as articulações que se produzem entre espaços e movimentos reivindicatórios urbanos através do estudo de um movimento de base proletária na esfera da reprodução, centrado num amplo conjunto de problemas vinculados aos meios de consumo coletivos necessários à reprodução ampliada desse setor, traduzidos pela ausência ou insuficiência de equipamentos coletivos e de serviços sociais básicos.

Tais movimentos, conformados e determinados a partir dos efeitos gerados pela posição ocupada pelos setores proletários no mercado de trabalho capitalista, foram estudados em Nova Iguaçu, tomando-se como ponto de partida o Movimento do Amigos do Bairro de Nova Iguaçu (MAB), buscando-se perceber as possibilidades e limites desse tipo de movimento circunscrito à esfera do consumo que acaba por colocar frequentemente o Estado como antagonista, não enquanto instrumento de dominação e/ou mediação, mas como administradores.

Dentre os vários fatores que, conjugados, possibilitaram o surgimento do MAB, destacam-se, por um lado a existência de um volumoso contingente populacional pauperizado que foi sendo depositado numa base territorial extremamente precária em termos do consumo coletivo, estabelecendo-se uma unidade socioespacial de pobreza radicalizada, não atendida em suas necessidades pelo poder público local, impelindo à mobilização de população: por outro lado a atuação de forças sociais mais estruturadas como a igreja e agentes sociais com uma proposta catalizadora dos anseios dessa população, numa conjuntura política favorável.

Alguns limites à continuidade do movimento foram identificados, tais como:

- a heterogeneidade interna da base social, implicando em diferentes níveis de experiência de vida e de consciência;
- o fato do MAB ter dado maior importância à visibilidade pública do que à implantação de bases sólidas para a organização do movimento no interior dos bairros;
- a ausência de um plano de ação que unificasse as reivindicações e definisse urgências e prioridades;
- o enclausuramento do movimento nos labirintos da burocracia do poder público;
- a ausência de uma linha política de trabalho que apontasse para um perfil classista do movimento, condição sine qua non para a preservação da sua identidade própria e de sua invulnerabilidade, seja em relação à desmobilização ou à cooptação pelo Estado.

Tais dificuldades, se por lado constituem limites para o avanço da mobilização popular num patamar de organização superior, em contrapartida não expressam necessariamente uma desmobilização da população nesse espaço, já que o movimento "espontâneo" prossegue na sua dinâmica cotidiana, ainda que de forma difusa e obscura.

## PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO

Este livro é fruto da dissertação de mestrado de Júlia Adão Bernardes, publicada pela primeira vez por esforços da própria autora em 1983. Inicialmente, o livro em questão serviu de instrumento para o movimento reivindicatório protagonista de sua pesquisa, construindo um diálogo necessário para a Nova Iguazu dos anos 1980. Dessa maneira, nos indagamos, porque reeditar uma dissertação de mestrado (que na época era chamada de tese de mestrado) cerca de quarenta anos depois? Pensamos que há muitas razões e vamos abordar algumas nos parágrafos que se seguem.

Em primeiro lugar, este trabalho apresenta elementos muito pioneiros para a geografia. No contexto da geografia crítica que se construía, pesquisadores buscavam suas formas de atuar junto e, ao mesmo tempo, refletir sobre movimentos sociais. Neste sentido, Júlia Bernardes, ainda em seu mestrado, passa a conviver muito de perto com diversos sujeitos do movimento que investiga, formando relações para além da militância e pesquisa acadêmica e, ao mesmo tempo, estabelece uma análise independente de seu "objeto de pesquisa". Este seu mergulho nas relações com os sujeitos com os quais dialogou, mudou sua vida acadêmica e pessoal, embora não transpareça em nenhum momento em seu texto. Se hoje conseguimos escrever textos acadêmicos com maior liberdade e, inclusive, podendo falar em primeira pessoa, esta certamente não era uma possibilidade plausível numa dissertação de mestrado nos primeiros anos da década de 1980. Vale ressaltar que pós-graduação no Brasil ainda era bem restrita, e que esse trabalho foi desenvolvido na segunda turma de mestrado a ingressar na geografia da UFRJ.

A geografia buscava, então, tanto evidenciar temas e problemas ainda pouco presentes como "questões geográficas", como movimentos de luta por moradia em periferias urbanas, como também encontrar formas teóricas de analisar estas questões. Este texto se insere, neste sentido, como um importante documento de um momento muito revelador da história do pensamento geográfico. É, certamente, uma das primeiras dissertações de mestrado a abordar um movimento social como seu tema central na geografia, entendido então como um movimento reivindicatório, o Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB), surgido na periferia da metrópole fluminense. Com um grande apego aos dados empíricos, ainda herdado de uma geografia que incorporara elementos da matemática e da estatística, e uma linguagem marcadamente marxista, característica da virada crítica, este é um texto que marca um momento importante da história desta ciência, razão pela qual a autora optou por reeditar sem nenhuma alteração substancial no texto. Este livro é um importante documento da história de toda uma ciência, não sendo justo alterá-lo ou atualizá-lo.

De todo seu conteúdo, somente os mapas foram refeitos. O mapa 2, por exemplo, traz uma característica da divisão atual da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e através dele, observamos a abrangência do município de Nova Iguaçu na época pesquisada pela autora. Nova Iguaçu envolvia os atuais municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita e Queimados, sendo este um registro para além do que conhecemos hoje como Nova Iguaçu, um acervo fundamental de compreensão de grande parte da Baixada Fluminense atual. Logo após o lançamento deste livro, os municípios citados, se emanciparam, e Júlia Bernardes, foi convidada para participar dos debates em prol desse tema. Na época, Júlia se colocava contra a partilha de Nova Iguaçu, alegando que era uma forma de enfraquecer o movimento social e atribuir poderes às oligarquias locais. O que de fato aconteceu anos depois.

O que nos leva a outro elemento central na relevância deste texto, que diz respeito ao "estudo de caso" proposto pela autora. Este é um documento fundamental para quem procura estudar Nova Iguaçu e a Baixada Fluminense e que, devido ao meio de publicação original, uma edição organizada pela própria autora, teve uma circulação muito restrita entre os poucos que possuíam uma cópia, em uma época sem internet,

com o livro sendo feito ainda na máquina de escrever, com mapas elaborados a mão, com impressões arcaicas, quando comparamos com as de hoje, uma verdadeira produção acadêmica de "guerrilha". Mesmo assim, este tem sido um trabalho de referência para muitos pesquisadores que tratam este município da Baixada Fluminense, devido à grande quantidade de informações, dados e ao pioneirismo. Este texto inscreve a vida urbana de Nova Iguaçu no contexto das lutas políticas e sociais, um olhar pouco comum na geografia (e provavelmente nas demais ciências) da época. Embora a região que hoje chamamos de Baixada Fluminense venha de uma longa história de luta e resistência, desde os povos indígenas, quilombolas até a sua fundamental importância na história da luta pela terra no Brasil, este foi (em certa medida ainda é) um aspecto muito pouco abordado sobre a região. A Baixada Fluminense exala resistência política de diversas maneiras e o texto de Júlia Bernardes é um importante documento neste sentido. A Baixada e as pessoas que atuavam no movimento são protagonistas deste trabalho, num momento em que a ciência geográfica era atrelada ao planejamento e organização espacial através do Estado.

Gostaríamos de ressaltar ainda um último aspecto. Na década de 1980, a ciência era escrita por *um sujeito neutro* (marcadamente no masculino). Esta pessoa não importava no texto produzido. Mas, muito do que se tem debatido atualmente sobre a produção do conhecimento nos mostra que esse *sujeito neutro* era (e muitas vezes ainda é) uma forma de mascarar os diversos atravessamentos de raça, gênero e classe (entre outras questões) na ciência. Neste sentido, queremos ressaltar aqui também a relevância da trajetória de Júlia Bernardes como uma pesquisadora que, oriunda da classe trabalhadora, vai atuar como professora da educação infantil ainda muito nova e que, apenas ao se desvincular de um primeiro casamento, consegue acessar a universidade e se formar geógrafa com grandes elogios de seus professores, já com mais de 30 anos. Esta dissertação foi escrita por uma geógrafa recém formada que, com seus 40 anos, reforçava seu posicionamento político num país em fins de 20 anos de ditadura militar.

A trajetória de Júlia é tão rica quanto seu trabalho de pesquisa. Atualmente muito conhecida pelos estudos do agronegócio e das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste brasileiro, revelamos através do resgate desse livro, uma nascente



pesquisadora preocupada com a questão urbana e social do Rio de Janeiro. Sua vida e seu trabalho se entrelaçam, sendo impossível falar de um livro como este, sem mencionar sua vida, sendo proporcionalmente correlato, impossível compreendermos a vida de Júlia, sem compreendermos o seu trabalho. O resgate desse livro disponibilizado de forma gratuita e online o populariza, e faz tecer e fortalecer as redes construídas por ela em sua jornada.

Há mais Júlia Adão Bernardes presente na história da geografia brasileira do que ela mesmo possa imaginar. Júlia é como uma árvore frondosa e generosa, produz espinhos para defender suas sementes, frutos para nutrir os mais fundamentais debates para a sociedade brasileira, galhos que se ramificam e alcançam outras árvores tão grandes quanto ela, sombra para aqueles que mais necessitam e flores que perfumam todos que cultivam junto com ela os ideais enraizados no solo por onde ela pisa.

Roberta Carvalho Arruzzo<sup>1</sup>  
Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro<sup>2</sup>

---

1 Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar - Nova Iguaçu e do PPGEO (UFRRJ). Fez graduação, mestrado e doutorado na UFRJ, com a orientação de Júlia Adão Bernardes.

2 Recém doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Fez graduação, mestrado e doutorado na UFRJ com a orientação de Júlia Adão Bernardes.

# INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui um esforço de melhor compreensão do significado do espaço nas lutas sociais que se travam voltadas, diretamente ou não, conscientemente ou não, para a transformação da sociedade. Para tanto recorreremos aos movimentos reivindicatórios que têm com base social os setores proletários urbanos e que se desenvolvem na esfera do consumo que, embora não constituindo fenômenos recentes, vem adquirindo importância crescente no cenário nacional, seja pela sua generalização e continuidade, seja pelos seus efeitos a nível urbano e político.

Tais movimentos surgem fora das unidades de produção, centrados num amplo conjunto de problemas relacionados com as condições de reprodução desses setores populares, reivindicando equipamentos de consumo coletivo e serviços sociais básicos. Estes problemas vão apresentar certa especificidade em países como o Brasil, onde o processo de periferização se agudiza, reproduzindo-se a massa trabalhadora - empregada ou não - quase sempre em condições de pobreza absoluta, a custos muito baixos.

Assim, há uma estreita correspondência entre a base social protagonista desses movimentos que se caracteriza por níveis de vida muito precários e apresenta grande diversidade em termos de inserção plena ou não no processo de produção capitalista e as reivindicações levantadas.

A extrema desigualdade na distribuição dos recursos da sociedade se manifesta através de fortíssima segregação espacial. Em outras palavras, a renda insuficiente também provoca uma concentração social, resultado da segregação urbana e, prova disto, é a existência e a forma de expansão daqueles espaços chamados periféricos ao redor das grandes metrópoles que se caracterizam pela ausência ou insuficiência de emprego, serviços, equipamentos básicos etc., bem como pelas grandes distâncias em relação às áreas concentradoras destes.

Trata-se daqueles espaços que por assim se apresentarem são mais desvalorizados, tornando-se de certa forma mais acessíveis a reprodução de amplas camadas do proletariado urbano e, conseqüentemente, mais favoráveis a produção de bases organizativas de resistência na esfera da reprodução.

O espaço pode ser compreendido, portanto, com uma realidade contraditória, como um conjunto de relações sociais contraditórias e conflitivas mais ou menos cristalizadas. É na manifestação social e política concreta dessas contradições que são gerados os conflitos que, por sua vez, podem se constituir em caminhos de transformação.

Não queremos dizer com as afirmações a cima que a organização do espaço implique, automaticamente, no surgimento de movimentos reivindicatórios urbanos. A problemática muitas vezes está presente no espaço, seu desenho lá se encontra, mas este fato não é suficiente, pois, desenho espacial, vida urbana e vivência do político são coisas diferentes. O fundamental é, portanto, identificar as articulações espaciais (sociais e políticas) que possibilitam o surgimento dos movimentos reivindicatórios, cabendo perguntar que elementos intrínsecos se desenvolveram neste espaço ou foram para ele trazidos, deflagrando a mobilização.

Nessa perspectiva desenvolveremos nosso estudo, centrando as investigações nessa fração da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, que nos vai fornecer o quadro territorial de observação e análise. Aí surgiram estruturas organizativas decorrentes de necessidades que, a partir de certo momento se tornaram insuportáveis para expressivas parcelas de moradores, como a falta de água, luz, esgoto, transporte, escola, saúde etc. Aí também se desenvolveram organizações mais estruturadas como o Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB), que podem vir a constituir expressões de resistência dos trabalhadores, na qualidade de consumidores, contra a expropriação geral do sistema.

Tem sido atribuída, principalmente ao Estado, a tarefa de investir na produção desses equipamentos e serviços de baixa rentabilidade, já que a renda social destinada a ser transformada em investimentos e colocada sob sua tutela. Porém, o Estado tem se alimentado da mais valia social, sem atender às necessidades mais urgentes das populações carentes, surgindo como o antagonista e constituindo-se no grande

interlocutor dos movimentos reivindicatórios de bairro, como o MAB.

Convém ressaltar que o estudo do MAB se impõe na medida em que, praticamente, não existem dois movimentos ou duas organizações iguais ou com a mesma história, sendo, portanto, o MAB, marcado desde o seu nascimento pelas condições concretas do espaço Nova Iguaçu, que se situa no contexto mais amplo da nossa formação econômico-social.

Daí a necessidade de se estudar as características desse espaço de reprodução de amplas camadas do proletariado urbano, a especificidade com que os problemas aí se apresentam, as características e as reações da base social envolvida, bem como o comportamento do poder público, destinatário de suas reivindicações.

Cabe, desenvolver, ainda, uma análise mais profunda dessas mobilizações que podem ter ou vir a ter efeitos apenas imediatos a nível urbano, quando vinculadas a objetivos exclusivamente de âmbito local.

Os efeitos do ponto de vista político dependem de mudanças concretas dessa base social proletária, transformada, pela mobilização, em força social e de práticas que aprofundem o conjunto mais amplo de contradições sociais e, portanto, apontem para mudanças estruturais e não simplesmente conjunturais. O alcance dos movimentos de bairro no que se refere a transformações mais amplas relaciona-se, pois, aos conteúdos e formas organizativas que imprimam um caráter de classe ao movimento, já que a pauperização em última instância tem sua origem nas relações de classe.

Nesta breve exposição já se foi delineando a postura teórica a ser adotada, ou seja, a forma de conhecer e interrogar as relações existentes entre as condições de organização do espaço-moradia do proletariado urbano e a explicitação do conflito num determinado lugar e momento.

Trabalhamos, portanto, com certos conceitos estratégicos e com certas categorias que compõem o suporte teórico da abordagem histórico-estrutural como capital e trabalho, classes sociais, forjadas no real e que a ele voltam como instrumentos para objetos de investigação, processando-se um retorno contínuo entre o real e o teórico.

Tenta-se, assim, conseguir maior aproximação de uma real compreensão das condições de reprodução de camadas da massa trabalhadora urbana, bem como das respostas emitidas par

estas em função daquelas condições.

Procurar entender esse processo em formações sociais como a nossa, constitui tarefa fundamental para a Geografia e ao mesmo tempo de grande complexidade, considerando-se que até agora a produção geográfica pouco contribuiu para que seja percebido até que ponto esses movimentos reivindicatórios atingem a estrutura da sociedade e em que medida a análise do espaço contribui para essa compreensão. Por outro lado, deve-se, ainda, ressaltar que a própria politização da Geografia como um todo está longe de ter sido alcançada, havendo necessidade de todo um esforço coletivo nessa direção.

Em face desses limites nos propomos a dar nossa contribuição iniciando o debate, numa tentativa de abrir caminho para posterior desenvolvimento do tema em questão, utilizando as contribuições de outras disciplinas.

A exposição do enfoque teórico e objeto do primeiro capítulo onde foram estabelecidos alguns marcos a respeito da questão do espaço, dos movimentos reivindicatórios e levantadas questões relevantes, colocadas por autores abalizados.

No capítulo II procura-se, através da história, analisar a produção do espaço urbano de Nova Iguaçu no processo de formação e desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no emaranhado das relações de classe que preside tal processo. Aí estão contidas e explicitadas de forma diferencial e histórica as contradições responsáveis pela eclosão do conflito.

Enquanto o capítulo II nos deu o quadro básico de gestação das condições para a mobilização popular em Nova Iguaçu, o capítulo III apresenta um panorama geral das bases do conflito, ou seja, dos contornos da base territorial e social, bem como das diferenciações que se estabelecem nesta última. Efetuamos, assim, um mergulho no real, num primeiro momento através da pesquisa de arquivo no jornal "correio da Lavoura" e nos próprios arquivos do MAB, material complementado e aprofundado com entrevistas concedidas por lideranças que desempenharam papel importante no movimento, possibilitando identificar certos meandros da questão. Num segundo momento procedeu-se à pesquisa de campo, a fim de melhor perceber as diferenciações da base social, aplicando-se questionários-entrevista num dos bairros origem do movimento.

Todo esse material contribuiu para melhor apreensão des-

se espaço, num determinado momento, no que se refere à manifestação das contradições aí presentes, à sua lógica interna e, ao mesmo tempo, favoreceu na compreensão de como a totalidade social se traduz nessa porção do espaço através das características que lhe são peculiares.

No capítulo IV procuramos detectar as articulações que se produziram nesse espaço-consumo, favorecendo o "pôr-se em movimento". A seguir buscamos analisar o crescimento do MAB, a espacialização do fenômeno e o caráter e perspectivas desse movimento, avaliando as práticas desenvolvidas através de entrevistas em profundidade.

Finalmente no capítulo V nos esforçamos para reavaliar algumas questões levantadas, privilegiando os aspectos políticos, as limitações encontradas, a contribuição do trabalho e sua importância no âmbito da produção geográfica.



# I - REFERENCIAL TEÓRICO

Como o espaço e a sociedade via movimento se transformam.

Em janeiro de 1982 chuvas abundantes desabaram sobre o Grande Rio. Em função das enchentes, o prefeito de Nova Iguaçu declarou estado de calamidade pública no município. Convidada a opinar sobre o fato, Therezinha Lopes, presidente da Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu (MAB), assim se pronunciou: O Município de Nova Iguaçu sempre esteve em estado de calamidade pública.

Tendo em vista a afirmação acima, uma primeira indagação se coloca para nós: como se traduz essa calamidade nessa fração do espaço urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro? Esta indagação pode ser desdobrada em duas outras: para que serve esse espaço e para quem serve?

Tais questões nos remetem a um estudo do espaço considerado do ponto de vista social, já que "a história dos homens, é a história da transformação permanente e contínua da natureza em sociedade, pela via do processo do trabalho. E a história da conversão das formas naturais em formas sociais, no processo da qual dá-se a hominização do homem" (MOREIRA, 1980, p. 274).

A natureza modificada pelo trabalho e transformada em sociedade, no seu processo de construção implica em relações sociais travadas entre os homens; portanto, o espaço social só pode ser definido em função da estrutura de relações da sociedade.



Numa sociedade estruturada em classes sociais em condições de apropriação privada dos meios de produção, as relações entre as classes são de dominação de umas e subordinação de outras, fato histórico concretizado no arranjo espacial que em cada tempo e lugar assume determinadas feições. A organização do espaço revela, pois, a existência de diferentes classes sociais, definidas pelo lugar que ocupam no processo de produção, posição denunciada pela localização dessas classes no espaço.

Vale aqui a advertência de Lipietz que diz que não há espaços pobres, mas de pobres, porque há os de ricos e porque há relações sociais que assim dispõem dessas classes no espaço.<sup>1</sup>

O que até agora foi sucintamente exposto tem por objetivo situar sob que prisma investigaremos aquela porção do espaço, objeto de nosso estudo. Melhor precisando, focalizaremos mais especificamente Nova Iguaçu enquanto uma fração do espaço destinada à reprodução de camadas da massa trabalhadora urbana, no contexto da urbanização capitalista nas últimas décadas em nosso país. Para tanto recorreremos a alguns autores que vêm desenvolvendo trabalhos que se situam na esfera desses nossos objetivos

Ribeiro nos fornece uma síntese de alguns aspectos estruturais dos processos históricos que incidem na temática abordada por nós.

"A profunda modificação na divisão social e territorial do trabalho representada pela ruptura histórica sintetizada na revolução de 30 - processo de reordenamento da política e da economia - modificará, extraordinariamente, o significado e o conteúdo dos grandes espaços urbanos brasileiros: sem reduzir, no entanto, a importância estrutural (através, inclusive, da reprodução complexas relações sociais de produção não-capitalistas) da agricultura exportadora e dos Interesses/frações de classe dominante a ela articulados.

Tal vínculo estrutural entre o velho e o novo (OLIVEIRA, 1972) marcará a face moderna da economia do país, ou seja, a base urbano industrial do processo de acumulação de capital. As modernizações e o atraso histórico no campo demarcarão,

---

1 Sobre como o espaço é organizado pelo capital, consultar Alain Lipietz em "El Capital Y su Espacio, Siglo Veintiuno, 1979.

igualmente, a intensidade e a escala dos processos de deslocamento (êxodo) da classe trabalhadora em direção aos numericamente reduzidos espaços/bases de industrialização do país (SINGER, 1970). Por outro lado, a centralização política e as características da interferência estatal - intervenção direta no conflito capital/trabalho (VIANNA, 1976) e nas formas institucionais do processo de acumulação de capital (IANNI, 1977) - definirão, acentuadamente, a face política (relação Estado/população) das transformações operadas na economia e na distribuição espacial da população. Neste sentido, o proletariado urbano - correlato à acumulação de base pobre (reduzidos ou fraturados circuitos internos de acumulação - OLIVEIRA, 1972) - construirá o espaço urbano de sua reprodução ampliada e, parte significativa da infraestrutura urbana (serviços)". (RIBEIRO, 1981, p. 6 e 7).<sup>2</sup>

Complementando este lastro inicial, podemos recorrer ainda a Lojkine que, correlacionando formas de urbanização e formas da divisão social do trabalho, nos fala "de uma segregação espacial e social fundamental entre espaço urbano central monopolizado pelas atividades de direção dos grandes grupos capitalistas e do Estado e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução, assim como os meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho" (LOJKINE, 1981, p. 150).

Na organização social capitalista, essa segregação socioespacial encontra parcialmente sua explicação na desigual distribuição dos meios de consumo coletivos, aqui entendidos como aqueles meios necessários ao atendimento das necessidades da vida cotidiana que só podem ser satisfeitas coletivamente porque são bens e serviços indivisíveis que se dirigem a uma coletividade social e/ou territorial. Correspondem à maioria dos chamados serviços urbanos que englobam desde os transportes, educação, saúde, redes de água, esgoto, luz, até lazer, segurança, centros culturais etc.

Como bem expressa ELIAS, "enquanto as condições de reprodução simples são contraditoriamente vividas através da inserção da força de trabalho na estrutura produtiva, a

---

2 Extraído do texto "Cidades Brasileiras - Macro-Guetos?", de autoria de Ana Clara Torres Ribeiro, apresentado no III Encontro Nacional da ABEP, 1982, p. 6 e 7, mimeo. Grifos nossos.

reprodução ampliada vai se operar no âmbito da estrutura de renda e de consumo gerando impasses vinculados às características estruturais da sociedade brasileira. (ELIAS, 1982, p. 3).

Desta forma acirram-se as chamadas contradições urbanas como resultado de um crescimento rápido, desigual e segregador, priorizando o Estado inquestionavelmente a reprodução ampliada do capital através dos investimentos em infraestrutura de insumos, comunicação e transporte de mercadorias etc., criando condições que proporcionassem às empresas enormes margens de lucro e concomitantemente progressiva deterioração dos salários.

E assim presenciamos transformações inovadoras no sistema produtivo, conformando espaços concentradores de variada gama de recursos correlatamente à proliferação de mecanismos informais de sobrevivência, caracterizados, segundo Campanário, pela autoconstrução, favelamento e outras formas de produção doméstica de valores de uso, configurando-se a reprodução ampliada da massa trabalhadora como um processo que não é nem tipicamente mercantil, nem sustentado pela intervenção estatal.<sup>3</sup>

E nesse contexto que se manifesta cotidianamente o conflito, já que a reprodução ampliada de extensas parcelas da massa trabalhadora fica praticamente entregue à sua própria sorte. É o caso das camadas populares que habitam os chamados espaços periféricos, onde determinados elementos como a densidade demográfica, a distância, o acesso, a ausência de equipamentos e serviços sociais básicos, a falta de quase tudo, o dia a dia beirando os limiares da sobrevivência, a omissão do poder público, têm um limite para o proletariado que se manifesta em oposição a essa situação através de reações que podem variar desde o quebra-quebra dos transportes até a sua associação em movimentos reivindicatórios de bairro.

Entretanto, estes últimos, ainda que sejam protagonizados por parcelas do proletariado não significam, a priori, que constituam movimentos classistas uma vez que, como bem chamam a atenção EVERS, PLATENBERG e SPESSAST,

---

3 Ver "Mercado de Terras e Padrão de Vida na Cidade de São Paulo", de Milton de Abreu Campanário, trabalho apresentado no III Encontro Nacional da ABEP, 1982, p. 3, mimeo.

"Não há, portanto, maneira de estabelecer uma situação de classe comum para os membros das organizações de bairro. Trata-se mais de um conjunto de indivíduos com características de classe bastante heterogêneas e com as correspondentes formas de consciência muito diversas.<sup>4</sup> A composição social não varia apenas entre os diferentes bairros de uma cidade, mas quase sempre também dentro de um mesmo bairro. A única coisa mesmo que têm em comum é o interesse de assegurar sua permanência nos terrenos ocupados e de conseguir os indispensáveis serviços de infraestrutura urbana. A recente experiência de que ESSE INTERESSE SÓ SE REALIZA ATRAVÉS DAS LUTAS COLETIVAS pode iniciar (como de fato vem acontecendo) processos comuns de aprendizagem que encurtam as distâncias entre as diferentes formas de consciência. E somente no decurso dessas experiências unificadoras é possível aos moradores perceberem as causas comuns dos problemas que os afligem na esfera da reprodução, por cima da diversidade de situações de trabalho em que se encontram".<sup>5</sup>

---

4 No que se refere às características de classe bastante heterogêneas, os mesmos autores as classificam em relação ao nível e à fonte da renda.

\*1) Quanto ao nível de renda, evidentemente há grandes distâncias entre:

- desempregados e sub empregados de todo tipo;
- os que dispõem de uma renda fixa, mas muito baixa;
- os que dispõem de renda suficiente para os gastos básicos, mas não para comprar ou alugar uma boa casa.

2) quanto à fonte de renda (exceção feita a alguns poucos bairros mais homogêneos), geralmente os bairros concentram indivíduos colocados em relações de trabalho altamente diferenciadas: operários industriais que lidam com tecnologias avançadas, trabalhadores da construção civil, assalariados do comércio ou do setor serviços, funcionários públicos, pequenos comerciantes pseudo-independentes, artesãos, ambulantes, domésticas, desempregados eventuais e crônicos, etc. No caso do Brasil, nos bairros podem ser encontrados até mesmo assalariados rurais (como os "boias-frias").

Além disso, é comum uma mesma pessoa experimentar várias dessas relações de trabalho (simultaneamente, ou uma após a outra).

O importante a se salientar sobre essa heterogeneidade, é que A ESSAS VARIADAS E COMBINADAS RELAÇÕES DE TRABALHO CORRESPONDEM EXPERIÊNCIAS TOTALMENTE DIFERENTES, GERADORAS DE FORMA DE CONSCIÊNCIA IGUALMENTE DISTINTAS".

5 Trecho transcrito de "Movimento de Bairro X Estado na América Latina" de Tilman Evers, Clarita Platenberg e Stefaine Spessast, publicado nos Cadernos do CEAS n° 75, Set/out. de 1981, p. 11.

Lipietz também chama a atenção para essas práticas sociais que reúnem parcelas da massa consumidora do bairro num patamar comum de reivindicações por serviços urbanos, que muitas vezes se constituem em movimentos interclassistas: "se as massas populares se unem e dotam-se de uma direção sólida, podem construir frentes contra seu principal inimigo englobando até camadas da pequena e média burguesia, que se unem na medida em que o alvo é o Estado, mas isto se as massas populares não se deixam dividir e não perdem a direção, senão as frações dominantes tomam a direção e utilizam as massas populares como batalhões, acabando quase sempre por estabelecer compromissos com o adversário. Acontece que aí o caráter de classe não foi colocado em questão. Esse é o perigo das frentes que mobilizam coalizões interclassistas num terreno que não é próprio ao proletariado" (LIPIETZ, 1979).<sup>6</sup>

O fato dessas práticas sociais terem quase sempre como antagonista evidente o Estado, visto frequentemente como algo exterior e não na qualidade de representante dos interesses das classes dominantes, torna difícil a organização na defesa de Interesses classistas.

Entretanto, o Estado aqui e hoje apresenta novas conotações; sendo um grande agente econômico, também se confunde com o grande capital, revelando novos aspectos no seu desempenho na esfera econômica, sendo por isso mais explicitador das contradições inerentes às classes sociais, revelando mais a sua face não neutra.

Encerrados na sua dimensão espaço-territorial os movimentos reivindicatórios, limitados a uma porção do território, podem apresentar limites quanto ao seu alcance, reduzidos talvez a um desafio sem maiores consequências. Lojkine, no entanto, esclarece, referindo-se aos movimentos sociais urbanos, que podemos encontrar exemplos de movimentos limitados em "extensão" e revolucionários quanto aos objetivos, como também movimentos de grandes dimensões espaciais e com fraco alcance político. "Na realidade o verdadeiro limite que pode causar problema no urbano é mesmo seu conteúdo ideológico e político, em relação ao problema do poder de Estado" (LOJKINE, 1981, p. 300).

Um outro problema levantado por Lojkine, no que se refere

---

6 Extraído de Alain Lipietz, El Capital Y su Espacio, Siglo Veintiuno, 1979.

às consequências das práticas reivindicatórias, relaciona-se com a sua capacidade de questionamento do poder econômico da classe dominante e da reprodução global do sistema, na medida em que esses movimentos surgem do questionamento do modo de produção da cidade, num horizonte ideológico-político que se restringe ao nível das relações de consumo e de repartição.<sup>7</sup>

As colocações acima feitas, referentes aos movimentos reivindicatórios dos bairros, colocaram algumas questões importantes para a reflexão das suas possibilidades e limites. Em contrapartida pouco se conhece do esforço cotidiano e das forças criativas engendradas nas práticas coletivas de sobrevivência dessa massa trabalhadora, que marcam a construção do espaço urbano.

Nesse sentido, procuraremos encaminhar as nossas investigações buscando captar a movimentação cotidiana da população no processo de construção do espaço urbano periférico e os elos que se estabelecem entre esta movimentação e os movimentos reivindicatórios com maior nível de organização.

Enfim, na nossa maneira de ver, o caminho a ser seguido para perceber as articulações que se produzem entre espaço e movimentos reivindicatórios é o mesmo que permite entender a organização socioespacial, isto é, a forma como a sociedade se organiza no espaço e de como essa organização espacial interfere na estrutura da sociedade. Em outras palavras, como espaço e sociedade via movimento se transformam.

---

7 Os questionamentos levantados às colocações de Castells em relação a esta questão estão em Jean Lojkin, O Estado Capitalista e a Questão Urbana, Ed. Martins Fontes, 1981, p. 300 a 302.



## II - OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DO CONFLITO EM NOVA IGUAÇU

Este capítulo objetiva mostrar, em linhas gerais, as características do processo de urbanização em um setor da periferia do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, considerando que estas só se explicam a partir do contexto mais amplo do capitalismo brasileiro. Esta análise tem por finalidade fornecer elementos para a compreensão do quadro socioespacial onde se desenvolvem os movimentos reivindicatórios que serão estudados na tese<sup>8</sup>.

Reconhecer a importância dos diversos movimentos reivindicatórios que surgem em Nova Iguaçu implica em pensar esse espaço não simplesmente como o palco desses acontecimentos, mas também enquanto o fato histórico que ele é.

Orienta-nos a preocupação com a história atual desse município que pode ser melhor compreendida à luz de elementos antigos, uma vez que as formas espaciais atuais resultam da superposição e da tensão entre formas pré-existentes ou cristalizações. A construção de formas sucessivas que apresentam sempre novos conteúdos, atende a reformulações de objetivos situados ao nível dos interesses dominantes que ultrapassam, muitas vezes, o plano local.

---

8 Segundo SEGADAS, em 1920 havia 213 estabelecimentos até 40 ha. e, em 1940, esse número havia se elevado para 1.451; no caso dos estabelecimentos acima de 200 ha, sofreram uma redução nesse período de 38 para 18 estabelecimentos. "Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro", M.T. de Segadas Soares, 1960, p. 68.



## 1. As Pré-Condições de Produção do Espaço?

As manifestações históricas mais expressivas de que temos notícia nessa região e que primeiro marcaram esse espaço, ocorreram sob a égide da economia colonial, no início do século XVII, em decorrência da instalação da lavoura canavieira.

No Século XVIII alguns atributos naturais desse espaço passam a ser valorizados em função das necessidades do momento econômico; solos férteis, relevo plano, circulação fluvial e proximidade de um porto como o Rio de Janeiro, favoreceram a multiplicação dos engenhos, desenvolvendo a ocupação sem gerar aglomerados, antes facilitando o contato com o Rio de Janeiro e contribuindo para o seu crescimento, resultando num desenho espacial que se caracteriza "pela dispersão dos estabelecimentos facilitada pela existência dos incontáveis pequenos embarcadouros à margem dos rios através dos quais era remetida a produção até a capital" (SEGADAS, 1960).

No Século XVIII o Rio de Janeiro consolida-se como centro portuário e mercantil reforçado pelo ascenso da mineração, estabelecendo-se nesse período, ligações terrestres na Baixada entre o Rio de Janeiro e o interior, especialmente com Minas Gerais.

O café, vai deixar igualmente suas marcas na Baixada reforçando a sua ocupação na medida em que privilegia a via fluvial em conexão com antigas ou novas vias terrestres para escoamento da produção do planalto e o provimento das necessidades do interior.

Em determinados portos fluviais surgem as primeiras aglomerações urbanas na condição de vilas-entrepósitos como Iguaçú, Estrela, vindo seu impulso de fora, uma vez que constituíam antes de tudo depósitos do café aguardando embarque para o Porto do Rio de Janeiro.

Assim vai crescendo Nova Iguaçú e intensificando seu povoamento numa posição Intermediária e estratégica. Porém, a manutenção e a continuidade desse crescimento em função das vilas-entrepósitos estarão comprometidas com a construção da ferrovia em meados do Século XIX, ligando a capital à base da Serra do Mar e ao Planalto, que surge para evitar problemas ao escoamento do café por via fluvial.

Nas áreas abandonadas pela agricultura desaparece a limpeza de rios e canais e reaparecem os brejos e o impaludismo.

A Baixada, tendo no saneamento um grande desafio, só vai se recuperar nas primeiras décadas do Século XX, com o plantio da laranja.

Nesta fase da história de Nova Iguaçu, revelam-se as vias de circulação fluvial e terrestre os principais agentes de ocupação do espaço, responsáveis pelo povoamento e pelo estabelecimento de relações com o Rio de Janeiro, possibilitando a ocupação agrícola e dando origem aos primeiros aglomerados urbanos.

No Brasil, "o período que se estende de 1888 a 1933 marca o momento do nascimento e consolidação do capital industrial" (MELLO, 1975), tendo a agricultura importante papel a desempenhar, seja fornecendo alimentos a baixos custos para suprir as necessidades de uma força de trabalho que já atingia dimensões significativas, seja através do setor exportador, suprindo as necessidades de formação e ampliação do capital constante, importando bens de capital e intermediários.

E nesse contexto que surge e se desenvolve a citricultura em Nova Iguaçu, ocupando terras vazias e desvalorizadas, fazendo com que esse município se transformasse entre 1920 e 1940 na região de maior produção cítrica do país, produção que tanto se destinou ao mercado interno como externo, embora tal importância se manifestasse mais no âmbito regional.

Em Nova Iguaçu havia recursos prévios subutilizados: por um lado condições favoráveis a essa cultura como o clima quente e relevo suave de colinas e morros que permitiam tanto insolação como escoamento fácil das águas: por outro lado, recursos produtivos em termos de terras disponíveis e próximas ao Rio de Janeiro, as antigas fazendas de cana e café, situadas a pequena distância de um grande porto e ligadas por ferrovia, além de razoável contingente de mão-de-obra.

É preciso ter claro que a existência desses recursos, mesmo constituindo um pré-requisito, por si só não explicam a instalação e o sucesso da citricultura. Havia uma oferta de fatores de produção, mas também demanda estimuladora por parte do mercado externo, onde se destaca a Argentina, e por parte do mercado interno, que encontrava na proximidade do Rio de Janeiro vantagem no consumo do refugo.

Os estímulos governamentais fazem-se sentir na esfera estadual e federal: intervêm na construção de infraestrut-

tura melhorando as condições de transporte, abrindo vias terrestres e reduzindo os fretes, colocando como prioritário o problema do saneamento, drenando planícies e desenvolvendo o programa de recuperação de zonas imprestáveis; ao nível de comércio exterior facilita a exportação conseguindo a reciprocidade de isenção de direitos aduaneiros na exportação de frutas entre o Brasil e a Argentina.

O capital atua em várias frentes: financiando a formação de laranjais para a exportação, a compra de grandes áreas para fragmentar e vender sob a forma de chácaras já plantadas e a instalação de barracões para beneficiamento da produção.

Assim, o município tornou-se um dos esteios da economia fluminense, fazendo com que os laranjais chegassem até as planícies ou mesmo às áreas improdutivas.

Porém, assim como no início do Século XX assistimos ao "boom" do município, nos seus meados assistimos sua depressão. As dificuldades começam por volta de 1926 com o aparecimento da "mosca do Mediterrâneo" que prejudica os laranjais, situação que se agrava no período da guerra devido à estocagem excessiva no porto sem serviços adequados de frigoríficos.

Dentre os aspectos mais relevantes com repercussão espacial, relacionados à fase da cultura da laranja, convém destacar:

- a) o grande aumento da população municipal, principalmente rural, que entre 1920 e 1940 se elevou de 33.396 para 105.809 habitantes, resultado do fracionamento da terra em chácaras e do sistema de trabalho, que incluía grande número de assalariados e meeiros nas maiores propriedades;
- b) a grande centralização das atividades de concentração, beneficiamento e exportação da produção da região, aparelhada para atender amplo conjunto que se expandia além dos limites municipais: essas relações de elo estabelecidas entre o campo e a cidade maior, com o país e até com o exterior são destruídas com a depressão, mas em contrapartida o embrião de urbanização que aí se constituiu permite que esse município desenvolva posteriormente a função de prestação de serviços a ampla área, o que lhe conferirá status de centro administrativo regional;

- c) com a prosperidade da cultura da laranja novos caminhos foram abertos e transportes melhorados sob a ação privada e pública, com eletrificação de linhas férreas tornando o Rio de Janeiro mais próximo; porém, com a crise, a ferrovia perde a sua principal função devido à redução do transporte de carga e criação da Rodovia Presidente Dutra que a substituiu parcialmente;
- d) algumas obras de saneamento aí realizadas e o surgimento de pequenas fábricas para atendimento da clientela rural, representaram condições que vão favorecer mais tarde a constituição de Nova Iguaçu como área de avanço pioneiro da metrópole com instalação de núcleos suburbanos e algumas indústrias.

Com a crise da citricultura a economia rural e urbana do município se desorganiza, passando o mesmo a desempenhar importante papel, posteriormente, a partir do retalhamento de suas propriedades que foram transformadas em loteamentos, atendendo, assim, às necessidades da região metropolitana que se estruturava.

As atividades econômicas desenvolvidas em Nova Iguaçu até o "ciclo da laranja" parecem constituir manifestações de fenômenos cuja determinação se dá numa escala muito mais ampla, ocorrendo ora no bojo de uma estrutura colonial, ora como expressão local do deslanchamento do Estado Nacional.

A luz da sumária história do passado mais remoto de Nova Iguaçu convém observar que as atividades que aí se desenvolveram não representam, a rigor, as pré-condições de produção do espaço atual. Até o período do café esse município desempenhava muito mais o papel de espaço de circulação de mercadorias do que propriamente de espaço de produção das mesmas, ainda que as tenha também produzido.

A mudança de atividade produtiva ou coexistência sem a necessidade de destruição de culturas anteriores refletem a não cristalização nesse espaço dos interesses que até então vinham imperando no mesmo. O que nos parece ter assumido maior importância em termos de repercussão local são as vias de circulação que aí foram estruturadas em função do escoamento de mercadorias de outras áreas para o Rio de Janeiro. À medida que mudavam os fluxos, desestruturavam-se as áreas abandonadas e adquiriam vida aqueles espaços atravessados pelas novas vias de circulação.

Quando da implantação da citricultura, que se apossa de

quase todo o município, não se observa nenhuma resistência por parte das atividades anteriores, porém, aquela, é antes beneficiada com a existência das vias de circulação as quais só serão aperfeiçoadas para o melhor escoamento desse novo produto perecível.

As fases econômicas acima descritas fornecem mais elementos informativos do que explicativos para a compreensão do que é hoje Nova Iguaçu. Mesmo a citricultura não deixou formas de cristalização para resistir, para se opor concretamente ao novo processo que a seguir se desenvolverá. Esse processo, que não se explica ao nível desse município mas por um movimento muito maior, será a nova forma de reprodução social do trabalho, necessitando de um novo tipo de espaço de reprodução da força de trabalho, o que vai acontecer em qualquer cidade brasileira de porte razoável, tendo no loteamento periférico uma de suas expressões. A distinção mais significativa que pode ser feita entre as atividades econômicas anteriores ao "ciclo da laranja" e este, é que o último legou ao município uma malha fundiária de chácaras posteriormente aproveitada e um embrião de urbanização que facilitará o desenvolvimento de loteamentos.

Na medida em que um aprofundamento do significado de toda essa evolução histórica foge aos objetivos principais deste trabalho, deixamos a questão em aberto para que outros aprofundem o veio que apenas esboçamos.

## 2. Os Processos e Características da Produção do Espaço no Período 1945-1964

As formas cristalizadas no espaço têm uma história, uma história que não se faz por acaso, que é preciso ler e decompor para descobrir as características dos processos que atingem esse espaço

Daí a importância de se conhecer os contornos históricos do processo de elaboração do espaço metropolitano do Rio de Janeiro e quais as características desse processo que moldam um espaço menor como Nova Iguaçu, como o atingem e de que forma as cristalizações aí percebidas explicam processos mais amplos que nos colocuem no centro da problemática do desenvolvimento da sociedade.

O processo de estruturação espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) encontra sua lógica no sistema de relações estabelecidas entre o Rio de Janeiro e o conjunto do país no movimento de industrialização capitalista, favorecido por sua base de centralização político-administrativa até 1960.

Após a 2ª Guerra o setor industrial converte-se no Brasil em centro nevrálgico do sistema, implantando e diversificando alguns ramos, ratificando a estrutura industrial já existente, enfatizando os setores de bens intermediários e de bens duráveis de consumo, sendo esse processo de expansão industrial controlado pelo capital estrangeiro que, gozando de amplos incentivos, vai se estabelecer nos ramos mais dinâmicos do setor.

Tal expansão estará apoiada também no Estado, que passa a investir maciçamente em infraestrutura e melhoramentos, definindo ainda determinado esquema de acumulação assentado na maior exploração do trabalho.<sup>9</sup>

Esse processo se inicia em 1945 com a modernização do setor de bens de consumo, acelera-se entre 1949 e 1952 sofre maior intensificação a partir de 1956 com a instalação dos setores de ponta; em 1961 a industrialização podia ser con-

9 "A outra vertente pela qual correrá o esforço de acumulação é a do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação". Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", Estudos CEBRAP 1, São Paulo, 1977, p. 40.

siderada já um fato consumado, estabelecendo-se um processo de articulação estrutural entre os investimentos estatais, as grandes empresas nacionais e as internacionais.

No seu processo de reprodução o capital encontra alternativas fora do setor industrial, viabilizando-se por meio do circuito imobiliário<sup>10</sup> invadindo, por exemplo, o ramo imobiliário urbano que, segundo Lessa, funciona no Brasil a todo vapor desde o fim da 1ª Guerra, embora somente apresente diferenciação dos ativos financeiros nos anos 60, constituindo provavelmente a forma de maior peso para a reprodução geral do sistema, no caso do capitalismo brasileiro. O mesmo autor afirma que o circuito de valorização mobiliária seria um dos circuitos preferenciais de valorização dos excedentes gerados no capitalismo nacional, reunindo massas de lucros formadas no capital agrário, comercial e bancário, que financiariam as operações ou se congelariam sob a forma de ativos patrimoniais.<sup>11</sup>

Assim, capital industrial e imobiliário, são por excelência as formas que presidem o processo de desenvolvimento econômico e de estruturação espacial dos dois maiores centros urbanos do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

**TABELA 1: Concentração da Produção Industrial - Brasil - (%)**

Estado	1939	1949	1959	1969
São Paulo	45,4	49,3	54,5	56,6
Guanabara	17,0	14,3	10,1	9,4
Rio de Janeiro	5,0	6,5	7,2	5,9
Minas Gerais	6,5	6,7	6,1	7,0
Rio Grande do Sul	9,8	7,5	6,9	6,2

Fonte: Tomada de Mary Garcia Castro, Tese de Mestrado, COPP, RJ, 1979 p. 107.

10 "O capital industrial dispunha de oportunidades lucrativas de inversão, com risco baixo, na medida em que percorresse seu "caminho natural", apontando sempre às "linhas de menor resistência": expandir a Indústria existente e promover a diferenciação limitada do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo, com a formação da indústria de bens duráveis "leves", ou, mesmo, converter-se em capital mercantil, invadindo, por exemplo, o ramo imobiliário urbano e o de comercialização de produtos agrícolas". João Manuel Cardoso de Melo; "O Capitalismo Tardio", Tese de Doutorado, Campinas, 1975, p. 119, mimeo.

11 Informações extraídas de entrevista concedida por Carlos Lessa à Revista "Espaços", publicada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção Rio de Janeiro, Ano I n° 3, Dez. 1981, p.7.

Conforme ressaltam os dados, São Paulo e secundariamente o Rio de Janeiro se afirmam como os dois grandes polos concentradores do desenvolvimento industrial do país. O processo de implantação industrial no Rio de Janeiro deriva, principalmente, da presença conjunta de um mercado consumidor, da formação de mercado de trabalho urbano e de certas dotações na área de energia e transportes com razoável raio de alcance, dando-lhe condições de manter-se como segundo parque industrial do país.

Entre 1939 e 1959 assiste-se à instalação de importantes empreendimentos industriais no Rio de Janeiro, induzidos pelo Estado, entre os quais se destacam a localização da Fábrica Nacional de Motores, a Refinaria Duque de Caxias e a indústria de construção naval.

A concentração espacial da industrialização no Rio de Janeiro se explica, também, pela sua importância como capital administrativa, política e cultural, acumulando funções de gestão dos negócios e distribuição de informações e serviços no conjunto do território, acarretando concentração espacial da população em função das necessidades do processo de reprodução ampliada do capital.<sup>12</sup>

Nesse período ocorre intensa mobilidade espacial da força de trabalho e os crescentes fluxos migratórios atingem seu pique entre 1950 e 1970, o que está associado as necessidades da economia brasileira nessa fase da industrialização, de grandes volumes de mão-de-obra. Cresce, assim, a população urbana do país na década de 40 a uma taxa média de crescimento geométrico anual de 3,77%, valor ultrapassado na década de 50 para 5,18% e mantido em 5,02% na década de 60; comportamento semelhante e identificado nas três grandes regiões metropolitanas do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Dados do Censo apontam o Sudeste como a região de maior recepção de migrantes no período, recebendo os dois maiores centros urbanos nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, os fluxos mais expressivos, oriundos em sua maioria de áreas

12 "Numa análise alternativa, a mobilidade espacial da população só pode ser vista como decorrente de processos necessários à reprodução ampliada do capital, ultrapassando qualquer tipo de abordagem que restrinja-se a identificar trajetórias pessoais ou de grupos sociais", Ana Clara Torres Ribeiro, "Espacialização e Características da População", FRUNDREM, Rio de Janeiro, 1979, p. 11, mimeo.



rurais e semirurais do Nordeste, já que a "nova industrialização" requeria grandes proporções de mão-de-obra não qualificada e semiquificada.

**TABELA 2: Variação do Crescimento Urbano devido à Migração**

Cidades	1920/1940	1940/1950	1950/1960
Rio de Janeiro	45,52	66,05	53,68
São Paulo	57,42	70,83	63,64

Fonte: Tirado de Douglas Graham e Sérgio Buarque de Holanda "Migration Regional and Urban Growth and Development in Brazil: a Selection Analysis of the Historical Records." São Paulo, 1971, p. 22.

Desde os anos 30 que o Rio de Janeiro aparece como uma das principais áreas de destino dos migrantes, acentuando-se esse fato na década de 40; no período 50-60 os níveis ainda consideravelmente altos dos incrementos migratórios estão fortemente associados com o crescimento do setor industrial e de serviços, inclusive às atividades marginais do terciário, verificando-se acentuada queda nos anos 60. Convém ressaltar que as reduções verificadas não implicam em declínio no volume absoluto da migração.

Concentra o Rio de Janeiro atividades econômicas, recursos e população, crescendo a população urbana a uma taxa média geométrica anual de 4,28% entre 1940/1950, valores que se mantém nas décadas seguintes respectivamente em torno de 4,37% e de 4,09%. O desenvolvimento do setor industrial é correlato a esse crescimento, abrindo perspectivas de novos empregos, acusando importância crescente na esfera da construção civil, cujas taxas de crescimento anual, em termos de pessoal ocupado, se elevam a um ritmo acelerado, passando de 3,27% na década de 40 para 22,89% no período 50-70.<sup>13</sup>

A indústria de transformação, embora apresentando índices expressivos de ocupação de mão-de-obra, com 30,53% em 1940 e 27,69% em 1950, sobre ligeiro decréscimo a partir de 1960, quando passa a ser superada pelos valores de ocupação no terciário em torno de 37,24% em 1940, com ligeira redução

13 "A área concentrada é absorvedora voraz de força de trabalho, o que condiz com o processo de concentração de capital e de recursos públicos". Ana Clara Torres Ribeiro, "Espacialização e Características da População", FUNDREM, Rio de Janeiro, 1979, p. 14, mimeo.

nas décadas seguintes.

No processo de estruturação do espaço metropolitano, o incremento da renda interna sempre esteve intimamente associado ao crescimento do setor terciário. Como capital nacional o Rio concentrou recursos de todo país, especialmente dos proprietários rurais que aí aplicavam seus capitais no mercado imobiliário.

O fato de ser elevada a participação do contingente migrante na força de trabalho, constituída em grande parte por segmentos da população de baixo nível socioeconômico, reflete toda uma estratégia de reprodução da força de trabalho e do capital no processo de acumulação. Por um lado, o mercado de trabalho estava sob contínua pressão devido tanto ao crescimento vegetativo como do contingente migrante e, por outro, era baixo o poder de organização dos trabalhadores; tudo isso impedia que os salários acompanhassem o ritmo da produtividade, assegurando às empresas altas taxas de lucro e consequentemente afetando o custo de reprodução da força de trabalho urbana.

Analisando a evolução do salário mínimo real na Guanabara, OLIVEIRA identifica 3 fases distintas em termos de perda de poder aquisitivo da força de trabalho: entre 1944 e 1951 há uma redução do salário real pela metade; entre 1952 e 1957 ocorrem recuperações e declínios em decorrência de oscilações no poder político dos trabalhadores, e entre 1958 e 1968 observa-se deterioração crescente do salário real (OLIVEIRA, 1977, p. 42).

**Tabela 3: Salário Mínimo Real - Guanabara**

	Ano	Índices (Base=1944=100)	Variação Anual
1ª Fase	1944	100	
	1945	84,2	-15,8
	1946	74,1	-12,0
	1947	60,7	-18,1
	1948	58,0	-4,4
	1949	55,4	-4,5
	1950	50,9	-8,1
	1951	53,6	5,3
2ª Fase	1952	122,3	128,2
	1953	107,1	-12,4
	1954	144,6	35,0
	1955	142,9	-1,2
	1956	150,9	5,6
	1957	159,8	5,9
3ª Fase	1958	140,2	-12,3
	1959	106,3	-14,2
	1960	140,2	13,2
	1961	161,6	15,3
	1962	137,5	-15,0
	1963	128,6	-6,5
	1964	124,9	-2,1
	1965	119,6	-5,0
	1966	107,1	-10,7
	1967	104,5	-2,4
	1968	103,6	-0,9

FONTE: Tomado de Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", Seleções CEBRAP 1 - SP-1977, p. 41.

Ao lado do capital Industrial, o capital imobiliário tem sido corresponsável neste processo de deterioração salarial, elegendo a cidade do Rio de Janeiro como um dos seus locus de maior atuação até os dias de hoje. Nesta metrópole tem-se construído num dos grandes empregadores de mão-de-obra em função de sua vinculação com a indústria da construção civil exigindo, portanto, a contínua chegada de novos trabalhadores, contribuindo no estabelecimento de um patamar salarial baixo.

OLIVEIRA afirma ainda que "à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho passa a ter componentes cada vez mais urbanos, isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa" (OLIVEIRA, 1977, p. 45). Em outras palavras, os problemas de transporte, energia elétrica, saneamento, educação, saúde e os demais componentes da reprodução da força de trabalho

só podem ser resolvidos por meios institucionalizados e mercantilizados, não admitindo soluções "primitivas".

No entanto as evidências empíricas demonstram, pelo menos no que se refere à periferia, que nem todos os componentes de reprodução da força de trabalho são mercantilizados, admitindo, na maioria das vezes, soluções "primitivas" mesmo.

O espaço urbano periférico é produzido pela própria população que aí vive, quase sempre através de mutirões para autoconstrução da habitação, do pontilhão, da abertura e limpeza da vala, da queima do lixo, da abertura do poço, da colocação de lâmpadas nas ruas etc., conforme veremos mais adiante.

Como acumulação e especulação imobiliária estão sempre de mãos dadas, ocorre que esse numeroso contingente de mão-de-obra que busca emprego no Rio de Janeiro, aí não pode morar, já que o preço da terra urbana com benfeitorias públicas, próxima aos locais de trabalho, não condiz com os seus salários crescentemente deteriorados; localiza-se, pois, a classe trabalhadora, seguindo os fluxos dos interesses do capital imobiliário que lhe reserva áreas de favelas ou na periferia mais distante, espaços acessíveis porque mal servidos de infraestrutura urbana e de serviços sociais básicos, onde se desenvolve o processo de autoconstrução, uma das formas de autorreprodução dos trabalhadores.

O capital imobiliário, que realiza seu circuito começando como capital, passando pelo chão e voltando como capital maior, tem atuado com imenso vigor na metrópole do Rio de Janeiro, valorizando e desvalorizando espaços, transformando áreas rurais em suburbanas, e suburbanas em urbanas, provocando expulsão do núcleo central das populações de baixa renda e ocupação das zonas periféricas. E para isto é fundamental seu relacionamento com o Estado, pois o parcelamento de uma gleba supõe sua aprovação e implica num planejamento naquela direção, o que passa necessariamente por um privilégio político.

Como legítimo representante dos interesses das classes dominantes, o Estado privilegia a aplicação dos investimentos públicos na criação de infraestrutura para o capital industrial e para as operações imobiliárias em detrimento das políticas de correção das carências sociais, já que as primeiras dependem de tais dotações para manter e aumentar suas taxas de lucro.

Vale a pena lembrar Lessa quando afirma quando afirma

que "tanto a desordem urbana, em termos de ocupação espacial, quanto a reprodução de populações de baixa renda com condições de moradia precária, os dois fenômenos são manifestações dos mecanismos especulativos imobiliários que estão no interior do capitalismo brasileiro, e que aí têm papel estratégico. A própria lógica desse circuito especulativo tende a ir continuamente recriando este tipo de problema".<sup>14</sup>

O Rio de Janeiro, segunda cidade brasileira em investimentos industriais e primeira em especulação imobiliária, destacou-se no período 1940/1960 como uma das cidades que mais abriga migrantes; aqui o capital gera emprego no setor secundário e terciário, mas no momento em que esta massa trabalhadora precisa de morar, de utilizar os novos meios técnicos e culturais para a sua reprodução, precisa consumir, defronta-se com salários erodidos frente à elevação dos preços dos produtos industriais e agrícolas importantes para a sua reprodução, defronta-se com um rebaixamento absoluto do seu salário real e com a especulação imobiliária que comanda o processo de valorização do espaço e juntamente com o capital industrial tornam rígidos os orçamentos públicos, absorvendo dotações necessárias à resolução dos problemas dessa massa populacional.

Um dos sítios disponíveis para a localização desses homens é o Município de Nova Iguaçu, cujos espaços liberados com a decadência da citricultura, com o território agora reduzido as proporções atuais devido à emancipação de alguns distritos, vão abrigar contingente expressivo dessa mão-de-obra barata, atraída pela onda de loteamentos que se inicia em 1940 com o retalhamento das propriedades e se acentua depois da 2ª Guerra, conforme ilustram os dados da tabela.

**TABELA 4: Número de Loteamentos Aprovados - Nova Iguaçu**

	Até 1939	40-49	50-59	60-69	70-76	Total
Loteamentos	10	317	874	430	204	1835
Lotes	1.177	25.592	166.816	72.293	45.572	311.450

FONTE: Marta Bebiano Costa - "Loteamentos na Periferia do Rio de Janeiro: um espalho de luta", 1979.

14 Afirmação de Carlos Lessa em entrevista concedida à Revista "Espaços", publicada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção Rio de Janeiro, parcialmente publicada.

Com o desmembramento intensivo da terra em lotes para moradia, transforma-se a zona decadente rural em urbana, iniciando-se tal processo no coração da cidade e transbordando para a planície. Essas áreas eram relativamente bem servidas de transporte ferroviário e de outras vias terrestres, usufruindo ainda as vantagens da existência de um centro até certo ponto bem aparelhado em prestação de serviços e comércio em relação à região. Povoam-se, assim, densamente, os espaços compreendidos entre a Central e a Linha Auxiliar. "A área urbana se foi ampliando de duas formas: pelo desmembramento progressivo das chácaras que rodeavam o antigo núcleo arranjista e pelo loteamento de áreas mais amplas, vizinhas à cidade" (SEGADAS SOARES, 1960, p. 80).

Até 1939 apenas dez loteamentos existiam, alcançando o fenômeno seu ponto máximo na década de 50, quando 874 loteamentos foram aprovados. Tal fato é correlato ao vertiginoso crescimento demográfico de Nova Iguaçu, no bojo do processo de metropolização do Rio de Janeiro, que apresenta entre 1950/1970 um crescimento populacional total de ordem de 399,2% e urbano em torno de 831, 2%. Comportamento semelhante ao detectado em relação ao Município do Rio de Janeiro e à RMRJ, conforme atestam os dados.

**TABELA 5: Crescimento Populacional (%)**

Ano	Nova Iguaçu		Rio de Janeiro		RMRJ	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
1940	140.606*	-	1.764.141	-	2.312.120	-
1950	145.649	3,6	2.377.451	34,7	3.290.465	42,3
1960	359.364	146,7	3.247.710	36,6	4.965.466	50,9
1970	727.140	102,3	4.251.918	30,9	7.080.661	42,5

FONTE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 - IBGE.

\*Até 1940 o Município de Nova Iguaçu englobava os atuais Municípios de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti.

Supomos que esse êxodo em direção à periferia se explique na década de 50 mais pela absorção de contingentes migratórios e na década de 60, provavelmente em virtude do processo de remoção de favelas acentuado no núcleo, consequência da rápida valorização da terra urbana na RMRJ registrando-se, no final dos anos 60, o "boom" da construção civil, quando todas as áreas possíveis do núcleo e adjacências vão sendo gradativamente cobiçadas para as camadas médias e altas da sociedade.

Acelera-se, então, o processo de urbanização na Baixada e Nova Iguaçu atinge um grau de urbanização de 53,40% em 1950, percentuais que se ampliam para 71,66% em 1960 e atingem seu ponto máximo em 1970, com 99,61%, procedimento que se manifesta igualmente no conjunto dos distritos deste município (Ver Tabela 6).

Tais dados evidenciam uma modificação fundamental, que é a transformação do rural no urbano, anunciando novas formas de acumulação e a transformação da própria RM como locus privilegiado do capital, concentrando o processo a nível de polo nacional.

**TABELA 6: Grau de Urbanização (%)**

Área	1950	1960	1970
Nova Iguaçu	53,40	71,66	99,61
1ª Sede	64,50	81,55	100,00
2ª Queimados	27,18	58,35	100,00
3ª Cava	9,82	19,35	90,58
4ª Belford Roxo	54,45	59,61	100,00
5ª Mesquita	-	100,00	100,00
6ª Japeri	-	13,98	100,00
RMRJ	90,13	90,52	96,58

FONTE: Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970.

No processo de construção do espaço metropolitano vai se elaborando a periferia, aglomerados distantes de núcleos e carentes de infraestrutura, onde será instalada a massa trabalhadora que faz girar a máquina econômica.

Expressivos contingentes da população economicamente ativa (PEA) encontram-se nos municípios periféricos, e Nova Iguaçu revela-se, no período 50/70, razoável concentrador da massa trabalhadora da metrópole nos setores secundário e terciário, participando no secundário em 1950 e 1960 com percentuais que oscilam entre 3 e 4 % respectivamente. Este município vem sofrendo forte mudança na estrutura da PEA, predominando em 1950 sua inserção no primário, em 1960 no secundário e em 1970 no terciário.

No contexto do dinamismo do crescimento metropolitano a periferia desponta não apenas como espaço concentrador da PEA mas, ainda, como detentor das camadas mais pobres da massa trabalhadora, conformando, assim, um espaço altamente estratificado. Se a renda do município do Rio de Janeiro já é bastante concentrada, situando-se 68,48% da PEA até a 4ª

faixa de renda (500 cruzeiros em 1970), em Nova Iguaçu esse quadro se agrava, já que 67,92% se insere até a 3ª faixa (300 cruzeiros), segundo revelam os dados do censo<sup>15</sup>.

**TABELA 7: PEA - Faixas de Renda em Cr\$ - 1970 - (%)**

Classes de Renda	Município RJ	Nova Iguaçu
0 - 100	8,49	10,39
101 - 200	25,74	38,93
201 - 300	15,13	18,60
301 - 500	19,12	17,47
501 - 1000	15,28	8,02
1001 - 1500	4,70	1,20
1501 - 2000	2,76	0,34
2001 - e mais	3,83	0,23
S/Decl.	3,45	3,94
S/Renda	1,20	1,88
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Tabulações Especiais do Censo - 1970 - IBGE.

Esse é o processo de construção do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, o novo modo de urbanização, onde vastas porções do território são organizadas segundo uma industrialização inteiramente dirigida pela lógica do lucro, o que se traduz num desenho espacial de grandes contrastes, representados a grosso modo pela existência de um núcleo, concentrador da produção, circulação e consumo mais elevado, contudo, internamente heterogêneo, e de uma imensa periferia bastante homogênea em termos de pobreza e condições de habitação, tudo isto é resultado de processos sociais que deixam suas marcas no espaço e do seu uso dentro de uma determinada estratégia.

No que se refere aos interesses do sistema, núcleo e periferias não se opõem, ao contrário, complementam-se, constituem faces de uma mesma moeda, unidade de contrários.

O núcleo da RMRJ é por excelência o lugar do poder, do poder administrativo, é expressão espacial do poder econômico, político e social. Nele o setor industrial assume grande importância só superado pelo terciário, decorrente da moderna expansão capitalista, com empresas de grande porte vinculadas aos transportes, comunicações, publicidade, empréstimos, seguros, crédito, saúde, educação e cultura.

<sup>15</sup> Em 1970 o salário mínimo regional correspondia a Cr\$ 187,20.



Valorizado pelo capital imobiliário e pela ação dos investimentos públicos, tem sido o núcleo contemplado com equipamentos urbanos e serviços sociais adequados em boa parte de seu território, elementos condicionadores da localização das classes abastadas, embora, repetimos, também marcado por profundas desigualdades Internas. Aí se concentram investimentos, rendas e população, aí se reorganizam as relações sociais de exploração.

Tal processo cria periferias cada vez mais distantes dos centros de emprego, aí amontoando a massa trabalhadora em loteamentos, favelas ou conjuntos habitacionais, constituindo verdadeiros acampamentos destituídos de infraestrutura básica, exigindo deslocamentos extenuantes que constituem um fator adicional no esgotamento de sua força de trabalho. Sendo o processo de expulsão do núcleo, constante, isto faz com que o local de trabalho e residência sejam cada vez mais separados por longas distâncias.

Em 1968, enquanto o núcleo urbano do Rio de Janeiro (zona compreendida entre 0 e 10 Km em torno do centro urbano) concentrava quase 60% dos empregos e abrigava apenas 29,8% da PEA, o restante do município, incluindo a Baixada, servia de moradia a 70% da força de trabalho (VETTER, 1975).

Em diferentes momentos históricos a forma muda de conteúdo: se antes a ferrovia escoava o café e a laranja, agora serve para escoar os homens.

A localização das atividades econômicas, dos homens e das coisas, ou seja, das frações da totalidade social, num dado momento, se explica pelas necessidades de realização da formação social, mas também, pelas próprias características desse sítio.<sup>16</sup> Nova Iguaçu, por seus atributos em termos de herança do "ciclo da laranja" é um espaço livre, com uma malha fundiária adequada às necessidades econômicas, qualificado por técnicas representadas pela ferrovia e com o início de urbanização; tudo isso vai ter um significado particular nesse momento histórico, quando os processos atuais lhe outorgam a função de "cidade dormitório", cidade mal equipada

---

16 TORRES RIBEIRO afirma que um espaço específico não pode ser visto "em si", recortado segundo fronteiras arbitrárias oriundas da lógica dominante, mas também não pode ser perdida a sua especificidade de realidade única, original, o que geraria a seleção equivocada de variáveis analíticas que reafirmariam falsos problemas e falsas teorias. Ver "Espaço, Interdisciplinaridade e Política", de Ana Clara Torres Ribeiro, mimeo. p.6.

de serviços urbanos já que com o fim da citricultura poucas melhorias foram introduzidas. Delineia-se assim, um espaço que retraduz a divisão da sociedade em classes sociais.

As formas desordenadas cristalizadas no espaço metropolitano do Rio de Janeiro denunciam um espaço fortemente hierarquizado onde Nova Iguaçu se define mais como um depósito de moradia do que, como uma célula urbana, o que se vincula às necessidades do capital que vai produzindo o espaço e fazendo uso do território segundo o significado que cada lugar tem para a sua reprodução e acumulação, significado que varia em cada momento do desenvolvimento do processo de produção capitalista.

Em Nova Iguaçu, nesta fase, o loteamento é a grande "forma social" nova porque não houve formas de cristalização no passado suficientes para resistir. Pelo contrário, a estrutura fundiária dos laranjais até facilitou a instauração dessa nova forma, e o município não chegou a ter uma estrutura de proprietários fundiários com força suficiente para resistir a uma nova proposta a nível de governo, ou seja, para criar contradição ou conflito entre capital industrial e agrário. Assim, a explicação do espaço Nova Iguaçu não se encontra a nível local, mas na formação da RMRJ.

E o loteamento a grande forma socioespacial nova de reprodução da força de trabalho, mas não a única, condizente com o desenvolvimento geral da região metropolitana, locus das condições gerais de reprodução do capital. Antes havia outras formas prioritárias de reprodução da força de trabalho para os capitais urbanos, como a vila operária, depois a favela e várias outras anteriores à forma loteamento, formas que ora se conjugam, ora se superpõem. Todavia, neste momento, é o loteamento a forma mais adequada à escala do centro e ao atual modo urbano de acumulação de capital.

### 3. 1964: Agudização do Processo de Periferização e Movimento Popular Silenciado

Este período corresponde a um corte na expressão social e política das classes populares, impedidas de se manifestarem pelo acionamento de mecanismos repressivos contra os opositores do regime que passam a sofrer perseguições, cassações, prisões, torturas e a ameaça de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, a fim de que as formas econômicas se viabilizem e se realize grande escalada nas margens de lucro; para tanto necessário se faz que o controle político e ideológico se desenvolva no melhor estilo.

Os efeitos dessa nova conjuntura política se farão sentir em Nova Iguaçu no desmantelamento das três principais categorias de movimentos existentes neste município, a saber: movimento sindical, movimento de posseiros rurais e movimento de Associações de Moradores. Estes movimentos anteriores a 1964, surgiram no contexto de formação da RMRJ, no bojo da qual se estruturou Nova Iguaçu, propiciados por uma conjuntura política favorável ao desenvolvimento da democracia populista de massas, que se caracteriza pelo controle direto do Estado, como é o caso das organizações sindicais e dos Centros Pró-Melhoramentos, muitas vezes por eles criadas ou estimuladas, constituindo o voto praticamente o único poder de barganha diante do poder.

Assim, nesse período, Associações de Moradores e Centros Pró-Melhoramentos são criados, o desinteresse da Prefeitura pelos problemas dos bairros é denunciado, mas o movimento era ainda bastante débil e poucas reivindicações foram atendidas, e mesmo assim em períodos pré-eleitorais.

Em 1960, as Associações de Moradores, embora pouco articuladas e com poucas ligações com o movimento político mais amplo, realizam o seu primeiro congresso com a presença de políticos influentes e participação bastante significativa dos bairros. Dentre as consequências desse evento destacam-se o atendimento a algumas reivindicações por parte do poder público, a organização conjunta de uma luta contra a LIGHT e o envio das reivindicações gerais às diferentes

esferas do poder, mas a política situacional procurou capitalizar politicamente.

Nas áreas rurais de Nova Iguaçu as lutas camponesas se expressam na organização contra a destruição do setor agrícola, ainda com certo peso da citricultura, na resistência contra a expulsão da terra ou na luta pela sua ocupação e, finalmente, procurando rechaçar os criadores de gado que aí vão se implantando; tais lutas desembocam na criação de uma Liga Camponesa, de Associações de Lavradores etc.

Porém, neste contexto populista, são os movimentos sindicais urbanos que adquirem maior importância local; estes, a partir de 1960, se fazem sentir de maneira mais organizada quando estouram as greves da fábrica de pneus General, da Bayer, dos rodoviários e dos funcionários municipais, a maioria reivindicando melhorias salariais, algumas assumindo proporções bastante significativas.

Cria-se o "Conselho Intersindical dos Trabalhadores de Nova Iguaçu e Nilópolis" que engloba alto sindicatos e duas associações e, em 1962, as greves nacionais decretadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) atingem o município. Nesse mesmo ano, com o movimento eleitoral, intensificam-se as manifestações de ruas e os comícios, e os candidatos do PTB são eleitos.

Ainda que essas primeiras expressões de mobilização não tenham adquirido o sentido próprio que lhes cabe, sendo muitas vezes cooptados, constituíram formas de organização e manifestação política das camadas populares de Nova Iguaçu, interrompidas pelo golpe militar de 1964 que, como diz Singer, representou um ponto de ruptura na história política do país, criando condições institucionais para a consolidação e o aprofundamento do modelo econômico já instaurado, estabelecendo um novo equilíbrio de forças entre as classes decorrentes das necessidades do processo de desenvolvimento capitalista, já que as forças sociais em jogo antes de 1964 haviam criado um impasse, interrompendo-se a experiência populista e inaugurando-se um novo modelo político com características fortemente autoritárias.<sup>17</sup>

Assim, medidas repressivas combinadas com os chamados instrumentos de estabilização da economia, tais como: cortes

---

17 Sobre esse aspecto consultar Paul Singer, em "A Crise do Milagre", Ed. Paz e Terra, 1978.

nos gastos públicos, contenção de crédito, aumento dos tributos, reorganização do sistema financeiro e arrocho salarial, se constituirão em medidas tomadas e justificadas para recuperar a economia do país, que desde o período JK vinha sofrendo fortes pressões inflacionárias que encontraram "solução" em 64.

Nesse sentido foi implantado pelo novo regime uma eficiente política de contenção salarial além de medidas como o regime de FGTS e intervenção na organização sindical que subordinaram o trabalhador e abafaram suas aspirações, transferindo os ganhos da produtividade para o polo de acumulação, beneficiando apenas os extratos intermediários.

Dessa forma são criadas as condições que gestaram o chamado período do "milagre econômico", durante o qual se acelerou a expansão da economia e cresce o setor industrial, tendo como eixo o setor de bens de consumo duráveis.

Para fazer face às importações de máquinas e equipamentos do exterior, a política concentracionista atinge também a agricultura que passa a ser fortemente subsidiada no setor de exportações, implicando em elevados investimentos e industrialização do campo, com destruição de formas atrasadas de produção, acarretando forte mobilidade espacial das forças de trabalho que, ora vai engrossar os contingentes dos centros urbanos, ora vai ser redirecionada para as áreas rurais, principalmente para as áreas novas de fronteira.

A RMRJ continua a receber fluxos migratórios, tendo a população migrante participação no seu crescimento com valores de 71,27% entre 1960 e 1970, constituindo importantes fontes de mão-de-obra barata para a economia urbana, especialmente no que se refere à indústria de construção civil e atividades marginais do terciário; porém, nesse período, os fluxos passaram a ser absorvidos mais pela periferia, constando Nova Iguaçu entre os exemplos mais expressivos, acusando incremento migratório da ordem de 83,74% contra 25,35% do município do Rio de Janeiro.<sup>18</sup>

Assim, agudiza-se o processo de periferização em função não apenas do incremento migratório que ocorre a taxas crescentes, mas com a concorrência expressiva do empobrecimento do proletariado carioca; se a RMRJ cresceu entre 1960 e

---

<sup>18</sup> Os dados sobre crescimento migratório são fornecidos pela tese de Mary Garcia Castro, "O Migrante na Cidade do Rio de Janeiro" COPPE, UPRJ, 1977.

1970 a taxas equivalentes a 3,5% ao ano, 2,8% corresponderam ao núcleo e 5,2% à periferia. O núcleo continua concentrando investimentos que giram em torno de 60% (1970), ocorrem mudanças na qualidade da sua industrialização, aumenta a concentração de poder aquisitivo e os valores da terra, estes estreitamente correlacionados a elevados investimentos em infraestrutura e melhorias, o que provoca deslocamento e expulsão contínua para a periferia do próprio núcleo ou da RMRJ, denunciando um quadro territorial de elevado grau de segregação socioespacial.<sup>19</sup>

Mesmo existindo áreas vazias no núcleo, o destino das classes de baixa renda é a periferia, e o município de Nova Iguaçu continua a ser eleito como um dos locus privilegiado de moradia dessas classes. As taxas de incremento populacional desse município em 1970, mesmo em níveis decrescentes, giram em torno de 4,1%, tendo acusado entre 1960 e 1970 a maior taxa anual de crescimento geométrico da RMRJ, 7,30% contra 2,55% do Rio, posicionando-se em 1º lugar.<sup>20</sup>

Esse crescimento populacional é correlato ao aumento da área loteada e reloteada de Nova Iguaçu que ainda apresenta totais bastante expressivos (ver tabela) a partir de 1970, com 136 loteamentos e 18 reloteamentos, embora já tenha início um novo processo, o da proliferação de favelas.<sup>21</sup>

**TABELA 8: Número de Loteamentos e Reloteamentos**

Período	Loteamentos Aprovados	Reloteamentos
1960-1964	173	42
1965-1969	199	44
1970-1974	136	18
1975-1977	65	7

Fonte: CT-PDUUIIO - Dados obtidos junto aos registros da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - 1977.

19 Ver François E.J. Bremaecker, "As Regiões Metropolitanas Brasileiras", in: Revista de Administração Municipal, Vol. 22, nº 130 (RJ, maio/junho de 1975).

20 Dados extraídos da Tese de Mestrado de Mary Garcia Castro "O Migrante na Cidade do Rio de Janeiro", COPPE, UFRJ, 1977.

21 As afirmações sobre o recente processo de favelização da periferia resultam de constatações *in loco* e de depoimentos de moradores locais à autora.

E assim vão sendo incrementadas as densidades demográficas da periferia, concomitantemente à deterioração salarial e ao processo especulatório imobiliário. Em 1970, quando o salário mínimo regional era de Cr\$187,20, 34% da PEA do conjunto formado pelo município do Rio de Janeiro, Niterói, e Baixada Fluminense, percebia rendimentos mensais de até Cr\$ 200,00 posicionando-se Nova Iguaçu nesse conjunto em 1º lugar, com 48,32% da sua PEA nessa faixa salarial.<sup>22</sup>

Cabe ressaltar que ainda que, em 1970, Nova Iguaçu já apresentava uma PEA expressiva de 199.223 trabalhadores, pertencendo 36% ao setor secundário e 62% ao terciário.<sup>23</sup> No entanto, é fato conhecido, que a grande maioria dessa PEA ainda se desloca para o núcleo metropolitano e uma parte para outros municípios vizinhos, reafirmando, assim, a função desse município como "cidade dormitório".

Os espaços de luta em Nova Iguaçu no decênio 1964 - 1974 são reduzidos e as raras manifestações emergem de forma fragmentária, umas vezes tímidas, como as reivindicações dos bairros, outras vezes explosivas, como os quebra-quebra de trens. Mas a cada ação quase sempre corresponde uma ação repressiva.

Temos um quadro autoritário no país que se reflete no município, agravado pela crise interna no poder público local, envolto em corrupção e política de privilégios voltada para o atendimento de minorias. Encontravam-se bloqueados os canais de participação dos moradores que só são lembrados às vésperas de eleições.

Entretanto, algumas manifestações isoladas dos bairros se sucedem e são constantes as reclamações sobre falta d'água, saneamento, coleta do lixo, transporte, vias de acesso, iluminação pública, segurança, falta de escolas e de condições adequadas de funcionamento, entre outras. Tais fatos podem ser ilustrados por algumas notícias colhidas do "Correio da Lavoura".<sup>24</sup>

22 Dados de renda conseguidos do NEURB-PUC, correspondendo o salário mínimo regional em 1970 a Cr\$ 187,20.

23 Dados do Censo Demográfico, 1970, IBGE

24 Os fatos ilustrativos da movimentação existente no período do silêncio resultam da nossa pesquisa de arquivo efetuada no jornal "Correio da Lavoura" para o período 1964-1974.

Em 1969, o Km 32 organiza abaixo-assinado enviado ao Departamento de Educação exigindo escola para o bairro, em 1971, a Vila Fluminense utiliza o mesmo expediente para conseguir ponte e melhoria no calçamento das ruas; o bairro da Chacrinha dirige manifesto de protesto às autoridades federais denunciando seus graves problemas; Nova Califórnia protesta seguidamente contra o péssimo estado de suas vias públicas e Andrade Araújo reivindica melhorias publicamente. O problema da falta de iluminação pública e segurança é denunciado com veemência por vários bairros como: Heliópolis, Areia Branca, Farrula, Queimados, Bairro da Luz, Piam e Santo Elias: um grupo de bairros, entre os quais se encontram Vila Neli, Vila Operária e Engenho Pequeno, solicitam redução das tarifas de ônibus por meio de abaixo-assinado.

O veículo mais utilizado para a denúncia é a imprensa, mas os abaixo-assinados e memoriais vão aparecendo com certa frequência, sendo encaminhados, via de regra, à Prefeitura, através da Câmara Municipal, sem obtenção de vitórias significativas.

A luta contra a SANERJ, órgão responsável pelo serviço de água, ganha destaque com a realização de uma passeata denunciando a sua incompetência e o prejuízo causado a fábricas, escolas e bairros com a falta d'água ou sua contaminação. Também as empresas de transportes coletivos são alvo de manifestações populares.

Em 1973, alguns bairros se associam, como o Jardim Gláucia, criando o seu Conselho Comunitário com participação dos bairros periféricos, reunindo os moradores em torno dos problemas que mais os afligiam como água, escola e enchentes.

Os problemas se avolumam, mas a articulação dos bairros ainda é fraca e o nível de organização bastante reduzido. Todavia, outras formas de reivindicação explodem paulatinamente de forma mais brusca e violenta: é o caso das reações dos usuários contra o péssimo atendimento do INPS em 1970, e o quebra-quebra dos trens em decorrência do quadro dramático dos serviços de transporte. Estas adquirem maior intensidade a partir de 1974, com depredação e incêndio das composições, explosões fortemente reprimidas pela ação policial.

Enfim, tanto essas dispersas e fragmentadas iniciativas de moradores visando melhorias nos seus bairros, quanto as reações mais violentas como os quebra-quebra, a nosso ver,



antes de constituírem indícios de uma retomada daqueles movimentos reivindicatórios pré 64, expressam, num contexto de silêncio imposto formas de manifestação possíveis ou pontos de ruptura momentâneos desencadeados pela radicalização das precárias condições de vida nessa fração do espaço, sendo que a população aí progressivamente amontoadada, ao mesmo tempo que é impelida na esfera do trabalho a dispendar esforços individuais para arranjar ou manter o seu ganha-pão, é também simultaneamente impulsionada a travar esforços coletivos em função da socialização do seu desamparo neste espaço de sua reprodução, como veremos a seguir.

### III - AS BASES DA MOBILIZAÇÃO POPULAR

No capítulo anterior vimos como se produziu o espaço de Nova Iguaçu e os elementos de formação desse espaço, que é parte de um conjunto bem mais amplo formado pela periferia da RMRJ, ocupando lugar de destaque no subconjunto periférico constituído pela Baixada Fluminense.

Neste capítulo orienta-nos a necessidade de conhecer como está ordenado esse espaço, quais os elementos de sua ordenação, quais as características de homogeneidade da base social e territorial de seus bairros que conferem certa unidade a esse espaço municipal, já que a sucessão de formas semelhantes indicam semelhanças estruturais considerando que o movimento e as leis que regem sua formação são as mesmas. O conhecimento dessa base social e territorial se impõe na medida em que os movimentos reivindicatórios dos bairros de Nova Iguaçu ganham sentido e concretude, a priori, a partir da sua existência.

Para a caracterização dessa base social e territorial partimos de informações fornecidas por dados primários e secundários coletados em pesquisa de arquivo de jornal e trabalho de campo.

A pesquisa de arquivo foi realizada no jornal local "Correio de Lavoura",<sup>25</sup> abrangendo o período 1975 a 1980, e no arquivo do MAB para os anos 1978, 1979 e 1980,<sup>26</sup> selecionando - se material informativo sobre a mobilização dos bairros, causas e formas dessa mobilização, dados confirmados ou não e complementados com 10 entrevistas fornecidas por lideranças e outros participantes ativos e antigos do movimento.

Para a pesquisa de campo foi selecionado o bairro Ambaí - Parque Flora em virtude de ter sido neste que ocorreram as primeiras articulações que mais tarde vão dar origem ao MAB. Nele foram aplicados 100 questionários-entrevista (em anexo), dirigidos aos responsáveis pelas famílias, procurando obter informações destes e dos demais membros da família, referentes a estas duas questões básicas: Do que você e sua família vivem? De que forma vivem? Tais questões envolvem respostas que ultrapassam o âmbito individual e se relacionam com outros agentes sociais, entidades e instituições, destacando-se nestas últimas o Estado.

A seleção dos entrevistados, que contou com a participação de membros da Associação de Moradores, foi feita no sentido de se atingir os diferentes segmentos de moradores, em termos de composição social, distinção que se reflete em relação à sua localização espacial. Assim foram dirigidos questionários a moradores residentes na área central do bairro, na favelinha, nos morros etc.

---

25 A pesquisa de arquivo em qualquer jornal apresenta limitações que devem ser levadas em conta. Entre outros fatores podem ser apontados: a linha política que orienta o jornal, a censura interna e externa e a existência e o grau de interesse do jornalista responsável pela divulgação dessas lutas. Na verdade a pesquisa de arquivo no Correio da Lavoura abrange um espaço de tempo que vai de 1962 a 1980; a referência ao período 1975-1980 relaciona-se ao material utilizado para este capítulo.

26 O arquivo do MAB engloba uma grande variedade de jornais de Nova Iguaçu e do Município do Rio de Janeiro, inclusive o Encontro, o jornal do próprio MAB, estando organizado apenas o material referente a 1978, 1979 e 1980.

# 1. O Território do Movimento

Situada na franja da periferia da RMRJ e participando do conjunto de cidades-dormitório da Baixada Fluminense juntamente com Nilópolis, Duque de Caxias e São João do Meriti, Nova Iguaçu é a que detém a maior área, cerca de 764 km<sup>2</sup>, e a maior taxa média geométrica anual de incremento populacional, segundo o último Censo Demográfico, 4,17% entre 1970 e 1980 (mapa 2).

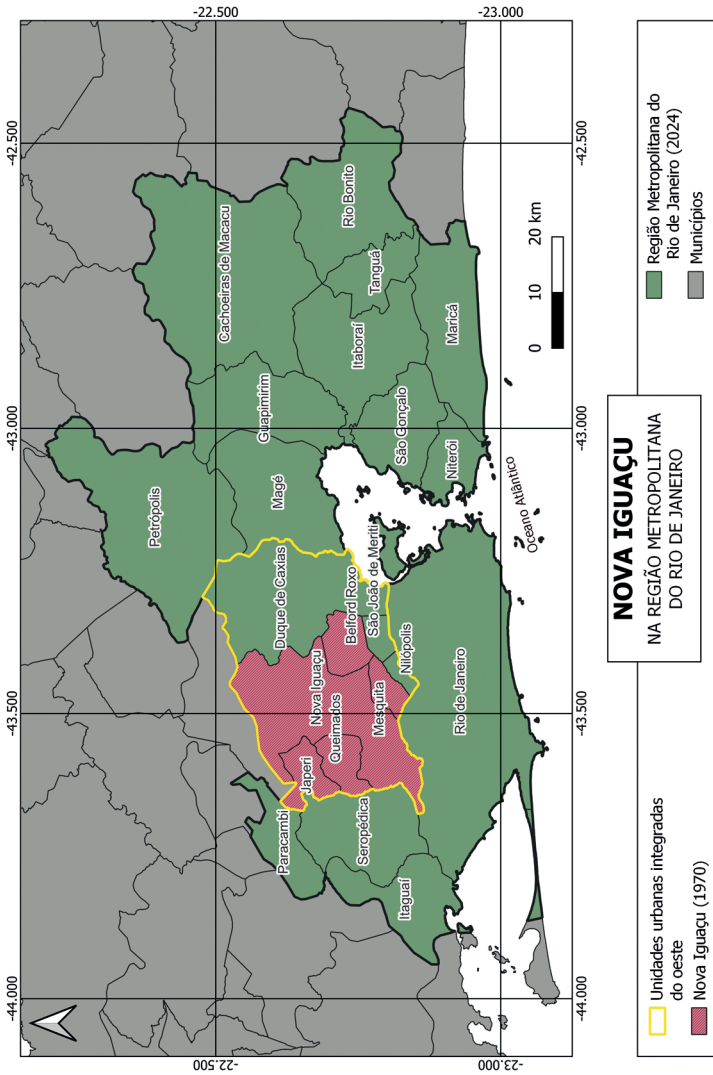
É uma imensa planície ligeiramente ondulada, cortada por grandes canais como o Velhas, Botas e Sarapuí que periodicamente a inundam, limitando-se na sua parte setentrional e meridional por serras de altitudes moderadas como a de Madureira e Tinguá.

Na sua extensa área quase totalmente urbanizada esse município dispõe de um pequeno núcleo, centro de decisões do poder econômico e político local, constituído pelo centro da cidade em torno do qual se dispõem as classes mais abastadas, dotado de melhores condições de equipamentos e concentrando quase a totalidade dos serviços urbanos. Esse núcleo acha-se encravado numa imensa mancha periférica em grande parte desprovida de infraestrutura e de serviços sociais básicos, exibindo em toda a sua plenitude, em todas as suas dimensões, a miséria moderna, essa monstruosa desordem cotidiana vivida e revelada.

Os dados revelam como estão organizados os elementos que definem essa base territorial e que servem para a descrever num primeiro momento. Embora a configuração visual desse espaço seja facilmente apreensível, torna-se necessário um movimento consciente para selecionar o maior número possível de informações qualitativamente válidas que dizem respeito à existência situação dos meios de consumo coletivos necessários à reprodução da massa trabalhadora que aí vive, às reivindicações de que têm sido objeto e também ao significado que assume para essa população.

Os resultados da pesquisa de arquivo relacionados aos problemas que mais afetam os bairros podem ser resumidos no seguinte quadro:

# MAPA Nº 2



**TABELA 9: Hierarquização dos Problemas, Levantados pela População, Segundo a Pesquisa de Arquivo (1964 a 1980)**

Ordem	Problemas	Nº Bairros	%	Freq.
1º	Saneamento Geral (1)	101	57	207
2º	Água	84	47	175
3º	Iluminação Pública	79	44	123
4º	Vias de Acesso	76	43	140
5º	Educação	75	42	120
6º	Saúde	67	38	93
7º	Segurança	66	37	84
8º	Transporte	55	31	95
9º	Moradia	30	17	43
10º	Problemas Gerais (2)	28	16	158
11º	Limpeza Urbana	20	11	31
12º	Denúncia de Politicagem	14	8	21
13º	Carestia	11	6	13
14º	Poluição	6	3	6

FONTE: Pesquisa de Arquivo no Correio da Lavoura, 1980.

Total de Bairros Pesquisados: 178.

Compreende a drenagem, saneamento básico e coleta de lixo.

Refere-se aos problemas gerais do bairro, sem especificação nenhuma.

### - Saneamento Geral

Considerado pela população um dos problemas de maior gravidade do município, reconhecido pelas autoridades e amplamente destacado pela imprensa, assume o saneamento na hierarquia dos problemas, posição incontestada de 1º lugar, denunciado por 101 bairros no período 1964-1980, ou seja, 57% do universo pesquisado, aparecendo com uma frequência de 207 vezes. Nossos resultados se assemelham aos da pesquisa feita pela Prefeitura a partir das reivindicações encaminhadas pelas Associações de Moradores em termos de necessidades (vide tabela 10).

**TABELA 10: Problemas mais Reivindicados Segundo Pesquisa da Prefeitura**

Distritos	PROBLEMAS	
	1º Lugar	2º Lugar
1º Sede	Policimento	Saneamento
2º Queimados	Policimento	Saneamento
3º Cava	Assist. Médica	Saneamento
4º Belford Roxo	Policimento	Saneamento
5º Mesquita	Saneamento	Calçamento
6º Japeri	Transportes	-----

FONTE: Jornal HOJE - 16/03/79.

Conforme registrado anteriormente, dos 147.808 domicílios particulares permanentes de Nova Iguaçu em 1970, 90,2% não possuíam ligação à rede geral de esgotos e menos de 23% contavam com fossas sépticas; apesar de ocupar o 7º lugar do país em população o município figura no 255º lugar em relação ao saneamento geral, que compreende a drenagem pluvial e o saneamento básico (rede de esgotos).<sup>27</sup> O município não dispõe de sistema coletor de esgotos sanitários, sendo os dejetos lançados à rede de drenagem pluvial, quando existe, sem qualquer tratamento. Esta situação é responsável pelos elevados índices de doenças infectocontagiosas apresentadas pela população.

A CEDAE atua muito precariamente e apenas no sistema de abastecimento d'água, alegando não suportar os elevados investimentos que a implantação de uma rede de esgotos demandaria.

**TABELA 11: Sistema Coletor de Esgoto Sanitário Nova Iguaçu - 1970 (%)**

Domicílios	Fossas Sépticas	Fossas Rudimentares	Outros Escoadouros (1)	S/ canais de escoamento
100 (147.808)	23	39	15	23

FONTE: Dados da FUNDREM - Unidades Urbanas Integradas do Oeste. Vol. IV, NI, p. 99.

Lançam os detritos diretamente em valas, rios ou lagos.

27 Nova Iguaçu figura em 255º lugar no conjunto de municípios brasileiros não capitais, segundo a revista Dirigente Municipal nov/dez. 1975 "Os Quinhentos Municípios mais Desenvolvidos" - Plano do Governo de Nova Iguaçu - Quadriênio 77-80.

A FUNDREM esboçou o seguinte quadro sobre a extensão da rede de drenagem pluvial.

**TABELA 12: Extensão da Rede de Drenagem Pluvial nas Vias Urbanas dos Distritos de Nova Iguaçu entre 1975 e 1979**

Distritos	Total de Malhas Viárias Atingidas	
	Valores absolutos (Km)	Valores Relativos (%)
1°	63	5
2°	12	(1)
3°	0	0
4°	39	5
5°	8	5
6°	5	3
Município de Nova Iguaçu	127	4

FONTE: Dados da FUNDREM - Unidades Urbanas Integradas do Oeste Vol. IV, NI, p. 101.

Sem declaração, mas consta ser menos abrangente, cobrindo poucas ruas do centro e adjacências.

Assim como a precariedade dos meios de consumo coletivos vai se acentuando de acordo com o maior afastamento do núcleo metropolitano, o mesmo ocorre com os distritos de Nova Iguaçu à medida que vão se distanciando do núcleo municipal, tal fato é correlato, ao que tudo indica, à distribuição espacial da força de trabalho segundo os diferentes níveis de renda.

Segundo comentário da FUNDREM, além da rede de drenagem pluvial atingir apenas 4% das vias urbanas do município, este não dispõe de estudos sobre o assunto, nem de mapas com a sua localização, e quando se expande é sem o menor critério. Com as chuvas os alagamentos atingem dimensões alarmantes, principalmente nos bairros próximos dos canais de Sarapuí, Bota e Iguaçu, como é o caso de Jardim Gláucia, Jardim Redentor, Chatuba e Jardim Ideal, entre outros.

Moradores do Jardim Ideal comparecem com certa frequência ao noticiário jornalístico, "denunciando a falta de dragagem do rio Sarapuí, situando-se o loteamento abaixo do nível do rio, o que é criminoso pois não há saneamento: assim as crianças adoecem e não há posto médico, mas pagam impostos" (Correio Da Lavoura, 1978).

Em 1980 um surto de febre tifóide explode em Dom Rodri-



go ameaçando espalhar-se por outros bairros, alegando um morador "que a culpa de toda essa calamidade é do governo, pois que se houvesse saneamento nas ruas isso não aconteceria (Jorge França). Em consequência 4 pessoas morreram e 50 foram vitimadas sem que as autoridades tomassem qualquer providência" (Correio da Lavoura, 1980).

A sede do município, mesmo sendo o distrito mais bem servido e concentrando a rede no núcleo e vizinhanças, tem bairros importantes como a Posse, Austin e Monte Líbano com funcionamento precário e outros sem rede, como Três Corações, Andrade Araújo, Heliópolis, no 4º distrito, é um dos núcleos mais habitados, tendo mais de 25.000 pessoas mas, segundo alguns de seus moradores, "viver ali é uma questão de arte em face da situação local: não existe pavimentação nem rede de esgoto, correndo-se o risco de contaminação" (Hoje - 1979). Em Austin o bairro dos Inconfidentes "lança apelo para que seja olhado o problema do valão que vai até Queimados, impregnado de lixo, mato, cobras, ratazanas, oferecendo toda a sorte de perigos às crianças em descuido" (Hoje, 1979).

O distrito de Queimados só é atendido em saneamento em pequeno trecho central, sendo o problema denunciado pelos moradores na Câmara Municipal devido à "existência de surto de malária decorrente da grande quantidade de águas paradas nas valas" (Correio da Lavoura, 1977). Em Vila de Cava tal serviço é simplesmente inexistente.

Belford Roxo e Mesquita também só são atendidos nas porções centrais, tendo importantes áreas como Miguel Couto, Areia Branca e Lote XV em completo abandono, situação "responsável pela contração de diversas doenças, principalmente de pele, devido ao grande número de valas infectas, fonte de mosquitos" (Correio da Lavoura, 1978). Japeri conta apenas com pequena fração da rede pluvial no seu centro e no de Engenheiro Pedreira.

O problema da falta de saneamento básico é agravado com a falta de coleta do lixo, já que 80% do lixo produzido não é recolhido e do pequeno percentual coletado boa parte é feita sem regularidade. "A produção deve estar por volta de 600 toneladas diárias e a coleta não chega a 100 toneladas, sendo cerca de 500 toneladas espalhadas diariamente pelos terrenos baldios, jogados nas valas e valões, obstruindo os desaguadores que na época das chuvas transbordam e invadem as casas, gerando um foco de poluição, mosquitos e doenças"

(Relatório do MAB no 1º Ciclo de Debates Populares - 1980).

"O Rio Bota, que corta os bairros de Posse, Santa Eugênia, Caioaba, Esplanada, recebe cerca de 300 quilos de lixo por dia, com risco de transbordamento" (Fluminense, 1979).

Caioaba é um dos bairros que mais tem reagido a essa situação já que "aí são depositados animais em decomposição, transformando o ambiente numa lixeira, esconderijo de ratos e contaminando a água" (Encontro, 1979). E o bairro Bom Pastor o denuncia risco que corre de "submergir nas próximas chuvas caso não se tome alguma providência, pois os loteamentos irregulares tem os canais entupidos e a cada temporal são ameaçados de inundação" (Hoje, 1979).

No bairro de Ambaí-Parque Flora, objetos do nosso trabalho de campo, também os problemas de saneamento e coleta de lixo estão incluídos entre os que mais preocupam a população local, conforme indicam os dados do quadro que se segue.

**TABELA 13: Hierarquia dos Problemas Locais  
Segundo a Opinião dos Moradores Ambaí - Parque Flora**

Ordem	Problemas	Moradores (%)
1º	Água	57
2º	Saneamento *	54
3º	Segurança	47
4º	Iluminação Pública	36
4º	Vias de Acesso	36
4º	Saúde	36
5º	Transporte	30
6º	Comércio	16
7º	Educação	12
8º	Lazer	6

FONTE: Pesquisa de campo em Ambaí - Parque Flora, 1981

(\*) O saneamento inclui a coleta de lixo.

Dos moradores entrevistados em Ambaí-Parque Flora, 54% consideram o saneamento e a coleta de lixo como um dos mais graves problemas. "O esgoto é uma vala aberta pela Prefeitura há 5 anos, na época da eleição", "é um rio que corre na frente da casa, onde as crianças brincam e "quando enche afeta a água do poço" e "traz mosquitos que quase atropelam a gente"; entretanto "na rua principal tem galerias e as pessoas que têm condições fazem o manilhamento, mas quem não pode, vê a lama passar em vez de ver a banda passar". "Esse cheiro de esgoto estraga as pessoas, traz doenças, princi-

palmente para as crianças que brincam dentro das valas" e "as pessoas tem que colocar as manilhas porque os candidatos prometem mas não fazem nada"; "houve até o caso de um homem que fez um valão para impedir que sua casa fosse invadida pelo esgoto e foi multado" (entrevistas à autora).

No bairro pesquisado 63% dos entrevistados considera a transmissão de doenças uma das mais sérias consequências da falta de esgoto e lixeiro e 40% dessas pessoas atribui o fato à proliferação de mosquitos, discriminando como de ocorrência mais frequente as doenças de pele, verminose, diarreia e malária. A contaminação da água de poço e o mau-cheiro também são relacionados ao mesmo problema. Estando o município de Nova Iguaçu enquadrado na Baixada Fluminense, compreendido por uma imensa planície ligeiramente ondulada e de pouca declividade, cortado por rios, canais e valões que descem das serras e submetido às grandes precipitações pluviométricas, impunha-se a consideração dessas condições físicas quando da elaboração e aprovação dos projetos de loteamentos e do zoneamento urbano.

No entanto, apesar da existência de artigos no Código de Obras referentes a essas condições, "pouquíssimos foram os loteamentos nos quais as vazões naturais foram respeitadas e retificadas".<sup>28</sup> Assim, projetos de loteamento situados em locais impróprios e sem infraestrutura eram elaborados pelo próprio funcionário encarregado de sua aprovação na Prefeitura, conforme denúncia do antigo chefe de Divisão de Viação e Obras da Prefeitura. E as empresas loteadoras alegando os altos custos do saneamento, o que elevaria os preços e dificultaria as vendas, e acobertados pelas facilidades encontradas, fazem negócios altamente rentáveis vendendo loteamentos irregulares sem infraestrutura, deixando de cumprir a legislação vigente sobre o parcelamento e ocupação do solo.

Como é óbvio, o loteamento em Nova Iguaçu via de regra significa uma condição de vida bastante precária, já que se

---

28 Essas informações foram retiradas de matéria publicada por Frederico Fernandes Pereira no Correio da Lavoura de 31/01 e 01/02/76, sobre "Causas e Origens das Enchentes no Município de Nova Iguaçu". O autor foi Chefe da Divisão de Viação e Obras da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu na administração de Aluizio Pinto de Barros, de 1963 a 1964. Sua gestão é considerada, por muitos que a acompanharam de perto, como uma das melhores, e as obras mais eficientes e duradouras foram executadas sob sua responsabilidade.

situa quase sempre em terrenos sem infraestrutura e sujeitos a inundações.

Essas condições facilitam a remuneração do capital imobiliário que aí assume o papel de simples repassador de terras, sem se responsabilizar pelos encargos relativos aos equipamentos básicos dos loteamentos. Estes são assumidos pela massa trabalhadora através da adoção de soluções "primitivas" representadas, por exemplo, pela autoconstrução de valas, perfuração de poços etc. Tais fatos explicam o porquê, e em que condições essas áreas se tornam acessíveis a expressivas parcelas do proletariado.

### - Água

O problema de abastecimento de água se assemelha ao do saneamento em geral, figurando na tabela em 2º lugar na ordem de prioridades da população. Tal problema foi denunciado por 84 bairros, comparecendo 175 vezes no noticiário jornalístico. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1970, Nova Iguaçu destacava-se na Baixada Fluminense como o município que apresentava o mais baixo índice de domicílios ligados à rede pública de abastecimento de água, em torno de 35%, situando-se abaixo da média da RMRJ (69%), não tendo se verificado até agora mudanças substanciais (mapa 3).

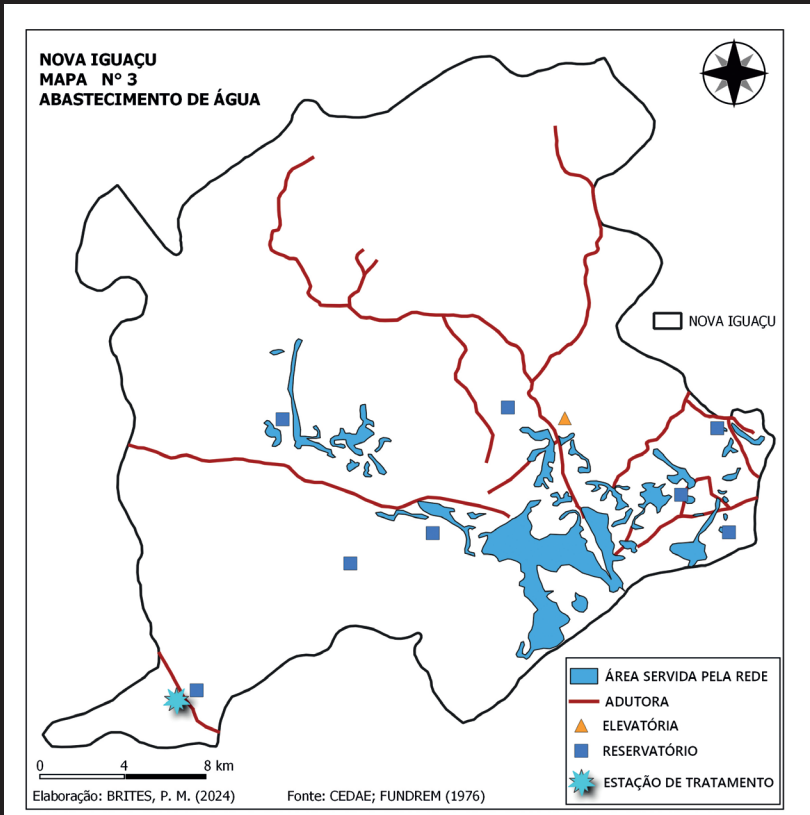
**TABELA 14: Abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes de Nova Iguaçu - 1970 (%)**

Domicílios	Ligados à rede pública	Utilizam poços rasos	s/ abastecimento
100 (147.808)	35	52	13

FONTE: Dados fornecidos pela FUNDREM. Unidades Urbanas Integradas do Oeste. Vol. IV, NI, p. 95.

Os poços utilizados, em geral, não apresentam condições de salubridade, seja pela própria qualidade da água, seja pela sua localização próximo a fossas e valas ou pela falta de cuidados e limpeza na sua manutenção, sendo constantemente invadidos pelas águas das chuvas e dos esgotos. "Chavascal apela as autoridades e protesta contra a CEDAE, pois pagam a água e portanto têm direito ao fornecimento regular, e as crianças estão bebendo lama dos poços contaminados e se enchendo de doenças" (Pontual, 16/10/79). Ressente-se a população até mesmo da falta de um serviço local e gratuito de aferição da qualidade da água, a fim de analisá-la para

NOVA IGUAÇU  
MAPA Nº 3  
ABASTECIMENTO DE ÁGUA



detectar focos de doenças infectocontagiosas, e de campanhas de orientação. "Secretário de Saúde responsabiliza CEDAE pelo surto de tifo em Dom Rodrigo devido contaminação das águas". (Correio da Lavoura, 10 e 11/05/80).

**TABELA 15: Rede de Distribuição de Água em Nova Iguaçu 1975**

Distritos	% da malha viária atendida
1º Sede	10
2º Queimados	Inexistente
3º Vila de Cava	Inexistente
4º Belford Roxo	10
5º Mesquita	50
6º Japeri	Inexistente

FONTE: Dados da FUNDREM - Unidades Urbanas Integradas do Oeste, Vol. IV, N.I., p. 95 a 98.

Conforme acusa o quadro, apenas a Sede, Mesquita e Belford Roxo contavam em 1975 com redes distribuidoras de água. Além desse abastecimento não ser contínuo nem com o volume necessário, deixa muito a desejar quanto ao tratamento dentro dos preceitos técnicos desejáveis. Sendo escasso, estabelecem-se prioridades: "Moradores do Jardim Esplanada não recebem água há 2 anos, pois esta é desviada para atender hotéis, indústrias e ferros-velhos e reclamam da falta de limpeza no reservatório de água que abastece a população" (Correio da Lavoura, 1978)

Os troncos do 1º Distrito estendem-se apenas 94 Km de sua malha viária, abastecendo principalmente parte do núcleo central e de Andrade Araújo, constando como área prioritária no plano de expansão da CEDAE. O noticiário jornalístico está infestado de queixas, apelos e denúncias dos bairros deste distrito. "Moradores de Carmari fazem abaixo-assinado para encaminhar à CEDAE já que o presente plano de expansão atinge o centro do bairro mas não prevê a colocação de canos em 95% de suas ruas. E vários casos de hepatite já foram registrados e atribuídos ao consumo de água de poço". (Correio da Lavoura, 3 e 4/6/78).

"Bairro da Luz, a cinco minutos do centro sem água. De importante, a única coisa que o bairro possui são os nomes das ruas" (Hoje, 1/6/79). "Ponto Chic: o nome não passa de uma ironia pois de "chic" só há uma nascente que abastece o bairro". (Correio da Lavoura, 1979).

A constante falta d'água conduz à busca de outras soluções: "no Bairro Botafogo, antes apenas um "loteamento" do BNH, hoje grande e sem recursos, os moradores andam às vezes até 1 Km para buscar água" (Hoje, 25/7/79).

Ou ainda partem para a ligação clandestina, fazendo sangria nas adutoras e canalizações alimentadoras, recebendo água insuficiente e sem tratamento: "Em Jardim Guandu (Km 32) a comissão de moradores evitou que a CEDAE cortasse a água cuja ligação era considerada clandestina. Diante da inércia das autoridades que não solucionavam as péssimas condições do sistema de canalização, alegando não ter verba, organizaram um mutirão para comprar tubulação colocada em 4.000 m. A CEDAE quis processá-los mas diante da reação dos moradores foi obrigada a se calar" (Pontual e Berro da Baixada, 1978).

Os reparos no precário sistema de distribuição frequentemente são feitos pelos próprios usuários: "Moradores de Boa Esperança, em mutirão, efetuaram reparos no sistema de distribuição de água e agora a CEDAE ameaça processá-los". E pouco depois: "Moradores de Boa Esperança informam que a CEDAE desistiu de processá-los e agora eles reivindicam que seja jogado aterro sobre as manilhas das ruas" (Pontual, 30/05/78).

Mesquita é o distrito que apresenta a rede mais abrangente, mas engloba áreas de altas densidades e, para que elas sejam atendidas mais equitativamente, a distribuição se faz por manobras de registro. Também consta das prioridades do plano de expansão da CEDAE. Os problemas dos outros distritos aí se repetem, inclusive a cobrança da água que não existe: "Vila Emil implora água até por telegrama ao governador, em nome de 6.000 moradores. Depois de uma mobilização permanente incentivada pela Associação dos Moradores desde novembro de 76, Vila Emil consegue água. A luta é antiga e desde dezembro do ano passado o bairro tinha 8.000m de encanamento sem ligação, apesar das contas da CEDAE serem apresentadas mensalmente. O diretor da CEDAE prometera ligação imediata mediante pagamento das contas atrasadas; a primeira vitória foi o cancelamento das contas até a ligação da água que passou a ser ligada duas vezes por semana" (Extraído do Encontro, Nov. 79).

Em Queimados não havia rede pública em 75, mas CEDAE já elaborava um projeto para atender a zona mais densamente

povoada, admitindo atualmente a existência de 40 Km de rede nas ruas mais densas do núcleo. Os registros que se seguem ilustram bem a gravidade do problema: "Nova Era bebe água contaminada pois os poços de água potável filtram o líquido de fossas e sumidouros que ficam no mesmo nível e próximos uns dos outros. Vários casos de mortalidade infantil já foram registrados" (Correio da Lavoura, 28 e 29/01/78).

"Durante a visita do Governador Chagas Freitas e do Ministro Mário Andreazza para a solenidade de início das obras da nova adutora que fornecerá água a toda Baixada, moradores do bairro Santo Antônio, em busca de água, furavam valas. Os moradores, desesperançados, disseram que já vivem há 15 anos sem água, mesmo morando próximo ao Guandu" (Fluminense, 10/09/79).

Vila de Cava não tem rede de água, nem investimentos aí foram realizados e nem há previsão para a instalação rede devido baixas densidades demográficas.

Belford Roxo, com cerca de 300 mil pessoas sem acesso à distribuição de água pública, tem atendimento a apenas 8 áreas ou 10% da malha viária. A distribuição é feita também na base de manobras de registros, sem estação de tratamento, utilizando apenas cloração.

Jardim Redentor, Jardim Ideal, S. Bento, Jardim Gláucia e Bom Pastor são 5 loteamentos antigos que possuem água somente em alguns pontos. São Bento só recebeu os primeiros canos d'água em 78.

Aí também a escassez e precariedade do sistema andam juntos: "Jardim Redentor apela à CEDAE para resolver o problema da água, pois o tubo quebrado está misturando água com esgoto, prejudicando a saúde do povo" (Hoje, 10/08/79).

Em Japeri não existe sistema de abastecimento de água: "Japeri que já teve muita água hoje sofre com sua escassez, pois a Central do Brasil tomou a água para lavar seus vagões. Hoje a população quer a água de volta" (Hoje, 22/06/79).

No bairro pesquisado a questão da água apresenta problemas de ordem diferente de Nova América, bairro vizinho, começando pela forma de se obter água.<sup>29</sup>

29 O levantamento de alguns problemas referentes à infraestrutura e serviços sociais básicos em Nova América, vizinho do bairro pesquisado, foi feito por alunos de graduação do Curso de Geografia da UFRJ, em excursão realizada na disciplina Trabalho de Campo I. Aproveitamos este material para também subsidiar nosso trabalho.



**TABELA 16: Como os Moradores Conseguem Água**

Nova América		Ambaí - Parque Flora	
Forma	(%)	Forma	(%)
Água de poço	36	Água de poço	83
Encanada clandestina	33	Água do vizinho	11
Água de poço e encanada clandestina	27	Água da nascente	4
Água do vizinho	7	Água clandestina	1
		Carro pipa	1
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

FONTE: Pesquisa de Campo em Ambaí-Parque Flora e levantamento feito em Nova América - 1981.

Em Nova América passa a tubulação da água que vem do Gandu em direção ao Rio, e a população se divide entre a água de poço e a água clandestina, como mostra o quadro acima, "A CEDAE exigiu que nós comprássemos o tubo para colocar água. Daí as pessoas são obrigadas a ficar sem água ou armarem "gatinhos" e em 1980 os moradores se reuniram e colocaram o encanamento na rua; a CEDAE tentou tirar, mas os moradores não deixaram", porém, "a água encanada não funciona, falta muito e a CEDAE está cobrando". No mês de agosto (1981) chegaram 3 contas: uma de Cr\$ 1.114,00 outra de Cr\$ 1.893,00 e outra de Cr\$ 1.114,00. Então "o pessoal quer se reunir para não pagar a água". Assim, apesar de todo esforço e despesas de moradores, a água é insuficiente, as contas altas e com frequência os canos são arrancados pela CEDAE, deixando a população sem água.

Em Ambaí-Parque Flora a situação se agrava pois, praticamente não existe outra forma de se obter água, a não ser através de poço, situação vivida por 83% dos entrevistados, e mesmo assim com sérias dificuldades. "Água aqui é o problema principal, o poço seca e se anda muito para apanhar água; é muito difícil por causa da lavagem de roupa". "Tem que furar o poço sempre ou carregar água dos vizinhos. Tem vindo gente fazer o levantamento e prometendo água, agora perto das eleições, mas não acredito que venha" (Depoimento à autora, 1981).

"O poço tem 18 m e está secando". "Eles estão prá colocar água encanada. Não troco a água de poço pela água encanada, porque sei que não vem a água mas vem a conta". Além do problema do poço secar, levantado em Ambaí-Parque Flora por 27% dos entrevistados, o problema da água contaminada também foi denúncia do por 12% deles.

Como vimos, falta d'água, contaminação das águas, falta de canalização, problemas com manobreadores, venda da água, cobrança de taxa ilegal por parte da CEDAE, manobreadores eleitorais, tudo isso vai violentando a população que tenta resistir através das chamadas soluções "primitivas".

Estas, via de regra, pressupõem iniciativas coletivas que acabam estimulando o espírito associativo entre os moradores (vide os exemplos de mutirões para solucionar o problema da água).

Convém ressaltar ainda que, no confronto entre o poder público e os moradores nas suas soluções "primitivas", estes frequentemente são jogados numa situação de ilegalidade provocando reações por parte das autoridades competentes, como por exemplo a ameaça ou retirada dos encanamentos clandestinos, que acarreta a realimentação das práticas associativas no sentido de resistência às investidas do poder público.

#### - Saúde

Olhando para trás, o que vimos? Um extenso município, com uma grande população vítima de uma história de omissão e incompetência dos poderes públicos na definição e aplicação de uma política adequada de saneamento básico, coleta de lixo e abastecimento de água, com sérias consequências nas condições de saúde.

Convém lembrar, entretanto, que esta situação tem sua origem na atuação das empresas loteadoras que, respaldadas pelo poder público local, proliferam a venda de terrenos sem o mínimo de infraestrutura básica garantindo, assim, seus lucros, e tornando desta maneira essas áreas "acessíveis" a essa população pobre.

As péssimas condições sanitárias constituem terreno propício ao desenvolvimento das moléstias infecciosas e parasitárias que entre 1968 e 1972 ocupavam o 2º lugar como causa de morte, logo após as doenças do coração, acarretando altas taxas de mortalidade infantil, que não apresentam tendência a se reduzir.

**TABELA 17: Mortalidade Infantil - Óbitos por 1.000 nascidos vivos Nova Iguaçu - 1966 a 1970**

Município	1966	1967	1968	1969	1970
Nova Iguaçu	99,94	94,13	92,78	112,38	93,32

FONTE: Secretaria de Saúde e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro.

Também o quadro geral de doenças, montado a partir de pesquisa de campo, é altamente denunciador das condições em que vivem essas populações. Assim, doenças de pele causadas por mosquitos, fazendo com que "crianças fossem internadas por causa da mordida", vermes, diarreia, hepatite, conjuntivite, febres, malária, registradas por expressivo número de moradores, estão intimamente relacionados aos problemas de falta d'água, esgoto e coleta de lixo. Além dessas, doenças de criança, controláveis por vacina prévia mas que aí ainda matam, como também a gripe, pneumonia, desidratação, desnutrição e anemia, são muito frequentes.

**TABELA 8: Doenças mais frequentes, segundo a opinião dos moradores**

Doenças	Percentual de moradores denunciadores da ocorrência
	Ambaí - Parque Flora
Gripe	22
Doenças de Pele	22
Doenças de Criança	19
Diarreia	17
Vermes	13
Febres não especificadas	10
Hepatite	9
Desidratação	6
Conjuntivite	5
Pneumonia	5
Tifo	2
Malária	1
Sem Declaração	34

FONTE: Trabalho de Campo - Julho de 1981.<sup>30</sup>

30 As doenças de pele são causadas por mosquitos e as doenças de criança denunciadas foram sarampo, catapora e coqueluche. Também foram registrados casos de meningite, varíola, esquistossomose, anemia e desnutrição, doenças do coração, derrame e reumatismo. Convém ainda destacar o elevado n° de entrevistados que não responderam a este item., devido ao fato de considerarem doenças apenas aquelas que envolvem um risco de vida mais imediato. Portanto, a maior parte das doenças apontadas pelos outros entrevistados são vistas por estes últimos como algo natural, incorporado sem maiores conflitos ao seu cotidiano.

A gradual expansão industrial na Baixada na última década tem dado a sua contribuição para a ampliação do quadro de doenças, promovendo alto grau de poluição ambiental. "No bairro da Viga, a fumaça da fábrica de tintas Tupã provoca a ocorrência de vários casos de intoxicação em crianças" e a "Fábrica de Isolamentos Modernos, em Vila Nova, lança gases altamente tóxicos 3 vezes ao dia e a população se queixa de tonteadas, dores de cabeça, irritação nos olhos e problemas respiratórios" (CORREIO DA LAVOURA, 1978).

"Em Santa Eugênia, a Metalúrgica Metalwork é fechada depois de abaixo-assinado encaminhado à FEEMA, denunciando o estado de saúde dos moradores" (CORREIO DA LAVOURA, 1980).<sup>31</sup> A falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes da existência e funcionamento de equipamentos controladores ou eliminadores dessa poluição, demonstram o pouco caso com as condições de vida da população local.

A fome e a desnutrição, associadas a baixos salários, subemprego, desemprego e às condições de superexploração do trabalho constituem outra vertente das condições de saúde, "crianças cheiram "Michelin" para enganar a fome; cotizavam-se para comprar uma lata por 15,00 que, segundo eles, lhes tirava a fome" (CORREIO DA LAVOURA, 1978). "Povo faminto briga por alimentos distribuídos pela Legião Brasileira de Assistência, destinados às famílias carentes matriculadas naquele órgão" (CORREIO DA LAVOURA, 1980). Segundo pesquisa realizada em 1977 em alguns bairros de Nova Iguaçu, cada morador ficou sem trabalhar 10 dias por motivo de saúde e nesse período 120.000 pessoas tomaram os mais variados tranquilizantes, 320.000 ingeriram vitaminas e 270.000 tomaram analgésicos pelo menos uma vez por dia.<sup>32</sup>

Constatada a grave situação dessa massa proletária, resta verificar como e onde são tratadas essas doenças, ou seja, a que tipo de recursos essa população tem acesso.

Num município que apresenta a 2ª população do Estado, a

31 Equipe de médicos de Caritas Diocesana e dos CESAU realizaram pesquisa em Santa Eugênia entrevistando 240 famílias, chegando ao seguinte resultado: problemas de tosse 65,8%; falta de ar 45,8%; cansaço 41,2%; coceira no nariz, no ouvido ou na pele 51,6%; 34,6% e 54,2% respectivamente; enjoo 54,6% e falta de apetite 28,3% (Correio da Lavoura, 12 e 13/07/80).

32 Pesquisa feita pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Rio de Janeiro, coordenada pelo Prof.º José de Noronha; aplicada em Vila da Cava, Austin e Morro Agudo.

maior parte de baixa renda e vivendo em precárias condições de infraestrutura básica, o mínimo que se deveria esperar seria um atendimento médico-sanitário razoável. Mas tal não acontece. Enquanto no Município do Rio de Janeiro havia concentração dos mais sofisticados equipamentos médico-hospitalares, de pessoal especializado e de técnicas complicadas, Nova Iguaçu não dispunha, em 1974, sequer de 1 hospital público nem das soluções técnicas mais simples. Contava com 16 hospitais particulares com 10,2% de leitos gratuitos e 89,8% pagos. O INAMPS credenciara em 1976, 2 clínicas, 7 clínicas radiográficas, 14 laboratórios e 12 hospitais com um total de 621 leitos, e com recursos próprios dispunha de 7 postos, 12 consultórios e nenhum hospital. Em 1970, segundo IBGE, havia 805 hab./leito e 5.053 hab./médico, índice inferior ao de alguns dos outros municípios da Baixada.

O quadro a seguir mostra a distribuição espacial do equipamento de saúde, acusando concentração no centro de Nova Iguaçu, seguido de longe por Belford Roxo e Mesquita. Queimados, Cava e Japeri apresentam o menor índice de equipamentos médico-hospitalares. Em Queimados 150 mil pessoas dependem de 1 posto de saúde público que fecha ao meio-dia. "A população vem se manifestando contra seus funcionários, mas nada é resolvido, uma vez que as respostas são sempre as mesmas: são ordens superiores. As farmácias não colaboram, fecham as 20 horas e não funcionam aos domingos alegando insegurança" (Hoje, 5/8/79). Engenheiro Pedreira também está presente na infundável lista de reclamações, pedindo "posto médico à Prefeitura pois seus 70 mil habitantes dispõem apenas de 1 precário posto e só às quartas-feiras das 11 às 14 horas, devido falta de médicos" (Fluminense, 19/05/79).

**TABELA 19: Equipamento de Saúde por Distrito e por Dependência Administrativa - 1977**

Equipamentos	Dependência administr.	Sede	Queimados	Cava	Belford Roxo	Mesquita	Japeri	Total
Hospital Geral	Público	-	-	-	-	-	-	-
	Privado	5	1	-	2	3	-	11
Hospital especializado	Público	-	-	-	-	-	-	-
	Privado	4	-	1	-	-	-	5
Maternidades	Público	-	-	-	-	-	-	-
	Privado	-	-	-	1	1	-	2
Pronto Socorro	Público	-	-	-	-	-	-	-
	Privado	-	-	-	-	-	-	-
Ambulatório	Público	-	-	-	-	-	-	-
	Privado	5	1	-	2	1	-	9
Posto Médico	Público	3	1	-	1	-	-	5
	Privado	-	-	-	3	-	-	3
Clínica	Público	-	-	-	-	-	-	-
	Privado	9	-	-	-	-	-	9
Banco de Sangue	Público	-	-	-	-	-	-	-
	Privado	1	-	-	-	-	-	1
Posto de Saúde	Público	3	1	2	2	1	1	10
	Privado	1	-	-	-	-	-	1
<b>Total</b>		<b>31</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>56</b>

FONTE: Instituto Nacional de Previdência Social, Secretaria do Estado do Rio de Janeiro. Extraído do U.U.I.O., Volume IV - Fundrem - p. 179.

No bairro pesquisado as reclamações sobre a escassez e a qualidade do atendimento médico-hospitalar prossegue, mas grande maioria não tem outra alternativa a não ser recorrer aos minguados e deficientes serviços públicos concentrados na Sede ou aos serviços particulares conveniados com o INPS (vide tabela 20).

Há intensa procura do ambulatório local, mantido pela igreja, que cobra uma taxa de CR\$ 100,00 (julho de 1981). O município do Rio de Janeiro também tem relativa procura na medida em que a assistência médica oferecida pelo município deixa muito a desejar. Esta deficiência pode ser ilustrada com os seguintes depoimentos: "tem que levantar às 3 da manhã para pegar o nº e o serviço é péssimo" pois "Nova Iguaçu é um lugar ruim fica-se esperando muito sem ser atendido" e "se ficar aqui morre, os médicos fazem pouco". As dificuldades são inúmeras: "se cair doente morre, porque não tem dinheiro para a passagem" e "os que vão no médico da farmácia pagam Cr\$ 800,00 por mês pelo tratamento" (Depoimentos à autora, 1981).

**TABELA 20: Percentual dos Moradores Entrevistados Segundo os Diferentes Locais de Procura de Atendimento Médico**

Locais	Ambaí - Parque Flora		
	Públicos	Particulares	s/ especificações
Nova Iguaçu (sede)	63	9	17
Rio de Janeiro	9	-	-
Parque Flora	-	25	-
Miguel Couto*	4	-	-
Tratam em casa	-	-	-
Na farmácia			
Outros lugares	-	9	4
S/ declaração	-	-	10

FONTE: Trabalho de Campo, julho de 1981.

\*Convênio com INPS.

Em setembro de 1979, através da Operação Comunitária de Integração Social de Nova Iguaçu (OCISNI), algumas atividades foram desenvolvidas por técnicos da área de saúde em termos de consultas médicas, distribuição de remédios, vacinação e orientação de higiene. Atingiu, no entanto, poucos bairros e parcialmente, durante poucas semanas e com efeitos limitados.<sup>33</sup>

Em 1980, moradores de Caioaba "para denunciar a completa omissão das autoridades sanitárias e para registrar diversos casos de hepatite e malária, realizam manifestação, convidando as autoridades responsáveis. Essa manifestação levou o Secretário da Saúde de Nova Iguaçu a reconhecer que "a situação em que se encontra a comunidade iguaçuana é calamitosa". Os moradores formaram uma comissão de defesa da saúde daquele bairro." (CORREIO DA LAVOURA, 5 e 6/04/80).

O Centro de Estudos de Saúde e Trabalho Comunitário (CE-SAU) tem debatido com moradores os problemas de saúde visando definir as formas de encaminhamento da luta, e o MAB tem encabeçado as reivindicações pela abertura daquele que poderá ser o primeiro hospital público do município, no bairro da Posse, tendo elaborado abaixo-assinado com quase 10.000 assinaturas.

33 A Operação CISNI "visa basicamente a execução de obras urbanas mais prementes; assistência médica, odontológica e sanitária; reforma em escolas e levantamento das necessidades de vagas; instalações de grupos de apoio ao contribuinte, com informações quanto à inscrição, legalização e entrega de guias; levantamento de outras necessidades de bairros, e distribuição de folhetos explicativos sobre saúde, saneamento e outras informações" (Correio da Lavoura - 25 e 26/08/79).

Nas nossas andanças e conversas no bairro pesquisado observamos grande utilização de plantas medicinais plantadas nos quintais, bem como a recorrência constante a rezadeiras. Tais comportamentos, no nosso entender, antes de constituírem uma "perpetuação de tradições populares", caracterizam a dificuldade de cesso aos serviços mercantilizados.

Assim, a constatação das condições de saúde reinantes em Nova Iguaçu e dos recursos que lhe são destinados espelham a segregação que impera no âmbito das relações econômicas.

Como vimos no início do item saúde, na hierarquia das estatísticas das doenças do município, figura em 19 lugar as doenças do coração e em 29, as moléstias infecciosas e parasitárias. Estas, a nosso ver, são representativas do não acesso por parte da grande maioria da população local aos serviços de infraestrutura básica (água e saneamento geral) e alimentação deficitária. Quanto às primeiras, parecem resultar mais da luta que essa população trava cotidianamente tentando conseguir acesso àqueles bens indispensáveis à sua reprodução, como por exemplo os acima citados. Expressam, portanto, as doenças do coração, em última instância, o impacto dos esforços dispendidos na esfera do trabalho e do consumo.

### - Educação

Para os trabalhadores a cidade é o lugar onde melhor podem desenvolver suas potencialidades, assumindo a educação, nesse sentido, papel fundamental. A impossibilidade de usufruir dos benefícios culturais do desenvolvimento é uma das questões que coloca em xeque a atuação do poder público.

As informações disponíveis para Nova Iguaçu a respeito do problema do ensino denunciam uma triste e assustadora realidade, situando-se em nível inferior em relação aos demais municípios da Baixada e da RMRJ. Detinha em 1970 o menor índice de alfabetização (78%) para pessoas de 10 anos e mais e, em 1975, o de pessoas com nível elementar do 1º Grau completo (25,1%); também em 1975 apresentava o 2º índice mais baixo de frequência à escola dos escolares entre 7 e 14 anos (59%) e, da população em idade escolar, 41,3% estava fora da escola.<sup>34</sup>

34 Dados fornecidos pela FUNDREM em Unidades Urbanas Integradas de Oeste, Volume IV, p. 180 e 181.



A educação aparece na nossa pesquisa de arquivo como um problema que merece atenção especial, já que 42% dos bairros admitem a sua prioridade.

**TABELA 21: Alunos Matriculados no Ensino do 1º e 2º Grau, Segundo Dependência Administrativa - Nova Iguaçu (%)**

Ano	1º Grau		2º Grau	
	Pública	Particular	Pública	Particular
1976	73,3	26,7	23,6	76,4
1977	67,2	32,8	26,5	73,5

FONTE: Instituto de Informática - SEEC/RJ.

O ensino de 1º grau é oferecido em 315 escolas, pertencendo: 63% das unidades à rede pública.

Considerando-se uma população predominantemente pobre como a de Nova Iguaçu, observa-se percentual bastante elevado dos alunos matriculados no 1º Grau em estabelecimentos particulares em decorrência do insuficiente nº de escolas públicas, tratando-se do 2º Grau o problema se agrava consideravelmente devido ausência quase total desse tipo de estabelecimento na área pública. Em 1977 Jardim Guandu denunciava falta de escola para 5.000 crianças na área e, em 1978, o Jardim Ocidental enviava o segundo abaixo-assinado à Prefeitura pedindo escola, depois de pesquisa que mostrava que 1.500 crianças sofriam do problema de falta de vagas nas escolas oficiais. Este abaixo-assinado foi rejeitado sob a alegação de que não constava no mesmo o endereço e o cadastro do imposto predial dos assinantes (Pontual, 19/09/78).

Quando da sua visita a Nova Iguaçu "o Secretário Estadual de Educação Niskier saiu apavorado com tanto problema: são mais de 150 mil crianças de 7 a 14 anos sem estudar por falta de escolas. Deu ordem para que as escolas de 1º Grau atendam o 2º grau à tarde e à noite" (Pontual, 18/07/79).

**TABELA 22: Nº de Salas de Aulas e Corpo Docente no Ensino do 1º Grau (%)**

Ano	Nº de Salas de Aulas		Corpo Docente	
	Pública	Particular	Pública	Particular
1976	61,8	38,2	72,5	27,5
1977	60,4	39,6	68,6	31,4

FONTE: Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro - SEEC

Apesar do baixo percentual de salas de aula para atendimento do ensino público de 1º Grau a "Prefeitura desativa escolas para economizar" e por essa razão "moradores de Santa Rosa resistem para não perder a escola, fazendo vigília para impedir que a Prefeitura retire as carteiras da escola que funcionou até o ano passado na capela e foi desativada pela SEMEC" (Correio da Lavoura, 1980). Também moradores de Santa Amélia, Paraíso e S. Roque, em Queimados, apelam para que o prefeito mande reabrir escolas já que há grande nº de crianças sem estudar" (Correio de Maxabomba, 05/05/79).

**TABELA 23: Nº de Unidades Escolares no Ensino de 2º Grau**

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1976	-	3	1	29	33
1977	-	3	1	35	39
1978	-	3	2	37	42

FONTE: SEEC

Neste nível há praticamente monopólio da rede particular, participando o ensino público com 11% no total de estabelecimentos, absorvendo 26% dos professores e 30% dos alunos matriculados.

Segundo declarações do MAB, em 1977 "a Prefeitura destinou mais verbas para o pagamento de bolsas de estudo na rede particular de ensino que para a construção de novas escolas públicas, favorecendo, assim, os políticos que barganham votos com bolsas de estudo.<sup>35</sup> São inúmeras as reclamações sobre os abusos cometidos: "dezenas de crianças estão sendo afastadas das salas de aula no Bairro Outeiro, em Belford Roxo, pela diretora, que exige pagamento de Cr\$ 900,00 a todos os alunos com bolsas integrais fornecidas pela Secretaria Estadual de Educação. As expulsões têm sido sumárias, segundo os pais, e a diretora maltrata aqueles que alegam não poder pagar a taxa ilegal" (Correio da Lavoura, 11 e 12/10/80). Amigos de Bairro do Ambaí-Parque Flora "denunciam o Colégio Gonçalves Dias que vem cobrando taxas tidas como atrasadas

<sup>35</sup> Afirmação feitas pelo MAB no 1º Ciclo de Debates Populares em 8 e 9 de novembro de 1980, p. 10. Tais declarações foram confirmadas por alguns entrevistados que adiantaram serem os detentores do poder político local, identificados especialmente no PDS e PP, grandes empresários representando, principalmente, o setor de transportes coletivos, de estabelecimentos de ensino e da rede hospitalar.

de alunos bolsistas, alegando que o governo não está cobrindo a diferença das bolsas referentes aos ajustes salariais deste ano" (Correio da Lavoura, 30 e 31/08/80).

Os distritos de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita e Queimados concentram a maior parte da rede escolar, situando-se nos centros desses distritos as escolas particulares e de 2º Grau, tendo distribuição mais uniforme as de 1º Grau. Cava e Japeri são os menos dotados. Segundo o prefeito, existem 150.000 crianças sem escolas devido a uma série de motivos, entre eles a falta de prédios e a situação material da maioria delas; "falta tudo desde a vassoura até o giz, os prédios não oferecem nenhuma segurança, grande parte não recebe merenda escolar e em muitos não se pode ter merenda porque não existem as mínimas condições: falta d'água encanada, despensa, geladeira e cozinha. Entre outros problemas tem a superlotação das salas de aula (60 alunos) com séries misturadas e o problema da taxa escolar" (Trecho do relatório do MAB no 1º Ciclo de Debates Populares, 1980).

Existem infindáveis exemplos desses problemas na nossa pesquisa de arquivo, mas vamos nos limitar à tabela composta na pesquisa do bairro.

**TABELA 24: Problemas Levantados em Relação à Escola, Segundo os Moradores Entrevistados**

Problemas Levantados	% de moradores reclamantes	
	Nova América	Ambaí - Parque Flora
Falta de Vagas	58	46
Falta de Professores	16	29
Falta de Escolar de 2º Grau	16	16
Ausência de pré-escolar	11	12
Estudo em escola particular	14	22
Estudo fora do bairro (distância)	19	22
Mensalidade	14	15
Taxa Escolar e outras despesas	15	16
Condições do prédio e outros problemas	29	31

FONTE: Pesquisa de Campo e Levantamento feito em Nova América 1981

\* O mesmo entrevistado frequentemente fazia várias reclamações, razão explicativa da totalização ultrapassar o n° de 100 questionários.

"Para conseguir vagas tem que dormir na fila; aqui em Nova América tem 2 colégios particulares e vai até a 8ª série no municipal e paga Cr\$ 600,00 por ano; 2º grau só em Miguel Couto". "No bairro não tem vagas e os filhos estudam em colégio particular, pagam CR\$ 1.500,00 fora a passagem". "Tendo dinheiro, tem tudo. Escola particular o pobre não pode pagar e o ensino

público paga taxa mais gastos gerais" (Depoimentos à autora).

Em Ambaí-Parque Flora, onde 2.000 crianças em idade escolar estão sem estudar, também o maior índice de reclamações é contra o baixíssimo nº de vagas: "as vagas não dão para todos e os maiores que sobram vão para a escola particular, com bolsa, pagando complementação"; acontece que no bairro "só tem um colégio e tem muita gente, custa muito para se conseguir matrícula; meu filho levou 2 anos para conseguir e está com 15 anos na 7ª série". Em outros bairros como Mesquita, os moradores chegaram a "acusar políticos de negociar vagas nas escolas municipais" (O Pontual, 11/02/79).

Não conseguir vaga na escola pública significa ir para longe, a pé ou pagando transporte, problemas de segurança, pagar escola particular integralmente ou com bolsa, ou então ficar sem estudar. Mesmo conseguindo vaga há problemas a enfrentar: "o grupo não comporta as crianças, ensina mal e ainda se paga taxa" e devido à falta de professores "as crianças param de estudar periodicamente" "Em Nova América, não para professora na escola, o prefeito diz que o pagamento está em dia e os professores dizem que atrasa", além disso "o local da escola é péssimo, poeira e lama, tudo escuro dentro e fora da escola". As condições do prédio são também destacadas: "o ensino é fraco, quando chove não tem aula, pois o telhado é quebrado" e "o colégio está abandonado passam de 2 a 3 meses sem professor, banheiros sujos e entupidos (Depoimentos à autora, 1981).

Segundo dados ilustrativos da tabela e depoimentos entrevistados, os problemas mais graves na esfera da educação referem-se, em primeiro lugar, à falta de vagas devido escassez de escolas ou à capacidade ociosa das existentes. Convém observar, todavia que para aqueles que conseguem vaga, a situação não muda muito em virtude da falta de professores.

O problema do pagamento da taxa escolar, uma das questões polarizadoras das mobilizações do MAB desde 1979, tem forte repercussão nesses bairros: "escola pública é cara, senão pagar não estuda", e também em outros bairros do município: "alguns alunos da rede municipal estão recebendo ameaças de ficar sem fazer prova, caso deixem de pagar a cota bimestral da taxa escolar" (Pontual, 07/09/79).

Na luta pela derrubada da taxa escolar, o MAB tentou discutir com o Secretário de Educação de Nova Iguaçu, que fez uma defesa do pagamento dizendo "que era para ajudar aos

necessitados e despertar o espírito associativo" (Correio da Lavoura, 13/10/79). Apesar da afirmação do Secretário Estadual de Educação de que a taxa era ilegal, a mesma continua sendo cobrada.

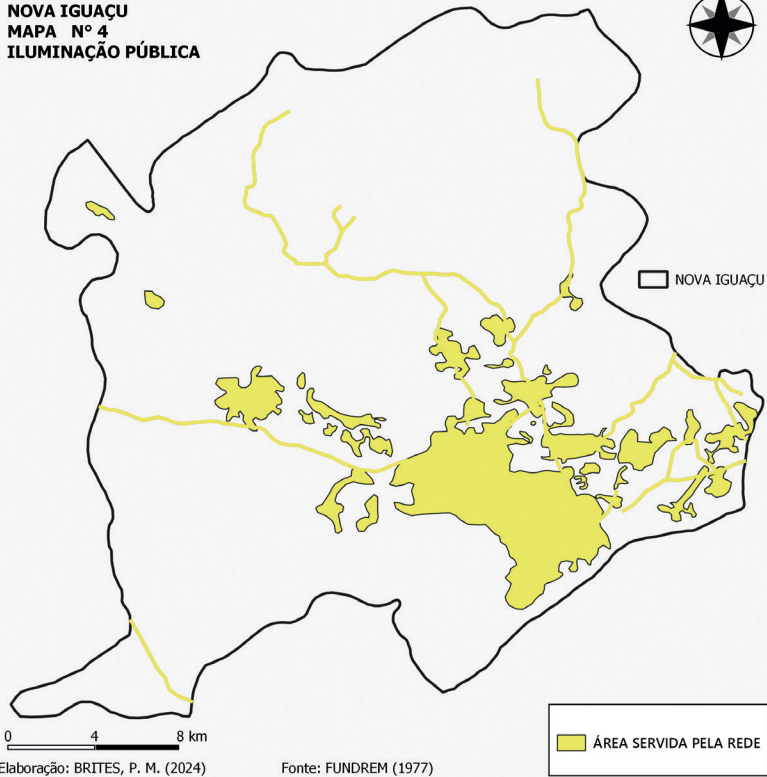
Declara o Secretário de Educação de Nova Iguaçu: "a municipalidade do ensino deverá ocorrer, mas não se sabe quando. A razão é simples: enquanto o aluno não dispuser de um espaço físico, condições de higiene e alimentação e, para isso, há falta de verba, e essa é a mais difícil" (Hoje, 09/09/79).

Mas a aplicação das verbas destinadas à educação questionada pelo MAB: "Sr. prefeito, segundo suas próprias palavras, temos hoje 150 mil crianças sem estudar, no entanto só esse ano V. Excia. fechou 9 escolas municipais. No orçamento programa da Prefeitura para 1981, que V. Excia. enviou para apreciação da Câmara Municipal em 1980, está prevista uma despesa de CR\$ 360.483.000, 00 para ensino de 1º Grau, Cr\$ 46.462.000,00 para ensino de 2º Grau e Cr\$ 10.903.000,00 para ensino supletivo. Onde, Sr. Prefeito, foram aplicadas estas verbas, se não temos notícia de uma única escola construída? Se a rede escolar municipal vem funcionando precariamente, tendo em muitas escolas mais de 2 crianças utilizando uma única carteira? Como explicar o desaparecimento, como por encanto, dos carregamentos de merenda escolar?" (Carta Aberta, Passeata de 31 de julho de 1981).

A situação calamitosa em que se encontra a educação demonstra como Nova Iguaçu é um espaço de homens fortemente diferentes também em relação ao acesso à instrução, revelando mais um aspecto desse município concentrador de oposições sociais decorrentes de desigualdades econômicas.

A possibilidade de soluções "primitivas" no que se refere à educação nos parecem ser mais difíceis, e por isso mais raras, na medida em que exigem um mínimo de qualificação (professores), disponibilidade de tempo por parte dos ministradores do curso e um local que possa ser utilizado com regularidade. E tais soluções, quando se viabilizam, são de porte muito diminuto. No bairro pesquisado, membros da diretoria da Associação de Moradores realizaram um curso supletivo, ministrado por eles próprios, para cerca de 30 pessoas, durante um ano. Se um curso de dimensões tão pequenas tem dificuldade de continuidade, como imaginar soluções "primitivas" num bairro onde 2.000 crianças estão sem escola? Neste caso a alternativa é ficar sem escola mesmo.

**NOVA IGUAÇU**  
**MAPA Nº 4**  
**ILUMINAÇÃO PÚBLICA**



0 4 8 km

Elaboração: BRITES, P. M. (2024)

Fonte: FUNDREM (1977)

NOVA IGUAÇU

ÁREA SERVIDA PELA REDE

## - Iluminação Pública e Segurança

Se sobrevoarmos Nova Iguaçu à noite, depois, que as luzes das casas se apagam, veremos um imenso negativo deixando, transparecer poucos pontos luminosos, com ruas pouco ou nada iluminadas, desprovidas de rede elétrica ou de lâmpadas, em cujas sombras se esconde a miséria de vastas camadas proletárias, revelando mais um elemento componente do cenário caótico que ameaça sua sobrevivência.

Tanto na nossa pesquisa de arquivo como na da Prefeitura este problema, estreitamente associado ao da segurança, figura entre os que mais afligem a população, ocupando respectivamente o 3º e o 7º lugar na hierarquização dos problemas. Foi denunciado por 44% no 1º caso e 37% dos bairros no 2º, liderando a questão da segurança a ordem de necessidades dos levantamentos municipais, conforme visto anteriormente.<sup>36</sup>

Deve-se ressaltar que, apesar das evidências incontestes do baixo grau de atendimento do serviço de iluminação pública, não existem informações precisas a esse respeito. Todavia os próprios órgãos responsáveis, como a Light, admitem a existência de simples manchas de iluminação em torno de 10% das vias públicas, atendendo apenas a 20% da população (mapa 4).

Segundo afirmações da FUNDREM<sup>37</sup>, poucas vezes prevalece o critério técnico, a importância do local na malha viária ou as densidades demográficas para as novas instalações, sendo mais frequentes os critérios norteados por interesses políticos.

As escassas informações conseguidas permitiram a elaboração do seguinte quadro, bastante incompleto.

36 Sobre a pesquisa da Prefeitura ver tabela 10, p. 71 e sobre hierarquia dos problemas da pesquisa de arquivo de jornal, consultar tabela 9, p. 70.

37 Ver Unidades Urbanas Integradas de Oeste - Plano Diretor, Vol. IV - Nova Iguaçu, p. 103.

**TABELA 25: Parte da Malha Viária Atingida pela Rede de Iluminação Pública, por Distritos - 1977 - 1980**

Distritos	Parte da malha viária atingida	
	Km	%
1º Sede	182	15
2º Queimados	23	*
3º Cava	*	*
4º Belford Roxo	89	10
5º Mesquita	54	30
6º Japeri	19	*
TOTAL	*	10

FONTE: Dados da FUNDREM - UUIO - Vol. IV - p. 104.

\*Ausência de Dados.

A Sede é o distrito que mantém a rede mais extensa, com cerca de 182 Km, embora atingindo somente 15% da malha viária, cobrindo no centro grande parte das vias e atendendo a alguns bairros de maior importância. A rede de Belford Roxo, a 2ª em extensão, é altamente insuficiente, cobrindo apenas 10% da malha num distrito que apresenta a 2ª maior população do município e elevadas densidades demográficas, Mesquita é o distrito mais bem servido e atingido em 30% da malha viária, enquanto que em Queimados, Cava e Japeri a rede é muito pouco abrangente.

O trabalho de campo permite ilustrar a situação a nível de bairro.

**TABELA 26: Situação dos Moradores Entrevistados quanto ao Atendimento em Iluminação Pública**

Situação	% dos Moradores
	Ambaí - Parque flora
Não atingidos pela rede ou ela não funciona	63
Atingidos pela rede com bom funcionamento	19
Atingidos pela rede com mau funcionamento	18
Ruas com lâmpadas colocadas por moradores	35
Reclamam da taxa de iluminação pública	28
TOTAL	100

FONTE: Trabalho de Campo - 1981

Em Ambaí-Parque Flora 63% dos entrevistados alegam não serem atendidos, apesar desse bairro se localizar cerca de 10 minutos do centro de Nova Iguaçu. "Os postes que tem foram os moradores que colocaram" e "a iluminação é fraca e somente



na estrada", e "eu não tenho luz nem em casa porque não tenho dinheiro para colocar". Dos 37% que admitem serem beneficiados pela rede cerca de 50% reclamam da precariedade e da manutenção do serviço: "os moradores é que têm que colocar a iluminação, cada um contribui com Cr\$ 1.000,00", entretanto "a iluminação pública não funciona mas a cobrança funciona bem" e "para termos iluminação pública foram necessários vários abaixo-assinados, o primeiro foi patrocinado pelo bispo". O questionamento não tarda: "as pessoas colocam as lâmpadas e pagam a luz, isso é errado":

Em relação ao funcionamento, em Nova América o problema colocado com maior frequência é o da substituição das lâmpadas: "as lâmpadas estão queimadas e as pessoas devem cooperar para comprar outras". Mas há também o problema do pagamento da taxa de iluminação pública: "os moradores é que colocam as lâmpadas, mas a Light cobra a luz".

Os moradores que não dispõem do serviço tentam uma saída: "pagamos a taxa mas não temos luz, o pessoal colocou fios na rua, mas a Light tirou tudo" (Depoimentos à autora, 1981).

As reclamações se sucedem em outros bairros como Nova Era, Jasmim e Pitoresco que "fizeram uma lista com assinaturas dos moradores e levaram à Light para resolver os problemas dos postes sem lâmpadas. A Light informou que só coloca se eles comprarem as lâmpadas" (Correio da Lavoura).

A cobrança ilegal da taxa de iluminação pública, iluminação que na maioria das vezes não existe e quando existe é mantida pelos usuários, como ilustra esta manchete "Prefeito mandou colocar 434 luminárias no município. Comendador Soares ganhou 3 Lâmpadas" (Correio da Lavoura, 09/09/78), tem sido um dos alvos das lutas do MAB e constituiu uma das principais bandeiras reivindicatórias na grande manifestação dos 3.000 realizada em 31 de julho de 1981. "Desde janeiro, Sr. Prefeito, toda a população de Nova Iguaçu vem pagando uma taxa de iluminação pública de Cr\$ 30,60 sendo que mais de 90% de nossas ruas vivem às escuras. Todo mês são depositados numa conta conjunta Light-Prefeitura quase 14 milhões de cruzeiros. Lá se vão seis meses, Sr. Prefeito, já se arrecadou 84 milhões com esse tributo inconstitucional e ilegal. Como explicar então, que nenhum plano de expansão da rede de iluminação pública tenha sido executado? Para onde foram esses 84 milhões de cruzeiros?" A inexistência desse serviço ou de sua manutenção são um convite a assaltos e tal-

vez constitua em parte um limite para que os trabalhadores possam fazer horas extras (sem entrar no seu mérito, o que não caberia neste caso) em função da conjugação redução de transportes à noite, falta de iluminação, assaltos e falta de policiamento. "Em Parque S. José a iluminação pública é ruim e os assaltos constantes; depois das 21 horas os motoristas se recusam a pegar passageiros" (Pontual, 27/10/78). Nova Piam também tem graves problemas: "marginalidade, falta de iluminação, polícia é coisa rara, assaltos frequentes e polícia alega não ter gasolina para vir ao local e ainda cobra. Comerciantes se queixam. Delegado fala das deficiências na sua jurisdição e alega não poder prender todo mundo porque é um problema social\*" (Hoje, 18/08/79).

A situação piora em Jardim Guandu (Km 32) onde "a segurança do bairro é ameaçada com cerca de 10 assaltos por dia, fechando o comércio cedo" (Pontual, 09/11/78). Em Piam, quando da criação do núcleo da Comissão Justiça e Paz, uma moradora declara que "foi o clima de insegurança no bairro que levou a população local a se organizar a nível comunitário" (Correio da Lavoura, 27/05/78). Em Piam, Nova Piam e Entre Rios, devido às condições de insegurança, "várias comissões apelaram às autoridades e as vítimas chegaram a fazer croquis das áreas onde se verificam a maior parte dos assaltos para enviar as autoridades" (Pontual, 25/10/78).

Em termos de segurança, os bairros de Nova América e Ambaí - Parque Flora assumem proporções alarmantes. Os dados e os depoimentos falam por si.

**TABELA 27: A questão da Segurança, Segundo Opinião dos Moradores Entrevistados (%)**

Segurança	Ambaí - Parque Flora	de Nova América
Tem problema	79	70
Não tem problema	29	30

FONTE: Trabalho de Campo e Levantamento feito em Nova América, 1981

"Segurança não tem nada, não se pode andar à noite, está tudo escuro", "acontecem assaltos e estupros, numa mesma semana houve vários assaltos no ônibus e no armazém". Os assaltos, embora mais frequentes à noite, ocorrem a qualquer hora: até de dia, e posto policial só em Miguel Couto, e às vezes a patrulhinha passa, quando ocorre alguma coisa grave".

"Às 6 da manhã começam os assaltos nos ônibus" e às "18 horas já tem que se trancar as crianças", e "eu não saio mais

de casa depois das 18 horas porquê de 15 dias para cá o ônibus foi assaltado 3 vezes", "Só se pode andar até às 21 horas, depois há o risco até de ser morto". O comércio também é altamente prejudicado: "já fui assaltado 5 vezes; por volta das 19 ou 20 horas a padaria é fechada. A única coisa que aqui me entristece é a violência, as pessoas não se querem bem" (dono da padaria).

A região parece ser um dos desaguadouros das vítimas do famoso "esquadrão da morte": "O problema não é à noite, é a qualquer hora. Na lixeira Sta. Rita jogam lixo e cadáveres, dizem que é o "mão branca"; tem sempre um no morro em frente, que fica lá perto; desce um helicóptero quase toda a semana; e já viram jogar um cadáver. Toda semana tem automóvel subindo lá" (Ambaí-Parque-Flora).<sup>38</sup>

A situação parece se agravar a cada dia: "era mais seguro no passado, quando cheguei aqui; hoje há assaltos tanto no ônibus como no ponto. A boca de fumo é a causa da insegurança aqui". Alguns lugares são mais perigosos, "depois da via férrea a segurança é menor" e "na linha de trem morre sempre alguém", frequentes também "onde passa o ônibus, entre Parque Flora e Jardim Ocidental".

Os trabalhadores vão se precavendo, escondendo o curto dinheirinho recebido no final da semana no fundo do sapato, já que "os assaltos são mais frequentes quando sai o pagamento, nos fins de semana".

Ao mesmo tempo que os moradores reivindicam iluminação pública e policiamento, também protestam contra a violência policial, já que as pessoas sem recursos são vítimas de suspeitas generalizadas por parte da polícia: "de vez em quando os trabalhadores são arrojados" e "aqui estão apanhando tudo quanto é gente e sumindo, estão prendendo todo mundo que não tem documentos; a obrigação é encaminhar quem não tem para que possa ter. Falta justiça" (Depoimentos à autora, 1981).

Tal situação é denunciada em outros bairros, em Queimados, moradores solicitam a publicação de uma grave acusação "de que policiais da 2ª Companhia Independente de Polícia

---

38 A lixeira Sta. Rita fica próxima aos bairros Ambaí-Parque Flora e várias pessoas denunciaram esses fatos, atribuindo-os ao "mão branca", na época a grande sensação da imprensa que o apresentava como um justiceiro, provável substituto do "esquadrão da morte". Santa Rita constitui o local de despejo do lixo da região, é lugar um tanto isolado, onde com frequência os mais podres vão catar objetos e alimentos.

invadem as casas durante a madrugada sem qualquer ordem judicial para sequestrar e espancar pessoas. Muitas são encontradas mortas. E acrescentam que por serem gente humilde ficam no esquecimento. Por isso vão elaborar um memorial para ser enviado ao Presidente Figueiredo para solucionar o problema" (Pontual, 01/08/79). Uma viúva com 8 filhos menores entrevistada na favelinha Ambaí, que trabalha como faxineira de segunda a sábado, teve recentemente sua casa invadida altas horas da noite por policiais que alegavam procurar um suposto filho dela, assaltante, que não existia, causando pânico e traumatizando as crianças; ela afirma viver na maior insegurança tanto em relação aos bandidos como à polícia (Pesquisa de Campo, 1981).

É a toda essa sorte de riscos e insegurança que se submete o proletariado na Baixada, fazendo com que os moradores tentem assumir por vez sua própria segurança, levados pelo desespero da repetição e frequência dos assaltos e da descrença na polícia. Em Ambaí - Parque Flora, em janeiro de 82, armados de paus, facões e outros objetos tentaram enfrentar bandidos e apelaram para que a Associação de Moradores assumisse a questão da segurança no bairro (Pesquisa de Campo, 1981).

Os moradores de Queimados, depois de analisarem esse grave problema, colheram assinaturas para a carta encaminhada ao Governo Chagas Freitas, "reclamando melhores condições de vida e de trabalho como única forma de reduzir o índice de criminalidade na região, garantindo que a miséria que os cerca é que gera todas as suas dificuldades" (Correio da Lavoura, 23 e 24/06/79).

Sem sombra de dúvida, a questão da segurança reflete todo um processo de segregação socioespacial de uma sociedade que só se reproduz a partir de violentos contrastes.

Mais uma vez fica evidenciada a expressividade das práticas coletivas a partir de soluções "primitivas" no tocante à resolução dos problemas mais graves dos moradores, soluções que vão construindo o espaço periférico (vide os mutirões para colocação de lâmpadas e postes) na tentativa de suprir a ausência de infraestrutura e que por vezes também entram em conflito com o poder público, conforme ilustra o depoimento: "pagamos a taxa mas não temos luz, o pessoal colocou fios na rua, mas a Light tirou tudo".

Convém destacar aqui o papel do poder público, na medida

em que, além de não conceder os serviços sob sua responsabilidade, cobra pelos mesmos, impelindo os moradores a se organizarem para resistir a tais abusos.

Até mesmo no que se refere aos problemas de segurança pública a população esboça iniciativas de resolução por si mesma, conforme vimos em Ambaí-Parque Flora.

### - Transporte e Vias de Acesso

Uma das características do capitalismo industrial é a série de divórcios que ele provoca esfacelando o espaço em bairros burgueses e proletários, em local de trabalho e de residência, de moradia e de divertimento, perpetuando assim a segregação, exigindo deslocamento cada vez maiores. Nesse sentido, os meios de transporte e as vias de acesso assumem importância vital.

Nova Iguaçu, cidade-dormitório distante do núcleo e com grandes distâncias internas, onde essas necessidades são maiores, as condições gerais dos transportes e das vias de acesso são precaríssimas, denunciadas como prioritárias na nossa pesquisa de arquivo por 31% dos bairros pesquisados.

Do total da malha viária 10% das rodovias são federais, 30% estaduais e 60% municipais. A principal rodovia federal é a Presidente Dutra, onde se encontram manchas de altas densidades demográficas como Belford Roxo, o Distrito Sede e Comendador Soares, com acessibilidade ao município através de seis viadutos.

Dos 29 eixos rodoviários municipais que funcionam como distribuidores do tráfego no interior do município, numa extensão de 3.295 Km (sem as rodovias federais), apenas 8% são pavimentadas e concentradas no Distrito Sede, em Belford Roxo e Mesquita. Estas são as áreas mais densamente ocupadas que absorvem 82% dos logradouros pavimentados, sendo os 18% restantes distribuídos entre Queimados, Cava e Japeri.

Segundo o Plano Rodoviário de Nova Iguaçu (SEMPLA, junho de 1977), as rodovias municipais poderiam ser classificadas, quanto ao seu estado de conservação, da seguinte forma:

- bom estado de conservação..... 7%
- bom tendendo ao regular ..... 7%
- regular..... 55%
- regular tendendo a mau ..... 24%
- mau estado..... 7%

Quanto mais distante dos centros, mais baixos são os índices de pavimentação, deixando muitos bairros sem transportes: moradores de Austim estão revoltados com os responsáveis pela administração devido à falta de conservação das ruas e estradas cheias de buracos" (Hoje, 01/08/79). A Vila Entre Rios "reivindica reconstrução de ponte que há mais de 1 ano foi destruída pelas chuvas, e sua ausência faz com que dezenas de residências tenham seu abastecimento de gás dificultado, além da precariedade de vias para a locomoção da população" (CORREIO DA LAVOURA, 24 e 25/01/81).

A Classificação do Plano Rodoviário quanto à drenagem superficial é a seguinte:

- boa drenagem.....3%
- regular.....66%
- condições precárias.....17%

Nesta classificação não estão incluídas as vias secundárias, o que agravaria muito a situação já que não possuem qualquer tipo de revestimento.

Os recursos destinados pela Prefeitura à pavimentação das vias atualmente existentes são mínimos e a conservação é péssima, sempre esburacadas e com lamaçais no período chuvoso. "Moradores de Caioaba pediram pavimentação de 2 ruas e limpeza de outras, obras que estão incluídas no Projeto CISNI e até agora nada; estão limpando a área por conta própria" (Encontro, Nov. 79). Em Rio D'Ouro "as estradas que a ligam a outras localidades estão intransitáveis, a ponte de madeira põe em risco a segurança dos que a atravessam, sendo apenas atendidos por 2 linhas de ônibus, das quais uma é clandestina" (CORREIO DA LAVOURA, 10 e 11/03/79). "Três Corações solicitou várias vezes a máquina para limpeza das ruas, que foi prometida e não apareceu, sendo então informados que "a área não pertence ao Dante Paladino (Secretário da Prefeitura) mas ao vereador José Mendonça, e por isso apenas ele poderia autorizar a ida da máquina, afinal a Prefeitura está a serviço do povo ou de interesses eleitorais de alguns políticos?" (Encontro, novembro de 1979).

A falta de pavimentação e conservação das vias de acesso soma-se a queda ou ausência de pontes ou viadutos, a falta de sinais luminosos, de abrigos, oferecendo os moradores até mesmos os seus serviços em mutirão: "Moradores do Ambaí estão dispostos a fazer mutirão pela ponte interligando dois setores do bairro e procuraram a Secretaria de Serviços

Públicos para negociar a cessão de material para a construção da ponte" (CORREIO DA LAVOURA, 13 e 14/02/80). "Cansados de esperar pelo sinal luminoso na Av. Automóvel Clube, moradores do Jardim Gláucia e Jardim Redentor organizaram caravana para pedir providências ao Ciretran, pois a falta de sinal luminoso já atropelou com algumas mortes cerca de 30 crianças" (CORREIO DA LAVOURA, 10 e 11/05/80).

Na grande manifestação de 31 de julho de 1981, o MAB denunciava em carta aberta ao Prefeito o problema dos transportes: "Sr. Prefeito, enquanto o próprio Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, defende a instituição da tarifa única de transportes para a Baixada Fluminense, vemos os nossos miseráveis salários consumidos com os preços mais elevados de transporte de todo o estado. E em troca somos obrigados a utilizar um serviço mal conservado, precário e insuficiente, sem contar com a falta de abrigo para nos proteger da chuva e do sol".

O fato do local de trabalho e local de moradia estarem separados por longas distâncias, obriga o trabalhador de Nova Iguaçu a uma peregrinação diária que acrescenta 4 horas de sacrifício às 8 de trabalho, correspondendo a meia jornada de trabalho, isto quando ele não faz horas extras.

"Para trabalhar tem que sair muito cedo" porque "falta transporte direto para o Rio e a gente precisa pegar 3 conduções" e "os ônibus andam até meia-noite, meu marido sai às 23h. do serviço e às vezes não volta para casa; quando perde o ônibus em Nova Iguaçu vem a pé, e é muito perigoso". "A maioria trabalha no Rio e gasta-se muito em passagem" (Depoimentos à autora em Ambaí-Parque Flora, julho de 81).

Em geral as pessoas mais carentes que trabalham no Rio tomam 3 conduções: uma até o trem, o trem, e outra da estação até o trabalho, já que boa parte não tem ônibus direto ao Rio e quando tem é muito caro. Desta forma a população tem que se utilizar da ferrovia, submetendo-se a paradas, corridas, empurrões, amontoamentos.

A questão do preço é o ponto nevrálgico do problema, que em Nova Iguaçu é dos mais elevados do Estado, apesar desse imenso acampamento ser habitado pelas populações mais carentes. É comum empregadas domésticas e trabalhadores de construção civil permanecerem a semana inteira no emprego para evitar maiores despesas com transporte. O transporte e moradia passaram a assumir prioridades no orçamento fa-

miliar, sacrificando até mesmo a alimentação. "Sou obrigado a dormir no emprego porque o dinheiro não dá para a passagem" porque o ônibus "é caro, Cr\$24,00 por 12 minutos de viagem, o assalariado de Cr\$ 11.000,00, não consegue viver para ter transporte de Cr\$24,00 e Cr\$ 72,00". E os desempregados, como fazem? "Andam de carona devido a má situação". (Depoimentos à autora, Ambaí-Parque Flora - julho de 81).

Além do preço oficial elevado, há os abusos: "Jardim Gláucia luta pela redução das tarifas de ônibus pois o autorizado foi de 20% e a empresa aumentou 67% (Encontro, Nov. 79) e "Jardim Paraíso e adjacências reivindica seccionamento da linha e redução dos preços aumentados sem qualquer critério" (Correio da Lavoura, 10/04/79). "O MAB conseguiu redução das passagens para Santa Eugênia a partir da mobilização dos moradores, onde os preços ultrapassavam os estabelecidos pela CIP" (Correio da Lavoura, 2 e 3/08/80).

Em relação ao tipo de serviço prestado a tabela abaixo do bairro pesquisado, é bastante elucidativa:

**TABELA 28: Principais Problemas Relacionados à Área de Transportes, Segundo a Opinião dos Moradores Entrevistados (%)**

Tipo de Problemas	% dos moradores entrevistados queixosos	
	Nova América	Ambaí - Parque Flora (1)
Reclamam do preço	69	26
Reclamam da demora	19	58
Reclamam da insuficiência de carros	24	45
Reclamam de horário limitado (até meia-noite)	13	15
Reclamam da existência de poucas linhas	22	41
Reclamam de assaltos	12	22
Reclamam da precariedade dos carros	14	10

FONTE: Pesquisa de Campo e Levantamento feito em Nova América 1981.

(1) Muitos entrevistados em Ambaí-Parque Flora queixam-se de falta de ônibus direto para o Rio.

O percentual elevado dos que reclamam do preço em Nova América se justifica pela existência de condução direta para o Rio (2 linhas) com altos preços (71,00); já em Ambaí-Parque Flora, o pessoal não tendo acesso direto ao Rio, utiliza-se mais do trem. Em Ambaí-Parque Flora a demora, a insuficiência de carros e a existência de poucas linhas são muito sentidas: "muita dificuldade, só tem uma linha e passa meia hora para chegar no ponto; se tem alguém passando mal até



morre"; o fato de só existir uma linha no Ambaí "faz com que a empresa aproveita a situação, demora e enguiça" (Depoimento à autora, 1981).

Em Nova América, "o ônibus atrasa, é cheio" mas "tem a Kombi que é de alguns militares reformados e cobra Cr\$ 100,00". As mulheres também se queixam: "as roletas são apertadas e as grávidas não podem passar, e as crianças são obrigadas a pagar".

Um dos problemas que muito preocupa a população de Ambaí-Parque Flora é o dos assaltos nos ônibus, registrados semanalmente, fato já relatado no item segurança. Neste bairro, os moradores também têm registrado contra o fato dos ônibus em tempo de chuva reduzirem o itinerário, trazendo-lhes sérios prejuízo, fazendo com que aí se desenvolva um movimento em cima da questão dos transportes.

Os problemas aí identificados não constituem privilégio destes 2 bairros. "No expresso S. Jorge, S. Jorge iria a cavalo mesmo", anuncia Piam, denunciando as péssimas condições dos coletivos desta empresa. "Usuários denunciam os péssimos serviços da Empresa Tinguá e apelam às autoridades para que estabeleçam concorrência para que sejam respeitados os direitos dos usuários" (CORREIO DA LAVOURA, 25/07/78). Os próprios motoristas em 1978 se recusaram a trabalhar por falta de condições adequadas.

O MAB prioriza neste momento a luta contra o aumento dos transportes, tendo realizado manifestação em 26/03/82 em frente à Prefeitura, reunindo cerca de 1.000 pessoas, exigindo do prefeito uma resposta no prazo de 20 dias sobre a questão.

Também no que se refere a esse problema observamos a organização dos moradores sob a forma de mutirões, seja na melhoria de suas vias ou na construção de vias de passagem, iniciativas que vão marcando na paisagem do espaço urbano periférico práticas coletivas populares.

A ausência, o atraso de transportes coletivos e a situação das principais vias de circulação são problemas que desencadeiam reações frequentemente por parte dos moradores, uma vez que afetam a pontualidade no que se refere ao horário de chegada no trabalho.

Todos esses fatos mostram como o trabalhador é um estrangeiro, um ausente, privado das relações com a família porque o trabalho cotidiano deporta-o, desenraiza-o do bairro, esva-

ziando por vezes sua capacidade de organização e de reação diante dos inúmeros e graves problemas que o cercam.

Assim se constata um outro aspecto do espaço, o espaço alienação, onde se ergue uma massa proletária fragmentada pelas condições impostas pelo capital, um espaço onde se mora e é estranho, pois é apenas atravessado pela massa trabalhadora, constituindo o problema transporte um agravante a mais no processo de sua exploração.

## 2. Os Contornos da Base Social

A exaustiva e generalizada exposição que acabamos de fazer à cerca da base territorial de Nova Iguaçu nos permitiu identificar uma variada gama de problemas que com maior ou menor intensidade se agudizaram neste espaço.

Entretanto, ainda que o agravamento das condições de consumo coletivo nessa base territorial possa ser considerado responsável pela deflagração do "pôr-se em movimento" da população local, este agravamento por si só é insuficiente para explicar, seja o movimento mais espontâneo da população (visto na base territorial em breves pinceladas), seja um movimento reivindicatório mais estruturado e de porte significativo como o Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB), o qual focalizaremos mais adiante.

Logo, se a base territorial, tão somente, não basta para nos fornecer elementos para a apreensão do significado da mobilização popular, necessário se faz melhor identificar algumas características da sua base social, no sentido de melhor compreender o movimento da mesma.

Uma primeira característica marcante dessa base social diz respeito à sua importância numérica que entre 1950 e 1980 sofreu fortíssimos acréscimos, conforme revelam os dados do Censo (vide Tabela)

**TABELA 29: População Total de  
Nova Iguaçu em 1950, 1960, 1970 e 1980**

1950	1960	1970	1980
145.649	359.364	727.140	1.101.627

FONTE: Censo Demográfico, IBGE.

Situada na segunda região metropolitana do país, que tem em 1980 um incremento populacional total de 39,46% e urbano de 45,1%, devido em partes às correntes migratórias oriundas especialmente do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e dos estados Nordesteiros, Nova Iguaçu detém 12,04% da população metropolitana, posicionando-se depois do município do Rio de Janeiro e situando-se entre aqueles municípios que apresentam as mais altas taxas de crescimento geométrico anual no período 70-80, isto é, entre 3,01 e 5%.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do 1980.

**TABELA 30: População Total e Percentuais em Relação à RMRJ 1980**

Áreas	População Total	% em relação à RM
Nova Iguaçu	1.101.627	12,04
Rio de Janeiro	5.183.992	56,63
RMRJ	9.153.156	100,00

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro, 1980, IBGE.

Portanto, altas densidades demográficas, 1.144.9 hab./Km<sup>2</sup> em 1980, elevado número de migrantes, (57%) em 1970, vertiginoso grau de urbanização atingindo em 1970 a taxa de 99,6%, relação moradores/dormitórios bastante expressiva, 3,8 em 1980<sup>40</sup> e crescimento do efetivo residente em favelas totalizando 12.971 em 1980,<sup>41</sup> são algumas das características relevantes desse espaço periférico. Dos seus 6 distritos apenas Vila de Cava apresenta baixas densidades demográfica, é o único que tem população rural além de totais populacionais urbanos menos elevados, porém em suas áreas desocupadas vai se intensificando a marcha urbana.

**TABELA 31: População Total, População Rural, Área e Densidade Demográfica de Nova Iguaçu e seus Distritos - 1980**

Distritos	População Total	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica	População Rural
1º Nova Iguaçu	495.763	179	2.769,6	-
2º Queimados	94.662	125	757,2	-
3º Vila de Cava	44.933	274	163,9	2.954
4º Belford Roxo	284.202	73	3.893,1	-
5º Mesquita	126.109	31	4.068,0	-
6º Japeri	55.958	82	682,4	-
Mun. de Nova Iguaçu	1.101.627	764	1.441,9	2.954

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro, 1980, IBGE.<sup>42</sup>

40 Segundo a Sinopse Preliminar do Censo Demográfica, Nova Iguaçu apresenta em 1980 um total de 288.305 domicílios.

41 Os dados sobre os efetivos populacionais residentes em favelas fornecidas pelo Censo Demográfico de 1980 deixam muito a desejar na medida em que um grande número de favelas do nosso conhecimento, existentes em Nova Iguaçu, não constam da relação fornecida, inclusive a própria favelinha pesquisada no nosso trabalho de campo.

42 Dados obtidos das Tabulações Avançadas do Censo Demográfico IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 (Resultados Preliminares) Volume 1 - Tomo 2 - n° 2 - Estimativas.

Portanto, se o porte numérico da população concentrada em Nova Iguaçu atinge proporções extraordinárias, importante também se faz destacar distribuição interna da mesma que se apresenta de forma também altamente concentrada, conforme atestam as elevadíssimas densidades dos distritos de Mesquita, Belford Roxo e Nova Iguaçu (vide tabela). Este último, aglomera cerca de meio milha de habitantes, devendo-se ressaltar que poucas cidades brasileiras atingem essas cifras apresentadas por um único distrito desse município.

Tão expressiva quanto as dimensões assumidas por este contingente populacional são as proporções da população economicamente ativa (PEA) nele inserida, assim como o seu nível de pobreza.

Na Baixada Fluminense Nova Iguaçu contribui obviamente com o contingente mais expressivo de mão-de-obra, uma vez que conta com a PEA mais numerosa, 434.338 pessoas, constituída por 68% de homens e 32% de mulheres. É significativa a participação do percentual que pode ser considerado jovem, seja no grupo de 10 a 17 anos (6%) ou grupo de 18 a 24 anos (23%), conforme revelam os dados da tabela abaixo.

**TABELA 32: População Economicamente Ativa de Nova Iguaçu, por Grupos de Idade - 1980 (10 anos ou mais) %**

PEA Total	10 a 17 anos	18 a 17 anos	25 a 29 anos	30 a 49 anos	50 ou mais anos
434.338	6	23	16	41	14

Fonte: Tabulação Avançada do Censo Demográfico - Estimativas - IBGE.

É no setor terciário que 68% da população se ocupa, mas é também bastante expressivo o valor do contingente que se insere no secundário, 28%. Pelas evidências empíricas supõe-se aí a inclusão de elevada participação dos empregados na indústria da construção civil e no caso das mulheres supõe-se, também, que o emprego doméstico é o maior absorvedor da PEA feminina (ver tabela 33).

**TABELA 33: População Economicamente Ativa de Nova Iguaçu, por Setor de Atividade - 1980 (10 anos ou mais) %**

PEA Total	Primário	Secundário	Terciário
434.338	2	28	68

Fonte: Tabulação Avançada do Censo Demográfico - Estimativas - IBGE.

No que se refere à distribuição da renda, as Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 organizaram classes de renda somente a partir de 2 salários mínimos, procedimento diferente do utilizado em 1970 para a população em geral, que possibilitou a identificação de numeroso contingente 48,3%, percebendo até 1 salário mínimo no município de Nova Iguaçu.

De acordo com os dados de 1980 para a PEA (vide tabela a seguir), teríamos uma distribuição generalizada da pobreza tanto na Baixada, como no núcleo maior concentrador das atividades econômicas (RJ) e no próprio conjunto da RMRJ. Traduzindo isso em percentual veremos que 49% da PEA de Nova Iguaçu percebe rendimento médio mensal de até 2 salários mínimos, incluídos aqui os sem rendimento, 65% representou o percentual acumulado dos que recebem até 3 salários mínimos e 80% até 5 salários mínimos. Valores aproximados representam os demais municípios da Baixada, o núcleo (RJ) e a RMRJ.

**TABELA 34: População Economicamente Ativa de Nova Iguaçu, por Rendimento Médio Mensal (Salário Mínimo) - 1980 (10 anos ou mais) %**

Áreas Geográficas	PEA Total	Até 2*	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 2 a 10	Mais de 10
Nova Iguaçu	434.338	49	16	15	11	9
Duque de Caxias	227.199	51	16	15	10	8
S. João de Meriti	157.982	49	16	15	11	9
Rio de Janeiro	1.993.733	50	16	15	10	9
RMRJ	3.536.937	50	16	15	11	8

Fonte: Tabulação Avançada do Censo Demográfico - Estimativas - IBGE.

\*Inclusive a PEA sem rendimento.

A partir desses dados o que se pode depreender é que, na medida em que a população de Nova Iguaçu é constituída principalmente por trabalhadores assalariados de baixa renda, a maior parte de seus problemas, incluindo os referentes ao consumo coletivo, conforme visto anteriormente quando da abordagem da sua base territorial, resulta, em última instância, das suas condições de trabalho e salários aviltantes, constituindo os aspectos mais importantes na determinação do quadro da sua qualidade de vida, aspectos melhor entendidos no contexto mais amplo da situação da classe trabalhadora no Brasil.

A esta altura, necessário se faz enfatizar que essa pobreza socioespacial resulta de processos econômicos, políticos e sociais que se desenvolveram num dado tempo histórico. Para tanto convém nos remetermos brevemente à década de 40, quando a história de Nova Iguaçu sofreu um profundo corte com a transformação do seu espaço rural, voltado para a produção agrícola exportadora, em espaço urbano, destinado à reprodução de vastas parcelas do proletariado citadino.

Portanto, a redefinição desse espaço se processa sob o signo do conflito, trazendo no seu bojo os germens da movimentação, uma vez que a urbanização destes, ocorre unicamente sob a forma de assentamento de uma população "urbana" que foi sendo depositada em grandes levas em um sítio que não recebeu o mínimo de equipamentos requerido para suas novas funções.

Deve-se, assinalar, ainda, que os gigantescos contingentes humanos que foram trazidos para essa periferia constituíam-se de indivíduos profundamente marcados por processos de expolição-expulsão, seja do campo para a cidade, seja das áreas centrais para a periferia, seja da combinação destas duas situações.

Consequentemente o conflito nesse espaço tende a se agudizar pela "incapacidade" de nele se realizar a reprodução ampliada de uma vastíssima massa trabalhadora, mesmo a níveis de sobrevivência, somando-se a essa incapacidade o adensamento e a condensação de tensões decorrentes de duras e variadas experiências vividas por indivíduos que, após uma extensa peregrinação, lutarão pela sua fixação neste espaço, como também pelas condições mínimas exigidas à sua reprodução em termos do consumo coletivo.

À primeira vista, para os mais incautos, pode parecer estranho o fato de alguém lutar para se fixar num espaço tão caótico. Entretanto, quem viveu uma longa e dolorosa peregrinação sabe muito bem que só em um espaço caótico como este, lhe é reservado o direito de adquirir um pedaço de chão indispensável ao seu abrigo, o que lhe confere um mínimo de estabilidade pelo menos no que diz respeito à moradia. Assim, a condição de proprietário torna-o mais receptivos às lutas do bairro em decorrência da sua situação de permanência e dos interesses comuns envolvidos.

Os fatos por nós selecionados e acima expostos representam apenas alguns dos aspectos relevantes que confere certa especificidade a Nova Iguaçu, pelo menos no que diz respeito

às proporções assumidas pela concentração de pobreza deste espaço.

Portanto, progressivo incremento das densidades demográfica por massas pauperizadas em consequência da acentuação das condições de exploração do trabalho (vistas no cap. II) em bases territoriais já deprimidas pela insuficiência dos meios de consumo coletivos, se por um lado se diferenciam por apresentarem diversificadas trajetórias na esfera do trabalho e da moradia, por outro aí se igualam devido estarem submetidos à mesma situação de agravamento das suas condições de reprodução em termos do consumo coletivo.

É a partir da violência comum desses problemas que os trabalhadores enfrentam na esfera da reprodução, que surgem os movimentos de bairro, seja os mais espontâneos ou os mais organizados. Mas a existência dessa movimentação, as formas por ela assumidas e o seu nível de organização e/ou de consciência relacionam-se com certos fatores que conferem maior ou menor homogeneidade a essa base social proletária, cuja composição interna é marcada por diferenças que se fazem sentir no interior de cada bairro.



### 3. A diferenciação da Base Social no Interior no Bairro

Até agora procuramos identificar, em linhas gerais, os contornos da base social de Nova Iguaçu. Embora esta seja formada basicamente por parcelas do proletariado urbano não se constitui, entretanto, numa massa homogênea, cabendo averiguar as diferenciações estabelecidas no seu interior e os interesses daí decorrentes que acabam por estabelecer certos limites à mobilização popular.

O caminho buscado por nós para se especular essas diferenças internas foi o trabalho de campo realizado em um bairro de Nova Iguaçu, Ambaí-Parque Flora. Apesar dos limites que esta escala de observação nos coloca para a apreensão do fenômeno no tocante à amplitude de sua generalização, a nosso ver, tal procedimento não perde sua validade na medida em que essas diferenciações encontradas na escala de um bairro podem fornecer pistas para a reflexão e a investigação de um universo maior.

No bairro pesquisado significativas diferenciações se colocam a partir da diversidade quanto ao nível e à fonte de renda, quando pudemos constatar uma variada gama de formas de inserção da população local no mercado de trabalho (vide tabela).

**TABELA 35: Inserção dos Moradores Entrevistados no Mercado de Trabalho\* Ambaí-Parque Flora**

Profissões		Nº de pessoas	c/ vínculo empregat.	s/ vínculo empregat.	Autônomos	Aposentados	Comerc.
Mulheres	Empregadas domésticas	31	5	26	-	-	-
	Comércio e outros serviços	28	8	20	-	-	-
	Subtotal	59	13	46	-	-	-
Homens	Construção civil	35	13	14	3	5	-
	Indústria em geral	18	13	5	-	-	-
	Comércio e Serviços	69	36	17	11	5	-
	Comerciantes	7	-	-	-	-	7
	Subtotal	129	62	36	14	10	7
Total		188	75	82	14	10	7

FONTE: Trabalho de Campo, Julho de 1981.

\*O universo inclui os moradores entrevistados e as demais pessoas da casa que trabalham.

Nas 100 famílias entrevistadas encontramos 188 pessoas contribuindo de alguma forma para o sustento familiar, sendo 59 mulheres e 129 homens. A maior parte das mulheres trabalham em casa de família principalmente como diarista (31) e boa parte das outras (28) em trabalhos realizados em casa, como costureira, lavadeira, aparecendo pequena parcela com emprego no mercado formal. A esmagadora maioria não possui vínculo empregatício (46) em qualquer das situações discriminadas.

Quanto aos homens, predomina o grupo ocupado no comércio e serviços (69), mas é expressivo o contingente empregado na indústria (53) onde se destaca o grupo de construção civil (35). O índice dos trabalhadores sem vínculo empregatício é bastante significativo: 14 na construção civil, 5 na indústria em geral e 17 no setor do comércio e serviços. Os dados acima reafirmam, pois, a presença neste bairro de uma massa trabalhadora constituída por um lado de mulheres predominando no emprego doméstico remunerado e por outro de homens em serviços de carta qualificação (ver quadro de profissões em anexo) engrossada por um pequeno grupo de autônomos, (14), frequentemente não contribuintes da Previdência Social e de aposentados (10) que ainda fazem biscates para sobreviver. A situação irregular de trabalho sem vínculo empregatício, bastante generalizada, particularmente entre as mulheres, mas que não deixa de ser expressiva entre homens, evidencia as condições de insegurança que envolve esta força de trabalho (tabela 35).

Quanto ao nível de renda (vide tabela 36), em geral renda familiar inferior a Cr\$ 10.000,00 é percebida por famílias sustentadas por uma pessoa, quase sempre serventes, faxineiras, aposentados, lavadeiras, e na faixa de 10.000,00 a 15.000,00 encontramos frequentemente 2 membros da família contribuindo, englobando este grupo além daqueles profissionais anteriormente citados, carregadores, vigias e pedreiros. Trabalhadores com certa qualificação, principalmente da construção civil situam-se na faixa de até 20.000,00 com uma pessoa sustentando a família. Entre 20.000 e 30.000 estão profissionais qualificados tendo sempre a colaboração de 2 ou 3 elementos. Acima de 35.000,00 a renda familiar engloba certas categorias como comerciantes, militares aposentados, ou então reúne o salário de 3,4 ou 5 membros da família.

**TABELA 36: Distribuição da Renda Familiar dos Moradores Entrevistados, Segundo Classes de Salário Mínimo\* Ambaí-Parque Flora 1981**

Classes	Nº de famílias	%	% acumulado	Renda Familiar Média
Até 1 SM	12	10,8	10,8	6.608
De 1 até 2 SM	29	26,2	37,0	12.041
De 2 até 3 SM	23	20,7	57,7	21.543
De 3 até 4 SM	19	17,1	74,8	30.882
De 4 até 5 SM	10	9,0	83,8	39.850
De 5 até 6 SM	3	2,7	86,5	48.330
De 6 até 7 SM	3	2,7	89,2	56.330
De 7 até 8 SM	3	2,7	91,9	68.000
De 8 até 9 SM	-	-	91,9	-
De 9 até 10 SM	1	0,9	92,8	84.000
De 10 até 11 SM	2	1,8	94,6	90.000
De 11 até 12 SM	3	2,7	97,3	100.000
De 12 até 13 SM	3	2,7	100,0	108.000
TOTAL	111**	100,0	100,0	29.867

FONTE: Trabalho de Campo, Julho de 1981.

\*Salários Mínimos em Julho de 1981 Cr\$8.464,80.

\*\*Consideramos, também a renda de famílias residentes com as pessoas entrevistadas e que, apesar de pertencer à mesma família, possuíam rendimento familiar independente.

Se a baixa renda estabelece um denominador comum entre os moradores deste bairro, pois geralmente é insuficiente para morar em outro lugar, as diferenciações estabelecidas nesse baixo nível de renda se fazem sentir de várias formas:

- há os que neste espaço conseguem comprar um terreno para morar, os que invadem áreas livres e os que alugam a moradia;
- há empregados, subempregados e desempregados.

Seja através dos dados coletados no trabalho de campo ou depoimentos de membros da associação local, pode-se inferir que geralmente os moradores mais antigos desses bairros, principalmente aqueles que aí chegaram antes de 1961, adquiriram o lote via empresas loteadoras. Quanto aos moradores de invasão, distribuem-se nos espaços e no tempo em duas fases distintas: a primeira a partir de 1971, quando ocorrem invasões em áreas da Prefeitura, com ocupação de terrenos maiores já que realizada em pequena escala; a segunda inicia-se por volta de 1978, quando se intensifica a ocupação da margens de um rio-valão que corta o bairro, por invasores que se caracterizam por acentuado nível de pobreza (tabela

37); em relação a estes, os moradores mais antigos ora expressam um sentimento de piedade, ora de repulsa, o que se constitui num limite para a unidade dos moradores.

**TABELA 37: Percentual de Proprietários e Inquilinos por Tempo de Chegada Segundo Declaração dos Entrevistados - Ambaí-Parque Flora**

Período	% dos entrevistados que chegaram	
	Proprietários	Inquilinos
Antes de 1961	20	1
1961-1971	23	2
1971-1976	9*	9
1976-1981	22**	14
TOTAL	74	26

FONTE: Trabalho de Campo, Julho de 1981.

\*Este percentual inclui moradores invasores mais antigos em terrenos maiores.

\*\*Este percentual inclui invasores residentes na recente favelinha do Ambaí,

Estes dados referentes à forma de obtenção da moradia, ressaltando-se as limitações impostas pelo seu empírico, revelam, de alguma maneira, certa correspondência entre as diferentes formas de ocupação desse espaço no tempo e os diferentes graus de empobrecimento, também no tempo, da população que foi sendo depositada nessa periferia.

Segundo depoimentos, desse bairro existem a grosso modo três categorias de moradores. No grupo dos mais antigos se destacariam aqueles que os apresentam uma situação econômica um pouco melhor, ocupando as áreas mais bem dotadas do bairro, ou seja, "o núcleo" local, onde se localiza o pequeno comércio, escola, igreja, clube, estrada asfaltada etc. Estes moradores via de regra procuram resolver os seus problemas mais por conta própria ou através de favores políticos. Trata-se de pequenos comerciantes, militares aposentados, profissionais com certa qualificação etc. São mais ligados a práticas assistencialistas e de certa forma representam no bairro instituições como por exemplo, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Associação de Alcoólatras Anônimos (A.A) e geralmente não veem com bons olhos a Associação de Moradores, pois se sentem um tanto ameaçados no que diz respeito ao seu poder de influência local.

A segunda categoria de moradores seria formada por indivíduos que chegaram neste bairro entre meados da década

de 60 e 70 que, ou compraram um lote ou invadiram áreas públicas. Apresentam uma situação econômica mais difícil que a do primeiro grupo, mas geralmente têm um emprego fixo. São os mais dinâmicos e participativos das atividades coletivas desenvolvidas no bairro e formam o maior contingente. Estão disseminados nas áreas intermediárias do bairro, nem as melhores, nem as piores.

A terceira categoria seria composta por aqueles moradores mais recentes onde se destacam os favelados, os moradores de aluguel e os que moram de favor. Neste grupo se encontra a maioria dos desempregados e subempregados, ocupando geralmente as áreas mais precárias, especialmente as favelados. Os inquilinos, devido à sua rápida passagem pelo bairro, raramente participam de ações coletivas, não estabelecendo maiores laços de relacionamento no bairro; já os favelados, devido ao estigma social que recai sobre eles, quase não procuram e não são procurados para participarem de ações comuns no bairro, formando um verdadeiro gueto e sendo vistos pelas outras categorias como uma ameaça, pois a favelinha é considerada o foco local de marginais. Entretanto, apesar do isolamento a que são submetidos, têm esboçado iniciativas de auto-organização. Por exemplo, formaram recentemente uma comissão que foi a Light tentar conseguir luz para o local.

De acordo com os depoimentos que nos forneceram esta sumária classificação, seria possível identificar neste bairro certa estratificação socioespacial podendo, portanto, o Parque Flora ser identificado como o local dos "mais ricos", o Ambaí como o dos "mais pobres" e a favelinha como o espaço dos "extremamente pobres" (mapa 5).

Deve-se ressaltar que essa estratificação não ocorre de maneira tão rígida, pelo menos no que diz respeito às duas primeiras categorias de moradores, seja em termos de poder aquisitivo, de formas de inserção no mercado de trabalho, de condição de moradia, antiguidade no bairro ou localização espacial. A favelinha, entretanto, constituiria, uma unidade bastante homogênea, configurando uma área de nítida segregação socioespacial.

Essa diferenciação social estabelecida no bairro pelas distâncias no nível de renda, estabelece limites à participação dos moradores em ações coletivas. Tal diferenciação pode ser ilustrada com o seguinte depoimento: "na rua principal

tem galerias e as pessoas que têm condições fazem o manilhamento, mas quem não pode, vê a lama passar em vez de ver a banda passar".

A diferenciação que se estabelece entre indivíduos empregados, subempregados e desempregados implica em diferentes níveis e formas de esgotamento físico e psíquico agravados especialmente para aqueles que não têm uma inserção fixa no mercado de trabalho formal, que necessitam dobrar os esforços para cavar uma "viração" que lhes garanta pelo menos o suprimento da sua reprodução biológica e familiar. Tais condições, conforme revelam os dados do trabalho de campo, reduzem as possibilidades de engajamento de boa parte dos moradores, que dedicam o pouco tempo que lhes sobra aos reparos domésticos praticamente permanentes (queima do lixo, vala entupida, poço seco, acabamento da casa etc.) e ao "descanso". Convém ressaltar que 44% dos entrevistados responderam não frequentar nada no bairro, justificando com a falta de tempo e/ou motivação devido ao cansaço, destacando-se também o número de pessoas que frequentam a igreja católica, cerca de 42% (vide tabela 38), o que a nosso ver, arriscamos opinar, expressa a busca por essas pessoas de algum tipo de amparo.

**TABELA 38: Nível de Relacionamento no Bairro, Segundo Opinião dos Moradores Entrevistados (%) - Ambaí-Parque Flora**

Atividades	% de moradores participantes	Nível de Relacionamento	%
Igreja Católica	42	Bom	78
Igrejas Protestantes	7		
Futebol	9	Só em caso de necessidade	9
Botequim e sinuca	9		
Clube	9	Sem relacionamento	9
Associação	5	Não responderam	4
Outros	7		
Não frequentam nada	44		
Total			100

FONTE: Trabalho de campo, julho de 1981.

Fortes diferenciações são estabelecidas também em relação à fonte de renda na medida em que encontramos uma gama variada de formas de inserção no mercado de trabalho, desde

trabalhadores de nível mais elementar até profissionais que lidam com tecnologias mais avançadas, implicando em grande diversidade de relações de trabalho (tabela de profissões em anexo).

Tais diferenças de nível e de fontes de renda se combinam com a diversidade de origem dessa massa trabalhadora, quase sempre migrantes, trazendo uma bagagem de experiências relacionadas com a sua situação anterior, melhor ou pior, de trabalho e/ou de moradia, tendo como traço comum a grande peregrinação até encontrar aquele chão periférico, a princípio o único possível de lhe proporcionar o mínimo de estabilidade no que diz respeito à sua fixação.

Portanto, se a base social de Nova Iguaçu é constituída basicamente por amplas camadas do proletariado urbano, este apresenta características internas bastante heterogêneas, o que determina a reprodução da segregação socioespacial em escala reproduzida no interior dos bairros, alimentada por níveis de experiência e de consciência distintas.

Tais diferenciações estabelecem limites na participação e unificação dos moradores em prática comuns, o que se reflete na priorização dos interesses individuais sobre os coletivos em função do maior poder aquisitivo, diferenças que podem ser ultrapassadas em situações de emergência ou quando a solução coletiva se apresenta como mais fácil e mais rápida, ou ainda, no melhor caso, quando se percebe a causa e a origem comum desses problemas. É, pois, mas práticas comuns desenvolvidas no dia a dia ou nos conflitos estabelecidos com o poder público que essas diferenças vão se manifestando.

Assim, no nível da reprodução a situação de classes, apesar das diferenças internas, e os interesses comuns em jogo são condições para que as lutas adquiram um sentido de classes; todavia, não são suficientes em si, pois dependem do conteúdo e formas organizativas que lhe são imprimidas.

## IV - A MOBILIZAÇÃO POPULAR

### 1. Movimentos Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB): Emergência e Trajetória

Até agora fizemos um inventário de uma dada porção do espaço periférico com RMRJ, onde pudemos constatar a existência de amplas parcelas da massa trabalhadora vivendo em condições incompatíveis com as suas necessidades de reprodução.

Porém, quando procuramos permear esse inventário com flashes do cotidiano que ilustram as reações dessa população frente ao quadro de vida a que é submetida, estávamos, em última instância, tentando demonstrar como o descompasso entre as condições dadas e as condições necessárias à reprodução dessa população vai gerar uma pressão cotidiana sobre a mesma. É essa pressão que a impulsiona para práticas coletivas, seja em termos de cobrança do poder público e/ou de soluções "primitivas", estimulando a auto-organização dos moradores ainda que, quase sempre, a nível bastante elementar e muitas vezes de forma dividida devido às diferenciações existentes entre os mesmos.

Tais práticas que se encontram bastante disseminadas no conjunto dos bairros do município, embora de forma difusa, traduzem a pulsação de base social aí localizada a partir de reações que buscam pelo menos minimizar as condições de sua reprodução.



É, portanto, nessa base social e territorial, nessa tradução de formas sociais em espaciais, onde as condições de vida são compatíveis com os baixos salários mas não com as necessidades de existência dessa massa trabalhadora, que o conflito se manifesta cotidianamente nos bairros, desencadeando e encadeando reações que expressam o "pôr-se em movimento" dessa população. E vai ser na busca de dar uma direção a este "pôr-se em movimento" que vai surgir o MAB, a partir deste mesmo momento, passa a ser o principal alvo de nossa atenção.

## 1.1 MAB: nascimento e primeiros passos

O quadro conjuntural tomado como pano de fundo e o retrato da base social e territorial preparam as condições para a compreensão do surgimento dos movimentos reivindicatórios restando conhecer as condições mais imediatas em que se dá a sua emergência.

Num contexto ainda de forte repressão é preciso considerar o papel das instituições, principalmente da igreja, já que tais movimentos na esfera do consumo só poderiam surgir se contassem com o respaldo de uma instituição mais segura e reconhecida.

Em 1976, a igreja católica em Nova Iguaçu, tendo à frente um bispo liberal como D. Adriano Hipólito, que dava abertura para o desenvolvimento de vertentes progressista voltada para a criação das comunidades de base, abria espaço para a atuação de um grupo de 4 médicos que, através da Cáritas Diocesana<sup>43</sup>, se dispunha a realizar um trabalho na área de saúde em moldes diferentes. Tal trabalho não se limitava às atividades de ambulatório meramente assistencialistas porém, visava organizar pesquisa sobre as condições de saúde, água e saneamento e discutir com os moradores esse problema.

Ambaí-Parque Flora foi um desses primeiros bairros: "Ali havia miséria somada e organizada e um espaço dado pela igreja onde começava a se desenvolver uma comunidade de

---

43 A Cáritas Diocesana é um órgão internacional de ação social da igreja católica que desenvolve e apoia iniciativas voltadas para as populações mais carentes.

**MAPA Nº 5**



**PLANTA DE SITUAÇÃO (sem escala)**

Elaboração: BRITES, P. M. (2024)

base que incluía entre outras atividades, Clube de Mães, Grupo de Jovens, Pastoral Operária, Juventude Operária Católica (JOC) E Ação Católica Operária (ACO)"(Brandão).

Através do Clube de Mães o grupo de médicos realiza um curso de saúde tendo grande receptividade e fazendo que as reflexões passassem a girar em torno das condições do bairro ligadas à questão da saúde.

Entretanto, este trabalho, não tem continuidade no Clube das Mães devido à incompatibilidade entre a linha de trabalho desenvolvida pela igreja local e a dos agentes sociais. Argumentando que o Clube das Mães não devia discutir política a igreja resolveu afastar o grupo de médicos. "O pessoal depende ainda muito da igreja e ela sente a necessidade de controlar tudo. Eu também comecei a crescer no Clube das Mães e lá se falava uma coisa, mas na prática se fazia outra. Eu avancei mais do que a igreja". (Madalena).

O conflito que se estabelece entre a igreja local e os agentes sociais é que a primeira desenvolvia um trabalho de conscientização de seus membros que conduzia a uma visão da realidade através de um plano axiológico (o que é justo ou não), enquanto os últimos buscavam fazer com que as pessoas percebessem politicamente a realidade em que viviam. "Refletia-se em cima das coisas concretas: por que uns têm tudo em abundância e outros nada? Discutíamos a questão da justiça e dos direitos humanos" (Brandão).

Todavia o conflito entre a igreja local e os agentes sociais médicos não resultou numa ruptura imediata, uma vez que o trabalho dos últimos foram concebidos segundo uma proposta de atuação da Cáritas Diocesana e contava ainda com o apoio do bispo de Nova Iguaçu. A resistência da igreja local aos trabalhos dos médicos vai ter como argumento maior a necessidade de se preservar a independência dos trabalhos da mesma, pois a linha mestra que norteava o trabalho dos médicos era contribuir para que os participantes dos cursos e debate que ministravam passassem a se organizar como moradores.

Em contrapartida, havia o anseio, por parte dos membros daquela igreja, de resolução dos problemas que vivem nos bairros, e se esta permitia a reflexão sobre eles não poderia ser indiferente aos anseios de resolução dos mesmos. Desse modo, esta mesma igreja toma a iniciativa de promover um primeiro debate, amplamente divulgado, para discutir os

problemas locais com um dos médicos.

O que vale ressaltar aqui é que a igreja cede o seu espaço, porém a sua estrutura organizativa fica resguardada, pois o debate era aberto a todos os moradores que estivessem dispostos à discussão dos problemas do bairro. A partir deste primeiro debate outros se sucedem, e esses encontros, que contam com a participação dos membros mais dinâmicos daquela comunidade católica, passam a ser chamados de Encontros de Amigos de Bairro.

Os médicos, nestes debates, procuram correlacionar as doenças existentes no bairro às condições de vida dos moradores, ressaltando que muitas delas eram determinadas pelas condições de insalubridade do espaço em que residem. Desta forma a solução não estaria na receita do remédio. "Chega o médico, desperta o interesse do povo, levanta os problemas do bairro, estimula as pessoas a pensar sobre as causas desses problemas e o pessoal vai falando do salário miserável, da Prefeitura que nunca faz o que promete, apesar de pagarmos impostos. E discutíamos para que servia esse imposto, e as pessoas começaram a ver que nem tudo estava certo, que valia mais a gente reivindicar nossos direitos que comprar remédio..." (Abranches).

Os agentes sociais passam, então, a desenvolver um trabalho reflexivo que termina por colocar para os moradores a necessidade de se organizarem para a transformação daquele espaço, incentivados pelo argumento de que tinham direito a isso, pois eram contribuintes.

Com o desdobramento das discussões e reflexões travadas durante as reuniões, delinea-se, ainda dentro do espaço físico e "institucional" da igreja, a conformação de um grupo que aspira cada vez mais partir para uma prática, que em última instância significava mobilizar o bairro. Como primeiras iniciativas visando esse objetivo este grupo, contando com o apoio da igreja, vai encaminhar um abaixo-assinado à Prefeitura, de 2.500 assinaturas, reivindicando água, esgoto, escola, asfaltamento etc., após a realização de uma pesquisa sobre os problemas de escola do bairro.

Nessa primeira fase vamos observar um transbordamento da experiência que o grupo de Parque Flora vivia a partir da estrutura organizativa da igreja. Localizando-se aí a sede paroquial da região, é esta, inicialmente, o principal ponto de encontro dos representantes das igrejas dos bairros vizinhos.

Assim sendo, alguns desses representantes passam a se interessar e a participar das chamadas reuniões Amigos de Bairro realizadas naquela paróquia, reuniões que pouco depois passam a ser também organizadas em alguns desses bairros como Carmari e Nova América, que acabam por criar seu próprio grupo Amigos de Bairro apoiados inicialmente pela igreja, através do seu Concelho Paroquial e Diocesano, que afirmava que "o que estava ocorrendo em Parque Flora é que uma comunidade estava vivendo de fato o cristianismo" (Brandão).

Criam-se grupos Amigos de Bairro, nessa época, mais para legitimar a ação dos elementos mais dinâmicos, ainda sem a preocupação de elaborar um programa de ação.

Nesse mesmo período em que assistimos a uma difusão espacial, para bairros como Nova América e Camari, da experiência que estava sendo vivida em Parque Flora, presenciaremos neste último as pressões por parte dos elementos mais conservadores da igreja local em relação aos participantes dos Amigos de Bairro, que passavam a ser acusados de agitadores etc., "fazendo com que algumas pessoas receosas de se meter em política se afastassem, e as reuniões que juntavam 50,60 pessoas viam-se de repente reduzidas" (Brandão).

Durante algum tempo houve certa harmonia e admiração pelo trabalho dos agentes sociais, mas pouco a pouco a igreja local começou a sentir que esse grupo avançava muito enquanto ela perdia o controle e passou a alegar que "eles vinham de cima, mas o que acontecia, na verdade, é que o povo agora estava avançando e não ficava mais 2,3 ou 4 anos refletindo sem partir para fora das quatro paredes da igreja. Antes discutíamos que vivíamos num mundo injusto e que isso não era correto, mas não víamos uma perspectiva de saída, a igreja dava o direito de refletir mas não o de agir.

E o convite para as reuniões colocava-se que os Amigos de Bairro eram independentes, sem identificação política ou religiosa. Nesse momento o grupo se dividia: uns achavam que deveria sair da igreja para ficar independente e outros achavam que era necessário aproveitar o seu espaço" (Brandão).

Nessa altura os elementos mais dispostos a dar continuidade ao movimento iniciado optaram pelo desligamento do grupo Amigos de Bairro da igreja local. Esse desligamento se por um lado revertia em maior autonomia, por outro significava a perda do espaço físico, do respaldo da igreja local

e conseqüentemente uma redução do número de participantes. "O movimento nasceu na igreja mas passou a ser cada vez mais autônomo; em parte essa autonomia reflete a orientação do bispo que apoiou a ideia, mas alguns setores da igreja queriam controlar" (Ivo).

Em Carmari e Nova América não assistiremos a esse tipo de conflito, pois os elementos que aí participavam do grupo Amigos de Bairro eram, em alguns casos, menos dinâmicos e mais dependentes e, por isso, mais passíveis e de controle pela igreja, ao contrário de Parque Flora.

Antes de mais nada é necessário frisar que, assim que surge o grupo Amigos de Bairro em Parque Flora, já se começa a colocar para os seus participantes a necessidade de não só eles se organizarem enquanto moradores, mas os outros bairros também, "pois sozinhos não teriam força suficiente para enfrentar o poder público" (Brandão), caracterizados desde já como o principal antagonista.

Nesse sentido, quando se busca estimular a difusão espacial do movimento em Carmari e Nova América, o espírito maior que presidia a essa difusão era o da necessidade de unificar os bairros para reivindicarem conjuntamente.

É importante ressaltar a estratégia de solidariedade que se desenvolve, nesta fase inicial do movimento, quando este ainda se encontra circunscrito à base territorial da paróquia de Parque Flora. Mesmo quando Nova América e Camari formam seus próprios grupos de Amigos de Bairro, estes mais Parque Flora permanecem estreitamente ligados. Isto se dá da seguinte forma: em cada uma das reuniões dos Amigos do Bairro de Parque Flora os participantes de Camari e Nova América estavam presentes; nas reuniões de Nova América o pessoal de Camari e Parque Flora aí também se encontrava, o mesmo ocorrendo nas reuniões de Carmari, que contavam com a presença de Nova América e Parque Flora.

Havia até a preocupação de se marcarem as reuniões em dias diferentes para que representantes destes três grupos pudessem participar da reunião de cada bairro. Tal procedimento visava a troca de experiências, a socialização das dificuldades e a busca de alternativas no que se refere aos problemas que enfrentavam no trabalho de organização dos moradores.

Assim reforçam-se os laços de união e fraternidade entre esses primeiros participantes no movimento, tornando-os mais

coesos e animando-os a seguirem em frente nas suas tarefas.

É a partir desse acúmulo inicial de forças que os elementos mais dinâmicos, principalmente de Parque Flora e Carmari, travarão contato com outros bairros onde já se desenvolviam iniciativas de organização dos moradores incentivados por pessoas que já se destacavam como lideranças locais ou com potencial para tanto.

Pouco a pouco, portanto, o movimento se espria para além dos limites da paróquia de Parque Flora que, a essa altura, já se constituía num primeiro núcleo de irradiação (vide mapa 6).

Tal irradiação vai se propagar muito na esteira da influência dos agentes sociais médicos que incentivam as lideranças recém-formadas desse núcleo a travarem contato com outros bairros, objetivando contribuir para a criação de novos grupos de Amigos de Bairro, ou articulando algumas experiências de organização de moradores já consolidadas.

Dessa forma 8 bairros serão atingidos quase que simultaneamente, valendo ressaltar que tal expansão era muito facilitada pelo fato de que as pessoas contratadas nos novos bairros, via de regra, pertenciam à igreja, o que constituía um denominador comum entre estas e as lideranças do Parque Flora, estabelecendo-se, portanto, condições favoráveis tanto para a transmissão como para a receptividade daquela "Boa Nova", aqui entendida como a experiência de organização que estava se desenvolvendo em Parque Flora (mapa 6).

Desses 8 bairros atingidos inicialmente, Piam se destaca por possuir "uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), com fins culturais e reivindicatórios" (Leda L. Queirós, p. 109, 1981) e contava com lideranças mais desenvolvidas. Logo, quando aí se cria o grupo Amigos de Bairro é mais por desdobramento de um trabalho já existente do que por uma ação irradiada do "núcleo" de Parque Flora, tanto que algumas dessas lideranças acabam por se juntar às da paróquia de Parque Flora na visita aos outros 7 bairros que necessitavam maior acompanhamento para deslançarem.

No caso de S. Francisco, Xavantes e Nova Aurora, o fato de pertencerem a uma mesma paróquia de orientação progressista contribuiu para o engajamento de suas lideranças no movimento.

Vila Nova vai-se particular pela existência de um trabalho de grupo de jovens já com certo desenvolvimento, essencialmente em torno de atividades culturais priorizando-se mais um trabalho de conscientização dos moradores.

Rancho Fundo, Jardim Iguaçu e Shangri-lá caracterizavam-se mais pela existência de líderes de igreja com grande potencialidade e preocupações comunitárias porém, sem contar ainda com uma organização mais afetiva. As lideranças de Shangri-lá desde o início vão demonstrar sua capacidade de iniciativa ao realizarem a primeira reunião com cerca de 60 moradores num campinho de futebol, procurando utilizar um espaço de aproximação maior com todo o bairro, secundarizando a possibilidade de se utilizar o espaço da igreja local.

O Km 32, Jardim Boa Esperança e Tinguazinho são bairros que também serão contatados e articulados, porém se diferenciam dos demais por já terem Associações de Moradores formadas, contando com uma experiência de organização mais avançada. (mapa 6). O Km 32 possuía uma liderança de grande experiência e iniciativa, sendo inclusive coordenadora da Pastoral Operária em Nova Iguaçu, e que atuara no movimento de moradores de favelas do Rio de Janeiro antes de 1964.

Neste bairro foi obtida expressiva vitória em relação ao problema da ligação da água, que teve como desdobramento a própria fundação de sua associação. A grande distância física deste bairro em relação aos demais não interferirá na articulação que se travará entre eles, em virtude do seu elevado grau de mobilização.

Em Tinguazinho havia mais lideranças de fora da igreja e que se caracterizavam por apresentar situação socioeconômica um pouco melhorada; nesta época se delineava mais a tendência a se conseguir melhorias através de políticos (via política clientelista).

No Centro Comunitário de Boa Esperança havia uma composição de forças de origem diferente. Embora lideranças de igreja aí estivessem presentes, não eram dominantes; convém ressaltar que uma das lideranças deste bairro participou ativamente dos movimentos de moradores de Nova Iguaçu antes de 1964. Tais fatos contribuem para explicar o porquê de apesar Boa Esperança se situar na Paróquia de Parque Flora, não apresentar maiores elos de ligação especialmente com aqueles bairros que denominamos núcleo do Parque Flora.

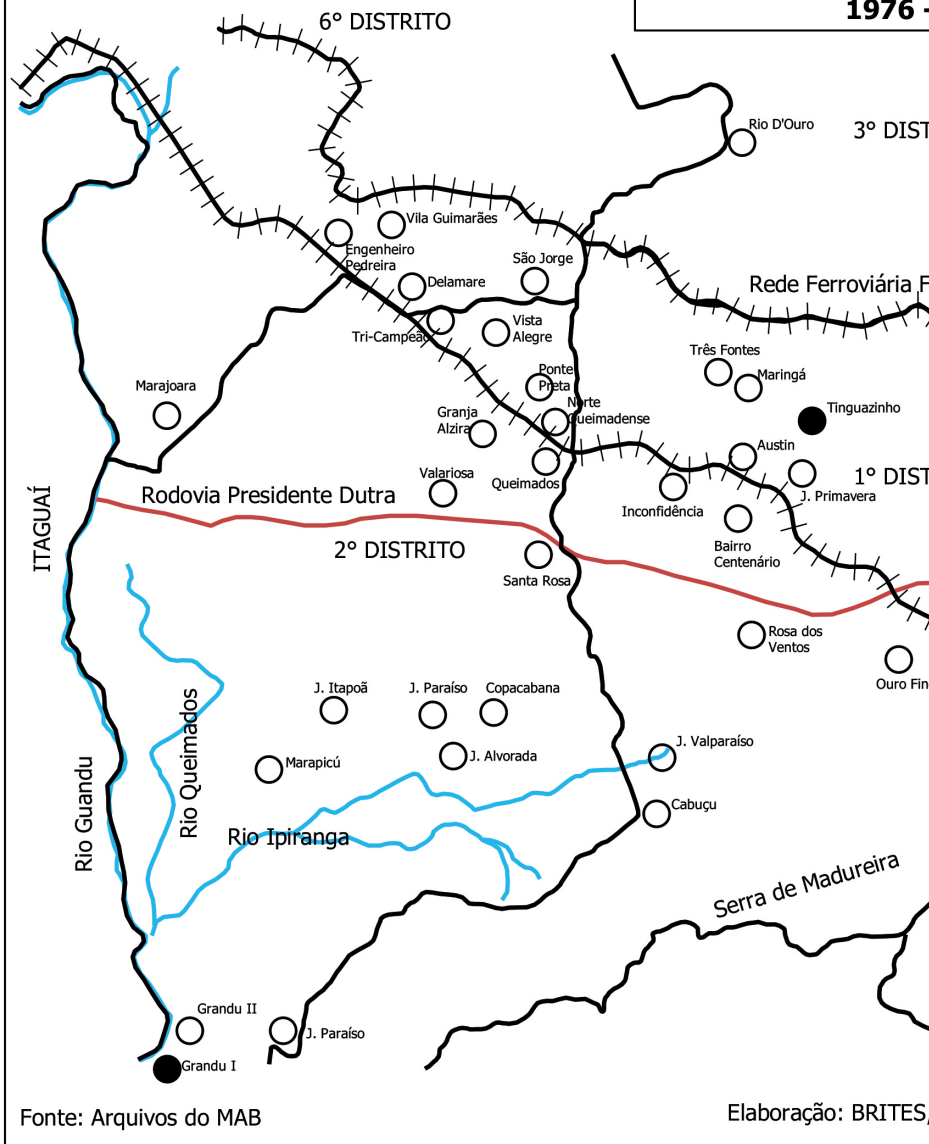
Ao mesmo tempo em que se procurava criar esses novos



MAPA Nº 6

PRIMEIRA FASE DE

1976



Fonte: Arquivos do MAB

Elaboração: BRITES

# EXPANSÃO DO MAB

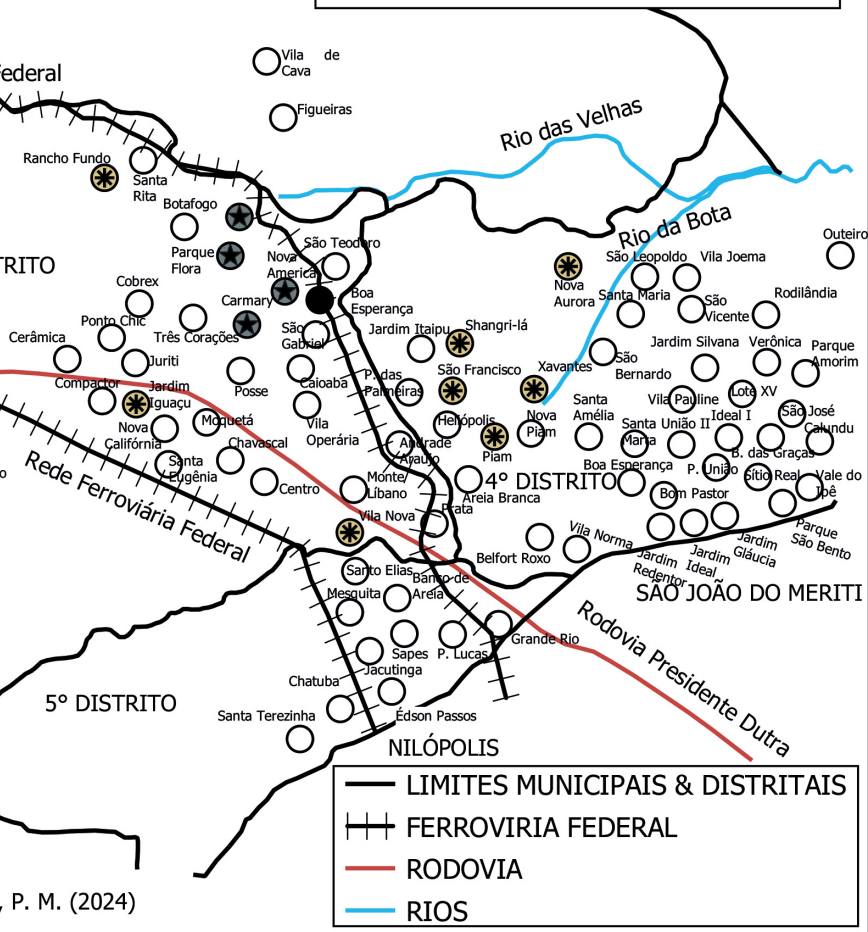
1978

TRITO

TRITO

P. M. (2024)

- NÚCLEO INICIAL
- ⊗ BAIRROS ARTICULADOS A PARTIR DO NÚCLEO INICIAL
- ASSOCIAÇÕES INDEPENDENTES ARTICULADAS
- NÃO PERTENCENTES AO MAB OU NÃO ARTICULADOS COM ELE



grupos de Amigos de Bairro e contatar os bairros que já possuíam Associações de Moradores consolidadas, buscava-se organizar encontros com representantes dos mesmos, geralmente de 2 em 2 meses, no Centro de Formação de Líderes, em Moquetá, onde se buscava conjuntamente ampliar a troca de experiências.<sup>44</sup>

Tais encontros exerciam forte influência sobre seus participantes, pois eram permeados por acentuado espírito de ajuda mútua que realimentava naquelas lideranças o ânimo para dar prosseguimento ao trabalho em cada bairro. Isso nos parece refletir em muito a formação proporcionada pela igreja que, nessa fase, se encontrava num processo de reorientação de sua atuação conduzindo a um maior engajamento social, ainda que não monoliticamente, passando-se da mera reflexão de certos valores fundamentais do Evangelho para a ação. Acreditamos, portanto, que a nutrição deste espírito de uns se doarem aos outros em prol do bem comum, por parte dessas lideranças, vai ser canalizado para uma prática social coletiva.

Em última instância, tudo isto vem a se constituir numa retaguarda protetora para que estas lideranças resistam às dificuldades cotidianas de organização nos bairros numa conjuntura em que, se por um lado o movimento popular se expandia, nem por isso deixava de ser menos repressiva.

Necessário se faz assinalar a orientação dos agentes sociais<sup>45</sup> nesses encontros, buscando imbuir os representantes de Amigos de Bairro da necessidade de se criar um movimento de moradores autônomo, mantendo-se independente de políticos e da igreja. Por outro lado, desenvolviam também a ideia da necessidade daquele movimento inicial se constituir num movimento federativo. Neste sentido buscam estimular certas formas organizativas como a criação de uma coordenação, que a princípio funcionava de forma móvel, constituída por representantes de bairros que se revezavam como coordenadores.

---

44 O Centro de Formação de Líderes, localizado em Moquetá, é um prédio da igreja católica onde se realizam encontros, palestras, debates, atividades da igreja católica, mas também aberto a outras organizações ou entidades. Aí funciona o MAB.

45 Os agentes sociais a que nos referimos aqui são os quatro médicos que iniciaram o trabalho de saúde sob os auspícios da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu. Nessa altura eles já priorizavam o trabalho de articulação do movimento, secundarizando o trabalho de saúde.

As idas das lideranças juntamente com os agentes sociais em outros bairros para travar contato e repassar a experiência, assim como a criação de uma coordenação móvel, são fatos indicativos de um aprendizado que revelam um processo de construção das lideranças de base do movimento.

A participação dos representantes de cada bairro nesses encontros se dava principalmente a partir do relato dos problemas que o bairro enfrentava, das iniciativas que estavam sendo tomadas, das soluções que estavam sendo buscadas e das dificuldades encontradas. Nesse sentido os encontros constituíam mais um fórum de debates dessa problemática.

A partir da socialização das informações no que se refere aos avanços e dificuldades na mobilização dos bairros, buscar-se-á tirar propostas de encaminhamento que atendam às necessidades de cada bairro. Tais propostas via de regra eram formuladas à luz da gama de experiências tradicionalmente desenvolvidas pela população, como mutirões, abaixo-assinados, pesquisas etc.

Enfim, valoriza-se e reforça-se o já existente "pôr-se em movimento" da população, na busca de soluções para seus problemas, o qual, até então, se manifestava de forma generalizada, porém dispersa. O dado "novo" é que agora este "pôr-se em movimento" passa a ser mais elaborado e mais direcionado; vai se procurar preparar mais cada bairro, tendo como diretriz básica a capitalização e canalização desse trabalho para o encaminhamento das reivindicações junto ao poder público, especialmente à Prefeitura.

## 1.2 A visibilidade pública e o 1o "Ciclo" de expansão do MAB

Nesta fase, no que diz respeito aos 15 primeiros grupos Amigos de Bairro que a esta altura já constituíam um Conselho Comunitário, observa-se que se por um lado existia uma grande preocupação em preparar os bairros na perspectiva de que estes passassem a reivindicar conjuntamente junto ao poder público, por outro lado não se constata a mesma preocupação em se priorizar e unificar as diversas reivindicações dos mesmos. "Quando um bairro ia reivindicar água, o outro luz, ou seja lá o que for, a gente procurava ir junto, porque isso dava mais força" (Brandão).

Já nesse estágio do movimento pode-se inferir a existência de indícios de conformação de uma postura voltada para a unificação dos bairros tendo em vista, fundamentalmente, a ampliação e a intensificação de pressões, principalmente sobre a Prefeitura.

O quadro 1 ilustra bem a diversidade das reivindicações, demonstrando como a gama de problemas que envolve o município de Nova Iguaçu se manifesta de forma e intensidade diversa.

Da leitura do quadro pode-se depreender ainda, como, a partir de problemas comuns que atingem mais diretamente alguns bairros (vide Jardim Boa Esperança e Nova América, problema de manobreiro da água), vão se desenvolver articulações entre os mesmos visando encontrar soluções conjuntamente, o que significa que a busca de soluções para problemas comuns possibilita a unificação dos bairros.

**QUADRO 1: Formas de Encaminhamento das Reivindicações dos 15 Primeiros Bairros no MAB, Segundo o Arquivo de Jornal – 1978**

Bairros	Reivindicações	Encaminhamentos
Ambaí-Parque Flora (Jardim Ocidental, Bota Fogo e adjacências)*	- Saneamento, hospital, posto policial, água, iluminação pública, construção de 2 pontes	- Denúncia ao jornal
	- Escola	- Abaixo-assinado, comissão à Prefeitura
Km-32 (e sua área de influência)*	-Escola, ambulatório, iluminação pública, manilhamento de ruas	- 4 ofícios ao Prefeito
Carmari (Vila Anita, Fátima, S. Teodoro e Juruá)*	- Água	- Abaixo-assinado, comissão à Prefeitura
	- Escola (manipulação de vagas), iluminação pública, atraso de ônibus, saneamento	- Denúncia ao jornal
Vila Nova	- Água, iluminação pública, saneamento, poluição	-Comissão à Prefeitura
Piam (Nova Piam, Entre Rios)*	- Transporte, segurança, iluminação pública, ruas intransitáveis, saneamento, água	- Denúncia à comissão Justiça e Paz e ao Jornal
Nova Aurora	- Escola, transporte	- Denúncia ao jornal
	-Iluminação pública	- Mutirão
Tinguazinho	- Escola, saneamento	- Reuniões, comissão à Prefeitura
Nova América (Caioaba, Esplanada, Viga, Boa Esperança)*	- Água	- Comissão à CEDAE
(Boa Esperança)*	- Afastamento de manobreiro de água	- Abaixo-assinado
(Caioaba)*	-Iluminação pública, esgoto, valas, concerto de canos, abrigo p/ passageiros	- Denúncia ao jornal
	- Ponte	- Mutirão
(Caioaba, Boa Esperança, J. Tropical, V. Iracema, Rancho Novo, V. Operária)*	- Pedem respeito aos direitos dos usuários de ônibus	- Denúncia ao jornal
	- Restauração de pontes, calçamento de ruas, melhoria na água	- Denúncia ao jornal
J. Boa Esperança	- Canalização de água	- Mutirão
	- Pedem colocação de aterro nas manilhas	- Denúncia ao jornal
	- Reparos no sistema de água	- Mutirão
(Nova América, Esplanada, Viga, Caioaba)*	- Água	- Comissão à CEDAE
(Caioaba, Nova América)*	- Afastamento de manobreiro de água	- Abaixo-assinado
J. Tropical, V. Iracema, Rancho Novo, V. Operária, Nova América)*	- Pedem respeito aos direitos dos usuários de ônibus	- Denúncia ao jornal

FONTE: Pesquisa no arquivo do Jornal "Correio da Lavoura" e do MAB-1978

\*Estes bairros reivindicaram conjuntamente com o primeiro da relação

Conforme se pode observar ainda no quadro, o grupo de bairros liderados por Parque Flora enviou, através de uma comissão de moradores, um abaixo-assinado de 1.500 assinaturas, exigindo o atendimento de uma série de problemas, especialmente o de uma escola, o documento foi entregue ao oficial de gabinete que o rejeitou, alegando a existência de uma portaria que exigia o endereço e o cadastro do Imposto Predial dos assinantes.

Essa recusa transforma-se em manchete de vários jornais e sua repercussão leva o prefeito a se pronunciar e recuar, admitindo que todos os abaixo-assinados seriam bem-vindos. Tal fato desencadeou uma pronta ação do MAB.

O abandono total dos bairros, as reivindicações pouco ou nada atendidas, a não prestação de contas do poder público, a recusa da Prefeitura em atender os bairros e a ameaça de fechamento praticamente do único canal direto de comunicação entre a Prefeitura e os Amigos de Bairro, os quais se recusavam ficar à mercê dos políticos tradicionais e desejavam reivindicar diretamente através de sua própria organização, constituem fatores determinantes da realização da primeira grande assembleia do MAB, em outubro de 1978, para a qual foi convidado o prefeito. Pela primeira vez o MAB busca confrontar os 15 bairros com o poder público de forma unificada.

O trabalho de discussão e preparação da assembleia nos 15 bairros componentes do movimento se alastrou rapidamente e atingiu 34 bairros. Durante 2 meses vai se procurar discutir com os moradores e preparar os memoriais de reivindicações em cada um dos 15 bairros; ao mesmo tempo buscar-se-á divulgar a assembleia em outros, onde já se sabia da existência de iniciativas de organização dos moradores ou onde contatos já vinham sendo travados com lideranças locais.

A intensa propaganda em torno da assembleia foi um fator que muito contribuiu para a adesão dos bairros não diretamente atingidos pelas lideranças do MAB e, independentemente da influência das mesmas, organizaram também seu memorial de reivindicações. Assim, em decorrência dessa preparação no dia da assembleia, além dos 15, 19 novos bairros compareceram com memoriais.

"Antigamente a associação, o morador, ou qualquer pessoa que quisesse fazer um abaixo-assinado, tinha que chegar no protocolo da Prefeitura, pagar uma taxa e não tinha como

falar com o representante do governo. O negócio ficava muito a nível pessoal, as reivindicações dos moradores eram recebidas por meio de vereadores. E as organizações de massa não tinham forma de dialogar ou de pressionar as autoridades. O MAB, juntando as associações numa primeira assembleia colocou isso como uma exigência ao poder governamental. Era assim uma forma de oficializar a presença das associações dentro do contexto de Nova Iguaçu. Elas não queriam ficar na dependencia de ter que colocar o seu pedido na mão do vereador para daí chegar ao governo a fim de conseguir alguma coisa. Elas queriam reivindicar diretamente.

Então, em outubro de 78, a primeira assembleia foi realizada; tinha 800 moradores e os bairros colocaram os seus problemas para o representante do prefeito, o Secretário do Planejamento, a essa proposta foi apresentada. Além do Secretário ouvir aquela série de reivindicações, representantes do MAB colocaram também a necessidade da Prefeitura abrir um espaço de um dia por semana para que o bairro pudesse apresentar suas reivindicações diretamente. Quer dizer, então, que foi um negócio importante esse fato de em janeiro de 79 as associações começarem a ir diretamente à Prefeitura sem depender de vereador, de político nenhum, o próprio povo colocando as suas reivindicações para o governo" (Enock Cavalcanti).

O resultado mais imediato da assembleia foi a conquista de um canal direto de reivindicação na Prefeitura, traduzido num dia de audiência com o prefeito, semanalmente, em dia e horário fixos, a partir de janeiro de 1979.

Mas outros saldos foram obtidos:

- torna-se o movimento mais conhecido e passa a receber maior cobertura da imprensa;
- expande-se territorialmente, projetando-se, de alguma forma, em 34 bairros, afirmando-se como MAB (mapa 7);
- a reestruturação organizativa do movimento;
- a repercussão do movimento na conjuntura política local e no movimento popular.

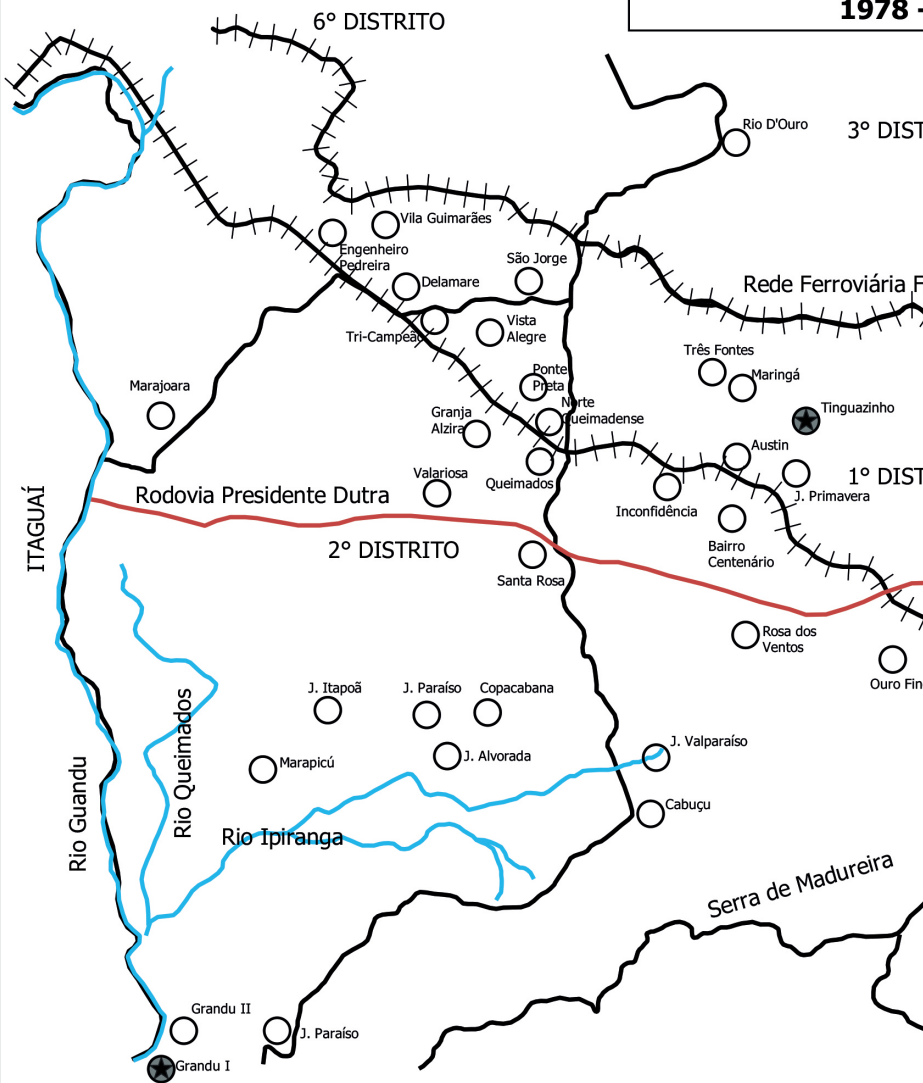
No que se refere à expansão territorial do movimento, os 19 bairros incorporados ao MAB a partir da assembleia apresentam problemas semelhantes aos da grande maioria espalhados por Nova Iguaçu, variando o seu nível de organização, em boa parte, em decorrência do potencial das lideranças



MAPA Nº 7

SEGUNDA FASE DE

1978 -



Fonte: Arquivos do MAB

Elaboração: BRITES



locais. Assim sendo, vão se destacar Bairros como Jardim Gláucia, Parque S. José e S. Elias, que apresentavam lideranças capazes de aí sustentar autonomamente o trabalho, alguns polarizando bairros adjacentes, trazendo-os de arrasto para o MAB.

Jardim Gláucia contava com lideranças dinâmicas e desde 1973 já se constituíra em um Conselho Comunitário em conjunto com bairros adjacentes como S. Bento, Jardim Redentor, Bom Pastor<sup>46</sup>, Silvana, Verônica, Jardim Ideal, Jardim Nova Esperança e Calundu; cabe ressaltar que o trabalho realizado nestes bairros é fruto, principalmente, de uma ação irradiada de Jardim Gláucia.<sup>47</sup> Sto. Elias e S. José, embora nesta época não exerçam maior ação polarizadora, já realizavam um trabalho de organização com os moradores, de certo vulto, uma vez que contavam com lideranças bastante capazes.

S. Bernardo, Sta. Maria e Vila Joilá são bairros contíguos que já possuíam moradores com certa capacidade de iniciativa, mas que não tinham condições de, sozinhos, sustentar um trabalho de organização de moradores. A incorporação deles ao MAB se dá muito à custa da assessoria de lideranças de Jardim Gláucia, incluindo-se ainda nesta mesma situação bairros como S. Leopoldo, Sta. Amélia e Sta. Marta, que também contavam com alguns elementos com certa potencialidade, os quais militavam na igreja. S. Vicente, Rodilândia, Sítio Real, S. Gabriel e Vila Norma são bairros que em sua maioria possuíam algumas lideranças locais, também oriundas de igreja, porém necessitavam de uma maior assessoria para dar continuidade ao desenvolvimento de um trabalho local, o que não ocorreu.

Enfim, após a assembleia, observamos um grande crescimento quantitativo do MAB que, num curto espaço de tempo, dá um salto na aglutinação de 15 bairros para 34, apanhando de surpresa as suas lideranças que ficaram durante algum tempo desorganizadas, sem saber muito que direção dar ao movimento. Tal situação demandava mudanças na sua estrutura or-

46 Na Assembleia dos 800, as reivindicações de S. Bento, Jardim Redentor e Bom Pastor estavam incluídas no memorial de Jardim Gláucia.

47 O Jardim Gláucia conta com liderança muito antiga, a professora Therezinha Lopes com grande dinamismo e capacidade de trabalho, uma das principais responsáveis pela organização do Jardim Gláucia e adjacências, hoje presidente da Federação Municipal das Associações de Nova Iguaçu.

ganizativa para melhor dar conta da expansão atingida pelo movimento como também fazer frente às novas tarefas que se colocavam já que o MAB, a partir da Assembleia dos 800, passa a ter sua existência reconhecida oficialmente e conquista seu próprio canal de comunicação com o poder público. Portanto, a utilização desse canal e a ampliação do movimento, vão impor a necessidade de uma estruturação menos amadora e experimental, que respondesse às novas exigências.

"Em janeiro de 1979, o MAB define sua regionalização. A partir de fevereiro, passará a contar com quatro regionais, que funcionam, cada uma, com o próprio MAB anteriormente: encontros de grupos de moradores de diversos bairros, que trocam experiências e têm discussões gerais. No "Encontro" nº 17 uma explicação:

"Por que Regionais - Essa divisão foi decidida porque o Movimento cresceu muito desde a Assembleia. Hoje contamos com a participação de mais de 40 bairros filiados e a divisão por Regionais vai ajudar na troca de experiências, em permitir maior entrosamento entre os bairros, além de incentivar os grupos novos" (Encontro no 17 - fevereiro de 1979).

As Regionais contam com equipes responsáveis pela preparação de seus encontros, compostos por membros da Coordenação e moradores da área que se disponham a integrá-la.

Ainda em janeiro de 1979, em reunião com representantes de Vinte e seis bairros, elege-se a primeira coordenação formal do movimento. Não se trata mais de representação por bairros, porém representação e direção do próprio movimento, como conjunto" (Leda L. Queirós, 1981, p. 155-156).

Quando se tira essa nova coordenação do MAB já se observa indícios de dissidência no interior do movimento, como bem ilustra a notícia de jornal que se segue:

"Sentindo que o estágio atual de luta não tem lugar para oportunistas e vacilantes, como vem ocorrendo, muitos líderes comunitários estão se articulando no sentido de criar uma coordenação forte, desligada da Caritas, para poder depurar o Movimento Comunitário de representações fictícias ou embrionárias que na realidade não representam e até desfiguram, a qualidade da luta". (Correio da Lavoura, 23 e 24/12/78).

Vimos a saber mais tarde que tal notícia era induzida por participantes de um grupo de Amigos de Bairro (Conselho Comunitário Jardim Boa Esperança) que, a partir da reformulação partidária, havia ingressado no hoje extinto Partido Popular, e que objetivavam atrelar o MAB a uma política clientelista. Esse setor, que não dispunha de maior influência no interior do movimento acaba se afastando e articulando posteriormente outros bairros, paralelamente ao MAB. Outras concepções à cerca da condução do movimento agora também se delineiam, mas não se confrontam de forma mais contundente.

Nesta fase de expansão e do maior destaque que o MAB assume, observa-se a intensificação dos ataques ao mesmo, que passa a ser taxado de subversivo e de desenvolver atividades políticas, provocando o afastamento de algumas lideranças e até de algumas associações.

Nesse momento alguns problemas fundamentais agudizam-se no movimento, a saber: o descompasso entre um número significativo de bairros, que dependiam diretamente de uma assessoria mais contínua para o desenvolvimento de um trabalho de organização em seus bairros e um número reduzido de lideranças capacitadas disponíveis. Isto representava uma sobrecarga de atribuições para as mesmas, incumbidas de realizar tal assessoria, resultando num maior afastamento de seus próprios bairros, repercutindo em termos de perda de qualidade do trabalho local e de sua continuidade.

A escassez de lideranças capacitadas, por outro lado, está relacionada à diferenciação existente entre os bairros, já que vamos encontrar em poucos deles trabalhos consolidados, em alguns trabalhos com certo nível de desenvolvimento e ainda aqueles que mal os iniciaram.

Entretanto não se observará, por parte do MAB, uma atenção maior em relação aos diversos estágios de organização que cada bairro se encontrava nem à percepção das implicações para o movimento, derivadas de tal situação. Um pouco mais adiante voltaremos a esta questão.

O centro de gravidade do MAB passa a ser constituído, basicamente, pelas audiências semanais na Prefeitura. São arrastados, para elas, o maior número de bairros que ali se somavam numericamente, porém reivindicavam fragmentadamente, pois cada bairro continuava levando seu próprio pacote de reivindicações. Cabe ressaltar que, assim como antes da

Assembleia dos 800 não se observava maior preocupação em se selecionar e unificar reivindicações a partir das prioridades estabelecidas pelos bairros, nesta fase tal procedimento persiste.

"Toda semana, de manhã, às quintas-feiras, a gente tinha audiência com a Prefeitura e lá cada bairro reivindicava, 20 bairros, 25, 30 às vezes. Quer dizer, passa a ser um trabalho mais de aperto da Prefeitura" (Nelson Nahun).

### 1.3 O apogeu da visibilidade pública do MAB e o 2º grande "ciclo" de expansão

Porém a Prefeitura continuava a não atender às reivindicações dos moradores. Se antes usava a tática do apadrinhamento político para fins eleitoreiros na realização de algumas obras, a título de favor, agora tenta evitar as comissões e muita gente no gabinete, sondando quem eram os cabeças e até cooptando pessoas. Depois da Assembleia dos 800 "mudavam constantemente o pessoal da secretaria para confundir as pessoas, protocolavam e engavetavam os processos, informavam mal, enrolavam, procuravam desgastar e desorganizar o pessoal e não resolviam nada alegando falta de verbas, ou então faziam obras pela metade" (Brandão).

Do agravamento dessa situação surge a decisão de se realizar uma grande assembleia para pressionar e exigir do prefeito um efetivo atendimento às reivindicações dos bairros. E todo um esquema de mobilização é montado, distribuem-se tarefas, movimenta-se as comunidades, desenvolve-se ampla propaganda com distribuição de cartazes, notas e entrevistas à imprensa e convoca-se o prefeito.

Desta vez a mobilização assume maiores dimensões, ainda que o movimento não tenha obtido avanços no que se refere ao atendimento das reivindicações dos bairros, o que de certa forma é neutralizado pela conjuntura favorável.

1979 representou o pique do movimento popular no país e Nova Iguaçu, através do MAB, esteve presente nas manifestações locais mais expressivas como a greve dos professores do Rio, acompanhou de perto as greves dos metalúrgicos do Rio e do ABC, participou das manifestações públicas da Campanha

de Fraternidade a março de 1979 denunciando o abandono dos bairros e juntou-me às comemorações do 1º de Maio promovidas pela Pastoral Operária de Nova Iguaçu. Em 1979 acontece ainda a vitória do MDB sobre a Arena e todos estes fatos conjugados expressam um clima de participação que contribuiu para a criação de condições mais propícias à atuação do MAB.

Para ser apresentado na assembleia, um manifesto assinado por 69 bairros entre Associações, Grupos de Amigos de Bairro ou Comissões de Bairro passa a ser elaborado<sup>48</sup>.

Essa assembleia, realizada em outubro de 1979 e que reuniu cerca de 3.000 pessoas, é frequentemente apontada como o momento culminante da história do MAB, tendo assumido ares de protesto. Compareceram representantes do poder municipal, estadual, federal e de outros movimentos. "O prefeito sentindo que o movimento estava crescendo e que o povo fugia do controle populista e pintava um caminho independente, precisava tomar alguma precaução contra isso e resolveu aparecer lá. E sendo uma figura muito desgastada foi recebido com uma estrondosa vaia, descarregando o povo todo o protesto contra a sua miséria nessa figura, sendo ele obrigado a reconhecer a justiça do protesto" (Enock).

Conforme assinalado anteriormente, do ponto de vista da adesão popular à assembleia, esta foi um sucesso. Todavia é importante tecer algumas considerações à cerca das condições que possibilitaram tal adesão.

Sendo o MAB um movimento relativamente recente, que ainda estava se apresentando à população e que acenava com bandeiras que iam de encontro aos anseios represados e mais imediatos da mesma com uma imagem ainda não desgastada por derrotas, constituem tais fatores algumas das condições favoráveis a essa adesão.

Para aqueles que já vinham participando do MAB, mesmo que tenham sido atingidos pelo desgaste das idas à Prefeitura, a realização de uma nova assembleia nutria expectativas de conseguir algum avanço, ainda que não se tivesse muita clareza de para onde avançar e como.

---

48 Convém observar as diferenças entre Associações de Moradores, com caráter mais formal, registradas em cartório e com reconhecimento oficial, grupos de Amigos de Bairro que não implicam nestas exigências formais, bastando a existência de um núcleo de 21 pessoas para eleger um conselheiro para o MAB e finalmente comissões de moradores, uma simples representação do bairro para aquela determinada atividade.

Porém, vivia-se uma conjuntura política favorável à expansão do movimento popular, o que estimulava a continuidade na luta daqueles que já participavam do MAB e, por outro lado, contagiava e facilitava novas adesões. Necessário também, se faz, ressaltar, a contribuição da experiência adquirida quando da realização da Assembleia dos 800, para a preparação desta segunda assembleia.

A partir desses fatos e à luz do que foi visto anteriormente no que se refere aos diferentes estágios de organização dos bairros, pode-se inferir que o sucesso decorrente da adesão massiva à assembleia coincide muito mais com o pique que o movimento popular em geral experimentava em função de uma conjuntura política favorável, do que fruto da sedimentação de um trabalho de organização dos moradores no interior dos diversos bairros. Tal situação, portanto, coloca maiores responsabilidades e desafios para o movimento e sua direção.

Dito isto, cabe agora situar os antecedentes mais imediatos que vão pressionar o MAB a buscar alternativas para o movimento via assembleia.

A nosso ver, a decisão de se realizar esta segunda assembleia por parte do MAB, revestia-se de um caráter mais estratégico, já que o movimento estava praticamente encerrado nas idas às audiências semanais da Prefeitura, sem se obter quase nenhum resultado. Por essa razão, tenta-se exercer uma pressão pública de forma mais ampliada e contundente, que causasse maior impacto à Prefeitura. E dentro deste espírito que se realiza a segunda grande assembleia, na qual foi apresentado pela coordenação o seguinte bloco de propostas:

- abertura da câmara dos vereadores para encontros e debates dos problemas do município;
- retorno das audiências semanais suspensas pelo prefeito;
- publicação trimestral de um plano de aplicação de recursos da Prefeitura na imprensa, definindo o que fazer, onde fazer e quanto seria gasto;
- suspensão da obrigatoriedade da taxa escolar.

Outros participantes do movimento deixam entrever em avaliações posteriores dessa assembleia uma outra visão, considerando:

- que as propostas deveriam ser centralizadas nas rei-



vindicações dos bairros, dando prioridade às obras mais urgentes onde as situações fossem mais alarmantes;

- que os moradores tivessem um programa que se impusesse ao da Prefeitura<sup>49</sup>;
- que deveria ter-se estabelecido prazo para o atendimento das reivindicações, marcando-se nova assembleia.

Dentre as reivindicações apresentadas, a suspensão da taxa escolar foi das menos enfatizadas, não havendo por parte da coordenação maior empenho em se direcionar esta luta de forma generalizada para o conjunto do MAB. Segundo depoimentos, o que ocorreu, na verdade, foram iniciativas de alguns bairros como Parque Flora, Carmari, Piam e alguns outros, que travaram essa luta tendo como alvo a própria escola local de cada bairro.

Tais iniciativas eram apoiadas pelo MAB, mas não difundidas para o conjunto do movimento: se por um lado a coordenação assumiu o encaminhamento da reivindicação durante a assembleia, por outro lado não dirigiu e nem encaminhou esta luta previamente e nem depois desse evento para o conjunto dos bairros. O que houve de tomada de posição mais contundente por parte do MAB, após a assembleia, foi aproveitar-se de uma ida do Secretário Estadual de Educação a Nova Iguaçu para pressioná-lo, denunciando diretamente ao mesmo a cobrança ilegal da taxa escolar.

Apesar das declarações bombásticas do tipo "eu torro a diretora que cobrar essa taxa", a mesma continua sendo cobrada até hoje, mesmo nesses lugares que desenvolveram uma luta intensa e desgastante e que num bairro, como Parque Flora, chegou a culminar com a substituição da diretora local. Esta substituição se deu em virtude da canalização da luta no sentido de pressionar a direção que cumpria intransigentemente essa disposição ilegal, o que a desgastou e indispôs com a população do bairro.

Constata-se, assim, que o alvo desta luta acabou por centrar-se em direções de escolas locais, constituindo tal procedimento a única alternativa que se colocava para estes bairros em luta, já que se ressentia da falta de uma articu-

---

49 A visão de outros grupos a respeito das propostas encaminhadas à assembleia foi-nos transmitida em entrevista concedida por Enock Cavalcanti, que participou desse evento.

lação com um número significativo de bairros que acumulasse forças para pressionar o verdadeiro alvo, que era a Secretaria Estadual e Municipal de Educação.

No Parque Flora, ainda em 1983, assistimos a casos de famílias que deixaram de matricular seus filhos por falta de recursos para pagamento da taxa escolar, sendo também as renovações de matrícula efetivadas somente mediante o pagamento da mesma.

Assim sendo, a direção do MAB não assumindo de fato essa luta, perdeu uma excelente oportunidade de mobilizar a população dos bairros através de um problema e interesses de resolução comuns, ao mesmo tempo demonstrou falta de senso de direção quando apoiou iniciativas de alguns bairros que, ainda que fossem louváveis, isoladamente eram limitadas para a obtenção de alguma vitória.

Com relação ao retorno das audiências semanais, estas haviam sido suspensas uma semana antes da assembleia pela Prefeitura, provavelmente como uma forma de represália e intimidação à realização daquela assembleia. Tendo em vista o caráter limitado de pressão que estas audiências apresentavam antes da assembleia, a conquista do retorno das mesmas não representava maiores ameaças para a Prefeitura. Além disso, não seria tático, por parte do Prefeito, já excessivamente desgastado, a negação de uma concessão já feita, diante de uma assembleia tão exaltada.

A proposta oficial levantada pela coordenação, exigindo da Prefeitura a publicação nos jornais do seu planejamento (da Prefeitura), contrapõe-se uma outra, que defendia a apresentação de um programa dos próprios moradores que se impusesse ao da Prefeitura.

"Houve uma proposta de que o atendimento da Prefeitura que era feito bairro por bairro, fosse feito em cima das reivindicações levantadas, com a priorização das obras que se mostravam mais urgentes, porque tem bairros que têm problemas de iluminação de rua, asfaltamento, tem outras que têm casas alagadas, estão com peste dentro de casa, tem pessoas morrendo devido a doenças. Dentro de Nova Iguaçu existem casos mais alarmantes que teriam que ser atendidos com prioridade. Essa proposta de estabelecimento de prazo para o atendimento, quer dizer, o programa dos moradores se impondo ao da Prefeitura, foi desconsiderada" (Enock Cavalcanti).

A exigência da publicação de um plano de aplicação de recursos da Prefeitura e não de um plano dos moradores, expressa a própria trajetória do MAB, pois que este sempre buscou pressionar o poder público muito mais em cima da unificação da denúncia coletiva dos problemas e de sua não resolução, o que, a nosso ver, reflete, a inexistência de um plano e de uma tática de luta elaborados a partir do estabelecimento de uma pauta de reivindicações que fosse formulada tendo em vista as reivindicações mais urgentes dos bairros, assim como, a seleção das prioridades comuns aos mesmos. Desta forma o movimento se unificaria não só a partir da insatisfação geral, mas fundamentalmente a partir de reivindicações comuns.

Em outras palavras, o que se observa por parte do MAB é um trabalho que se pauta mais por unificar o descontentamento e o clamor da população do que a unificação dos bairros a partir da seleção de reivindicações comuns derivadas de problemas e interesses de resolução também comuns.

"Houve um manifesto de protesto reunindo o conjunto de reclamações da população. Eram protestos que não puxaram uma proposta, proposta contra o abandono dos bairros" (Enock Cavalcanti).

Entretanto, a nosso ver, se por um lado se fazia e se faz necessário que se tenha um plano, uma proposta dos moradores, por outro lado também se fazia e se faz necessário a avaliação da viabilidade de sua concretização, seja num prazo mais curto ou mais longo.

A solução de certos tipos de problemas, como o da abolição da taxa escolar, em tese, teria maiores possibilidades de resolução a curto prazo, uma vez que não envolve questões de ordem técnica ou de dotações orçamentárias e não fere a legislação vigente, já que a taxa é ilegal. Além disso iria de encontro aos interesses da maior parte dos bairros e sua resolução representaria um pequeno "alívio" para a população implicando, ao mesmo tempo, em ganhos que poderiam reverter em acúmulo de forças para o movimento, de modo a contribuir para a preparação do caminho para lutas mais difíceis, como é o caso da rede de água; esta demanda grandes investimentos, envolve questões de ordem técnica a interesses econômicos e políticos, constando dos planos governamentais, via de regra, nos períodos eleitorais (vide política da bica d'água).

Além da análise das condições dadas, coloca-se também a

necessidade de avaliação da conjuntura e de um mínimo de previsão de duração dessa luta que, sendo mais longa demandará maiores esforços de organização para se manter a mobilização. Do conjunto de reivindicações que foram apresentadas e despejadas sobre a Prefeitura há que se atentar que, pedir a suspensão da taxa escolar e pedir água, implicam em níveis de organização e possibilidades de atendimento em prazos bastante diferentes, o que aprofundaremos mais adiante.

Portanto, não havia um plano dos moradores porque não se definiram nem se avaliaram, nem se unificaram as prioridades a partir do conjunto dos bairros, assim sendo, que diferença fazia estabelecer prazos se não havia plano? Aqueles, não poderiam ser estabelecidos na medida em que não se definiram urgências que se tornassem exigências de fato. Em suma, a ausência de plano e prazos corresponde a deficiências de organização do movimento que se ressentia da definição clara de objetivos e de táticas para atingi-los.

E apesar da convocação massiva, da importância numérica, da visibilidade pública, o MAB perdeu a oportunidade de legitimar uma ofensiva e acabou ficando à mercê do plano e dos prazos estipulados pelo prefeito.

Depois da assembleia os bairros voltam à rotina das idas à Prefeitura e apenas a coordenação assumia a negociação, o que trazia sérios prejuízos ao movimento, estabelecendo defasagem entre esses contatos e a chegada de informações aos bairros, não ficando claro para as pessoas os encaminhamentos dados.

O prefeito não publicou o relatório trimestral e apenas seis meses depois fez a publicação de obras planejadas em boletim oficial, realizando apenas aquelas voltadas para o atendimento de vereadores na sua esfera de influência partidária.

A operação comunitária de Integração Social de Nova Iguaçu (CISNI), um projeto de grande alcance elaborado pela Prefeitura após a grande assembleia, a que contaria com a participação comunitária dos moradores na realização das obras, projeto onde as prioridades definidas pela Prefeitura nem sempre coincidiam com as dos moradores, limitou-se praticamente à aplicação da primeira fase de vacinação anti-pólio, significando fraca resposta do poder público às investidas do MAB. Em todo o caso, pela primeira vez a

Prefeitura dava uma resposta, embora apenas a nível de planejamento e não de execução.

Depois de cada grande assembleia o movimento volta-se para dentro para se rearrumar em função das novas dimensões. Imediatamente após a assembleia dos 3000 apresenta um crescimento bastante expressivo, e no calor da mobilização chega a atingir aproximadamente 100 bairros, muitos dos quais com permanência efêmera. Aumenta o número de regionais de 4 para 5, mas pouco depois sobrevém uma fase de certo desânimo em virtude da não resposta da Prefeitura.

Como se vê, mais uma vez assistimos a um verdadeiro "ciclo" de expansão do movimento, que se espraia, estendendo o MAB sua área de influência a bairros cada vez mais distantes. Convém, por tanto, atentar, sobre que bases se realiza tal expansão.

Conforme visto anteriormente, após a Assembleia dos 800, em pouco tempo dobra o número de bairros participantes do MAB passando de 15 para 34, o mesmo ocorrendo após a assembleia dos 3.000, em proporções muito maiores (mapa 8).

Tal crescimento se vincula muito mais à sua inegável capacidade de estabelecer contatos e articular bairros que de forma mais ou menos arrojada já apresentavam iniciativas de organização de seus moradores e frequentemente contavam com lideranças oriundas de igreja, o que vai ser facilitado tanto em 1978 como em 1979 por uma conjuntura política mais favorável às manifestações populares. Convém observar que esta conjuntura é capitalizada não apenas pela direção do MAB, mas também por aqueles moradores que já vinham fazendo tentativas de resolver seus problemas isoladamente e vislumbram a possibilidade de romper esse isolamento, aderindo com certa facilidade ao convite para reivindicar coletivamente.

## 1.4 O contexto mais recente do MAB

Mesmo depois da segunda grande assembleia os bairros continuam praticamente sem nenhum atendimento de suas reivindicações e retornam novamente à rotina das audiências semanais. Sentindo que o direcionamento da pressão sobre a Prefeitura continuava não surtindo efeitos, acarretando maiores desgastes para o movimento, o MAB procura redirecionar os bairros para reivindicar junto ao poder estadual, tendo como nova estratégia as contradições entre o poder municipal e estadual (PP x PDS).

Organiza, pois, uma grande caravana, com 8 ônibus com muitas faixas e cartazes e cerca de 700 pessoas em direção ao Palácio Guanabara para entregar à FUNDREM 64 memoriais reivindicando solução para 3 problemas prioritários de cada bairro. Apesar da audiência marcada com antecedência os moradores não foram atendidos, mas o fato teve ampla cobertura da grande imprensa.

Quando o movimento viu que a Prefeitura não atendia, dirigiu-se ao Governo do Estado. O fato da gente ter que brigar contra o Estado e esquecer a Prefeitura não foi muito discutido no movimento. Essa ida à FUNDREM pintou muito por iniciativa da coordenação e não surgiu como uma necessidade que fosse levantada paulatinamente no movimento. Surgiu em cima da questão do crescimento, em Nova Iguaçu, de associações paralelas que estariam sendo incentivadas pelo Partido Populista (PP). E para fazer frente a essa política vai-se à FUNDREM e coloca-se força no movimento, nas não houve desdobramento para os moradores" (Enock Cavalcanti).

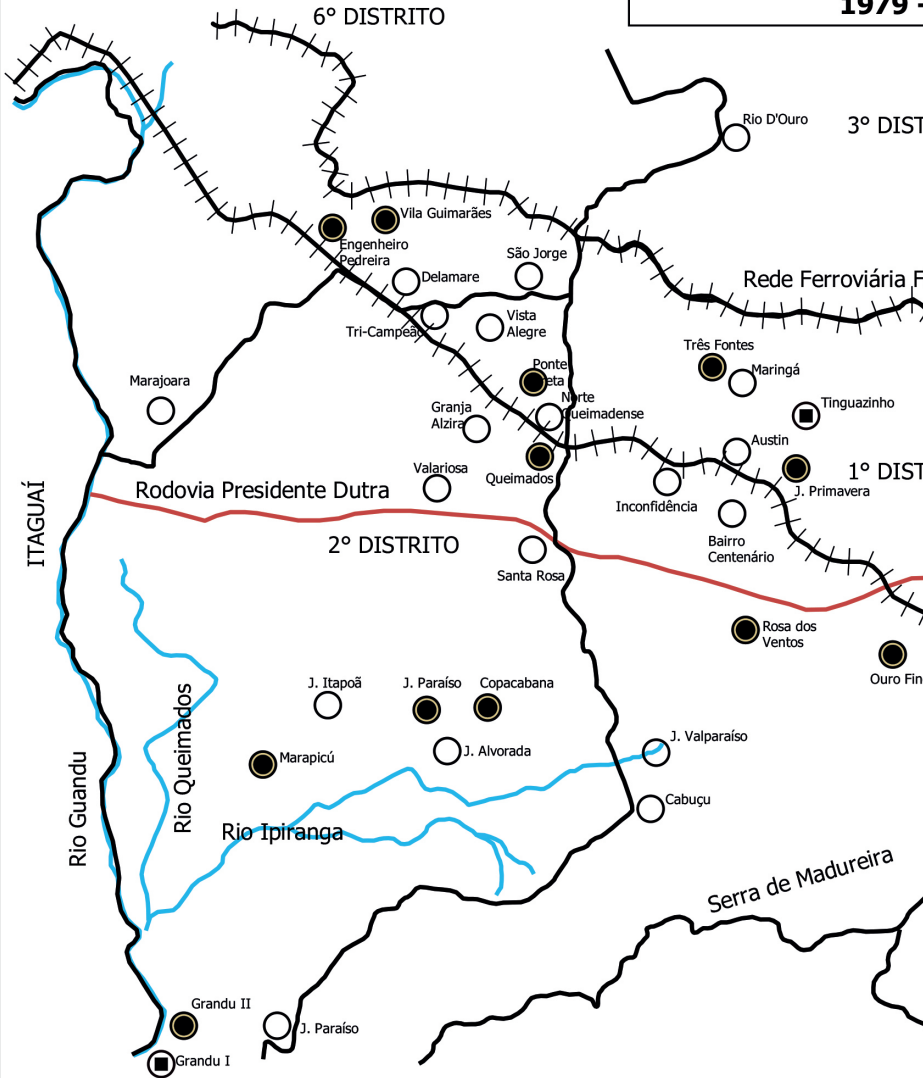
Portanto, A proposta de ida à FUNDREM foi gerada, desenvolvida e assumida mais a nível da coordenação do que qualquer uma das propostas anteriores, fundamentadas no não atendimento por parte do poder municipal, o que esvaiziava o movimento, surgindo, portanto, como uma proposta alternativa.

Nos memoriais encaminhados pelos bairros a questão do saneamento se destacava como a reivindicação prioritária, segundo os técnicos da FUNDREM: por essa razão foi iniciada a limpeza de alguns valões, ao mesmo tempo que a FUNDREM começava a construção do seu escritório de representação em

**MAPA Nº 8**

**TERCEIRA FASE DE**

**1979**



Fonte: Arquivos do MAB

Elaboração: BRITES

# EXPANSÃO DO MAB

1981

RITO

RITO

o

P. M. (2024)

- OS 34 BAIRROS PARTICIPANTES DO MAB ATÉ 1979
- BAIRROS INCORPORADO AO MAB APÓS A ASSEMBLEIA DOS 3.000 (1979)
- NÃO PERTENCENTES AO MAB OU NÃO ARTICULADOS COM ELE





Nova Iguaçu, para onde se dirigiram, durante certo tempo, alguns bairros isoladamente.

Todavia essas incitativas decorrentes do Convênio FUNDREM-Estado não foram levadas adiante, havendo mesmo denúncias, por parte de técnicos da FUNDREM, de pressões políticas do governo estadual, não interessado na realização dessas obras via MAB.

Segundo comentários de lideranças do MAB, embora o prefeito não se tenha mostrado receptivo à atuação da FUNDREM, não chegou a se estabelecer um conflito entre o poder municipal e o estadual, já que ambos não tinham interesse, como já vimos, no atendimento de reivindicações através do MAB, em virtude de interesses políticos próprios.

Ainda nesta fase, a Prefeitura propõe que os bairros encaminhem suas reivindicações junto à Secretaria de Serviços Públicos, na Cobrex, através de audiências mensais, para elas convergem grande número de bairros, ficando bastante esvaziadas as audiências semanais da Prefeitura.

De qualquer maneira, seja na Prefeitura ou na Secretaria de Serviços Públicos, o não atendimento das reivindicações dos bairros continua sendo a tônica por parte do poder público.

Em 1981, a Prefeitura e a Light assinam um convênio criando uma taxa municipal de iluminação pública. Sendo este município o único do país, pelo menos do conhecimento geral, a estabelecer essa taxa, tal fato leva a uma indignação geral, em decorrência disso, o MAB resolve convocar os bairros para uma passeata que culminou com uma manifestação em frente à Prefeitura, em julho de 1981, reunindo entre 2.000 e 3.000 pessoas, o que mais uma vez vem demonstrar a capacidade do MAB de polarizar o protesto da população.

As iniciativas de desdobramento se restringem à criação de uma comissão encarregada de travar contatos com a Light e a Prefeitura e ao encaminhamento de um abaixo-assinado visando entrar com uma ação popular contra a cobrança da taxa de iluminação pública; todavia, tais iniciativas não atingiram seus objetivos, pois desembocaram e ficaram centralizadas nas mãos dos advogados, sofrendo os emperramentos da tramitação legal, diluindo-se, portanto, a luta, nos labirintos da legalidade.

Outra luta travada pelo MAB, já em 1981, visava a abertura do hospital do INAMPS, na Posse, que pertencera a um grupo

particular e fora desapropriado pelo governo federal. Essa luta foi assumida pelo MAB mais ao nível da Regional I, onde se situa esse hospital, sendo encaminhado um abaixo-assinado com 8.000 assinaturas ao diretor do INAMPS, mas a abertura do mesmo foi protelada diversas vezes, a fim de evitar que fosse capitalizada pelo MAB. Somente em 1982, quando das eleições, o hospital foi inaugurado, estando até hoje com um funcionamento muito aquém da sua capacidade de atendimento.

Em dezembro de 1981 um outro acontecimento marca a história do MAB: a realização do 29º Congresso Municipal de Associações de Moradores, quando a entidade se efetiva como federação e elege a sua primeira diretoria. A proposta de legalização do MAB enquanto federação foi praticamente consensual ao nível da sua direção e objetivava mais facilitar a atuação do MAB naqueles espaços onde a luta enveredava pelos caminhos jurídico-constitucionais.

A realização do congresso foi aprovada num Conselho de Representantes, ficando a coordenação encarregada de organizá-lo e tirar uma comissão para tratar do assunto. Apesar de tal deliberação ter sido tirada com certa antecedência, somente alguns meses antes do evento foi iniciada a sua preparação, não havendo maior aprofundamento das discussões nas bases que foram mobilizadas mais para garantir a legalização das Associações, exigência que se fazia para que os representantes tivessem direito a voz e voto.

Constituiu, portanto, mais um processo burocrático de legalização do MAB como entidade jurídica e, apesar de importantes questões políticas estarem em pauta, estas não foram discutidas.

Ainda que deste congresso tenha saído um programa mínimo de governo, a sua elaboração se deu muito mais a partir da denúncia dos problemas e do esboço de algumas propostas de como deveria ser governado o município de Nova Iguaçu. Entretanto, conforme vimos, tal programa não foi resultado de um processo de discussão e análise que culminasse com a realização do congresso.

Em suma, o fato mais marcante deste congresso foi o acirramento das divergências existentes no interior da direção do MAB, que afloraram mais em função da disputa pela hegemonia na condução do movimento do que em decorrência da existência de concepções diferentes acerca da orientação que vinha sendo imprimida ao mesmo. Uma das consequências

mais imediatas dessa disputa foi a deflagração de uma campanha pública de propaganda contra a chapa vencedora e de repúdio à legitimidade daquele congresso, implicando no afastamento, pelo menos temporário, de participantes do MAB. Permeia, ainda, este quadro, o acirramento das diferenças partidárias num contexto de disputa eleitoral.

Logo após o congresso, já em 1982, o forte envolvimento das principais lideranças no processo eleitoral restringiu atuação do MAB, e a única luta que merece maior destaque nessa época é a dos transportes, deflagrada em decorrência dos aumentos excessivos que acentuavam a sangria nos rendimentos da maior parte da população de Nova Iguaçu. Tais aumentos antes decretados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) passaram a ser autorizados pelas Prefeituras Municipais.

Assim sendo, três dias após esse aumento, o MAB realizou uma passeata que culminava com uma manifestação em frente à Prefeitura, contando com a participação de mais de 1.000 pessoas, precedida de ampla panfletagem e propaganda através da imprensa. Foram encaminhadas ao Prefeito as seguintes reivindicações: retorno das passagens aos preços anteriores ao aumento, congelamento das mesmas por um ano, passe livre para estudantes uniformizados e para desempregados há mais de 3 meses.

Tais reivindicações não foram levadas em consideração pela Prefeitura, a qual poucos meses depois autorizou novo aumento. Em função disso nova manifestação foi realizada, embora de menor porte, precedida de pesquisa junto ao Departamento de Transportes Coletivos (DTC) por uma comissão designada pelo MAB, que realizou um estudo minucioso que permitiu verificar a defasagem entre a tabela de reajustes do salário mínimo e a de reajustes do aumento das passagens atingindo, este último, mais de 200%.

De posse desses dados e mantendo a mesma pauta de reivindicações da manifestação anterior, encaminhou-se uma ação popular que foi indeferida pela justiça, alegando ser o MAB uma federação representativa de alguns bairros e não do conjunto da população de Nova Iguaçu, alegação respaldada em artigos da legislação formulada na década de 50.

Foi realizada ainda uma vigília que durou mais de uma semana em frente à Prefeitura. Se por um lado a imagem do Prefeito se desgasta mais ainda em função da ação do MAB, por outro a população não obteve nenhum resultado concreto

mais imediato.

Enfim, neste ano de 1982, a investida maior do MAB se limitou mais a essa luta dos transportes, já que nesse período o alvo das atenções eram as eleições nelas uma boa parte de suas principais lideranças estavam diretamente envolvidas na campanha de seus partidos como candidatos, e mesmo os não candidatos vão estar bastante comprometidos.

Cabe ressaltar, ainda, que o espaço aberto pelo processo eleitoral não foi devidamente aproveitado pelo movimento que ficou ofuscado pela disputa partidária, não tendo demonstrado maiores iniciativas de capitalização dessa conjuntura no sentido de empreender maior ofensiva. Nessa fase limitou-se à realização de um debate com os candidatos para cobrar-lhes maior comprometimento com o movimento popular, através da assinatura de uma carta contendo um programa mínimo.

A esta altura faz-se necessário tecer algumas considerações a respeito da expansão do movimento. Vimos anteriormente que as assembleias de 1978 e 1979 constituíram dois grandes marcos no tocante à expansão da área de influência do MAB. Entretanto, quando da realização deste congresso já não se observa mais a reprodução das expansões anteriores. Podemos constatar que, do conjunto de grupos de Amigos de Bairro e Associações que aderiram ao MAB em 1978 e 1979, aproximadamente 31 se desligaram até a época do Congresso (1981), sendo apontados os seguintes fatores, como causas desse desligamento, por lideranças do MAB:

- falta de lideranças locais;
- falta de assessoria às lideranças locais;
- escassez de lideranças para assessorar;
- escassez de tempo por parte das lideranças disponíveis para assessoria;
- dificuldade de acesso a muitos bairros devido longas distâncias;
- bairros formados por conjuntos habitacionais apresentando reivindicações mais específicas;
- receio, por parte de certas lideranças, de serem rotuladas de subversivas ou acusadas de atuação política por participarem do MAB;
- sentimento de desânimo e de descrédito em relação ao movimento devido não atendimento das reivindicações;
- cooptação de algumas lideranças por políticos clientelistas que, inclusive, organizavam um movimento de

associações paralelo ao MAB.

Desses 31 bairros que se retiraram 8 permaneceram de alguma forma na esfera do MAB, devendo-se esclarecer que 4 deles não participaram do congresso por não terem conseguido legalizar suas associações devido dificuldades internas. Na época da coleta dessas informações (fevereiro de 1982), esses bairros encontravam-se em processo de rearticulação do trabalho de organização dos moradores, assim como de legalização de suas associações (vide tabela nº 39).

Em contrapartida 26 novos bairros foram incorporados à entidade, de certa forma compensando as perdas sofridas. Esta incorporação deve-se, em parte, ao fato de muitos desses bairros já se encontrarem na esfera de influência do MAB e contarem com um processo embrionário de organização dos moradores. "Daí ou os moradores procuram o MAB buscando fortalecer sua luta, ou o MAB procura entrar em contato com o bairro quando toma conhecimento de que nele está se desenvolvendo um processo de mobilização por parte dos moradores" (Dilcécia Nahum).

**TABELA 39: Movimento de Entrada e Saída de Bairros do MAB entre 1979 e 1981, Segundo Depoimentos das Lideranças e Relação das Regionais**

Regionais	Nº de Bairros Desligados	Situação dos Bairros Desligados		Nº de Bairros Incorporados
		Órbita do MAB	Fora da Órbita do MAB	
Regional I	9**	1	8****	2
Regional II	2	-	2	2
Regional III***	5	-	5	11
Regional IV	11**	7*	4****	8
Regional V	4	-	4	3
TOTAL	31	8	23	26

FONTE: Trabalho de Campo, 1982.

\* Desses bairros 4 estão fundando associação.

\*\* Dessas 2 regionais 9 bairros já participavam do MAB desde 1978.

\*\*\* Os bairros desta regional são os que se situam a maiores distâncias do centro de Nova Iguaçu.

\*\*\*\* Destes bairros alguns passaram a girar em torno de políticos do hoje extinto Partido Popular (PP).

A partir da leitura do mapa 9 algumas considerações se fazem necessárias acerca da base territorial do MAB que, segundo a relação das regionais de 1981, após a realização do segundo congresso contava com 73 bairros distribuídos

em 5 regionais (vide relação em anexo), dos quais 56 possuíam associações e 17 somente grupos Amigos de Bairro, diferenciando-se estas duas categorias pelo direito de voto no Conselho de Representantes de Bairros concedido apenas às Associações legalizadas.

As regionais I, II, IV e V distribuem-se pelos distritos contíguos de Nova Iguaçu (1º), Belford Roxo (4º) e Mesquita (5º), os quais correspondem às áreas de mais altas densidades demográficas do município, conforme visto anteriormente. Estes distritos apresentam também as maiores facilidades de comunicação com os municípios vizinhos da Baixada mais densamente povoados, como Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, e com o município do Rio de Janeiro, devido ao maior adensamento da rede de transportes intra e intermunicipal, distritos servidos, ainda por uma importante rodovia (Dutra) e ferrovia (Central).

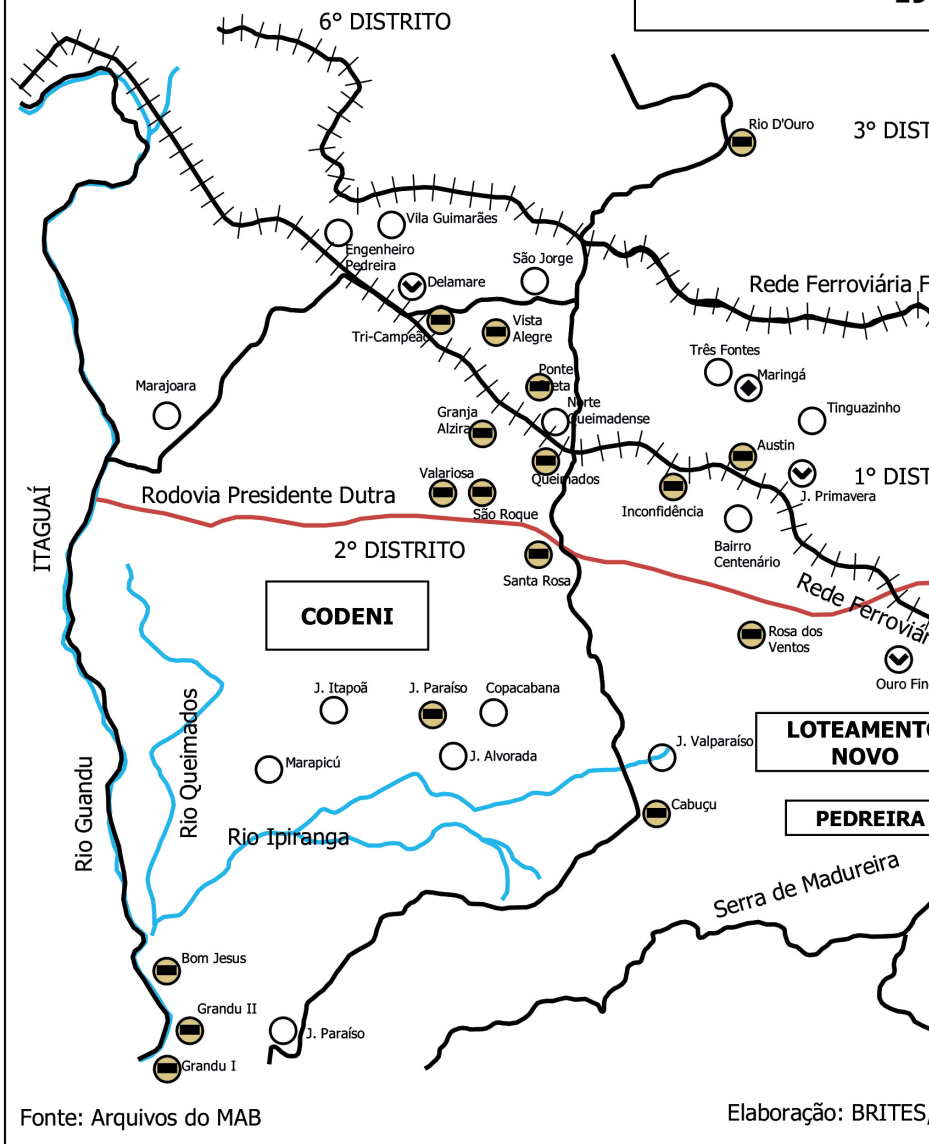
Deve-se observar que nestas áreas localizam-se as indústrias de maior porte do município que, se por um lado não se constituem no grande sorvedouro da massa trabalhadora desses distritos, por outro, devido às suas necessidades, de alguma forma implicaram na dotação de um mínimo de infraestrutura nessas localidades constituindo, provavelmente, fator ao mesmo tempo de atração e conflito, na medida em que certos serviços como água, por exemplo, acabam priorizando o abastecimento industrial em detrimento do residencial, conforme verificamos em algumas notícias de jornais (vide reivindicação de afastamento de manobreiro, quadro 1, p. 105).

Convém atentar, ainda, para a importância da maior proximidade de um centro de comércio e serviços do porte do núcleo de Nova Iguaçu como fator de atração e aglomeração populacional.

Entretanto, apesar desses distritos apresentarem certa dotação de serviços e infraestrutura, estes são irrisórios frente às necessidades exigidas pelas elevadíssimas densidades demográficas aí encontradas. Tal fato se agrava se considerarmos as próprias condições físicas da área, acentuadamente baixa e plana e recortada pelos três maiores canais do município, o das Velhas, Bota e Sarapuí, que periodicamente transbordam inundando essa área, constituindo-se numa ameaça permanente à segurança das pessoas e causando grandes transtornos pelos prejuízos que acarretam no já baixo orçamento familiar.

**MAPA Nº 9**

**BASE TERRITÓRIAS  
19**

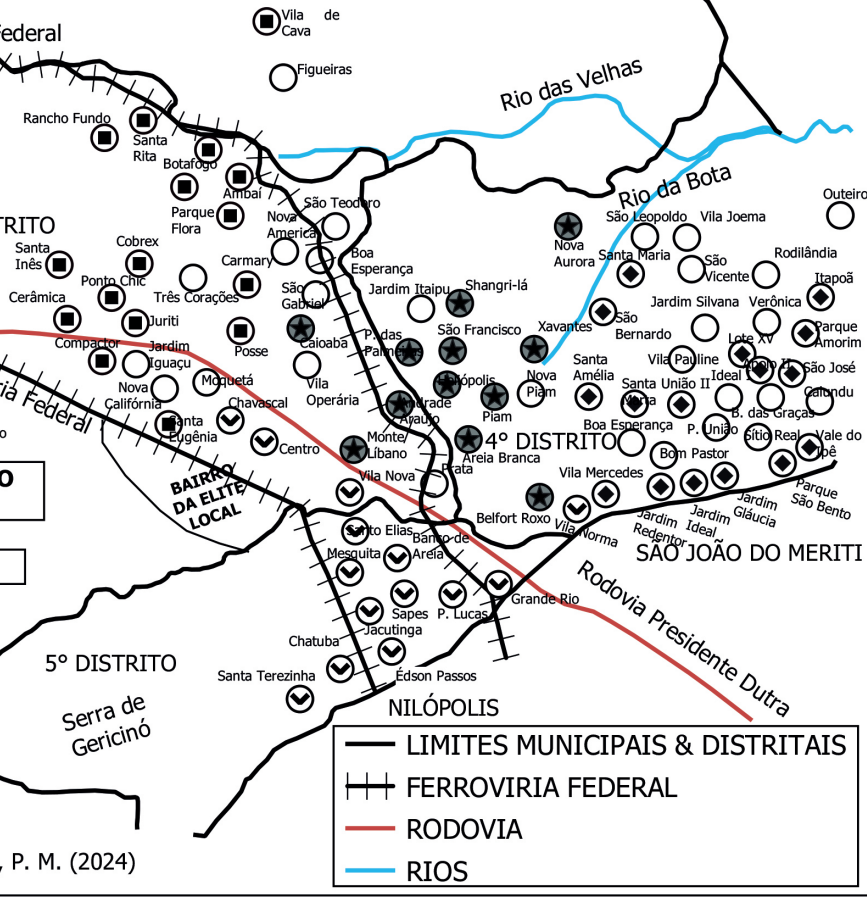


Fonte: Arquivos do MAB

Elaboração: BRITES

# ORIAL DO MAB 81

- I
- II
- III
- ◆ IV
- ▼ V
- NÃO PERTENCENTES AO MAB  
OU NÃO ARTICULADOS COM ELE



P. M. (2024)



A tão alardeada violência da Baixada aí se manifesta com alarmante intensidade destacando-se Belford Roxo, segundo pesquisas da ONU, como a área de maior índice de criminalidade do mundo (segundo notícias de jornal), expressão do acúmulo de tensões concentradas nessas áreas.

Todos esses fatos justificam, embora parcialmente, maior concentração da base territorial do MAB nessas áreas. Ainda que a gravidade dos vários problemas que envolvem a população se manifeste de forma generalizada em Nova Iguaçu, nestes distritos assumem maior intensidade em virtude da sua alta concentração.

Na base territorial do MAB adquire certa especificidade a regional III que congrega bairros situados principalmente no distrito de Queimados (2º) e secundariamente em Japeri (6º). São áreas localizadas nas porções noroeste e sudoeste do município, separadas entre si por vazios desapropriados e reservados em boa parte para o distrito industrial de Nova Iguaçu, área da CODENI, já servida por infraestrutura, destinada especialmente as indústrias que aí venham a ser localizadas. Nesses espaços os loteamentos são escassos, pois provavelmente os vazios existentes fora dos limites da CODENI encontram-se aguardando maior valorização.

Esses dois distritos englobam áreas mais extensas e de mais baixas densidades demográficas que os anteriores, constituindo a dispersão e o isolamento um problema a mais. O contato, seja com as áreas mais centrais do município, seja com o Rio, torna-se mais difícil em decorrência de maiores distâncias e de menor adensamento da rede viária.

A parte sudoeste liga-se mais facilmente ao Rio de Janeiro via Campo Grande, de quem é área de influência, devido isolamento em relação ao centro de Nova Iguaçu, decorrente de grandes distâncias e da precariedade de transportes. Separando essa área dos distritos mais densamente povoados encontram-se bairros da elite de Nova Iguaçu, com densidades mais reduzidas e instalados no centro da cidade entre a linha férrea e a Serra de Madureira, seguidos de bairros e loteamentos mais recentes, alguns com certa presença da classe média local e, finalmente, uma pedreira em atividade que afasta qualquer iniciativa de estabelecimento de moradias. Daí, em direção à área da CODENI, observa-se rarefação de ocupação com loteamentos esparsos.

Convêm ressaltar que a irradiação do MAB até essa área mais distante deve-se à existência de um trabalho de organização de moradores consolidado em Jardim Guandu e anterior ao MAB, que polariza bairros circunvizinhos.

A parte noroeste, embora igualmente distante, é uma área mais antiga que dispõe de melhores condições de comunicação com a área altamente concentrada no centro e sudeste do município principalmente via ferrovia, caracterizando-se por apresentar que poderíamos chamar de um centro regional de Queimados, em torno do qual se distribuem os bairros mais densamente ocupados que, via de regra, se concentram ao longo da via férrea. As áreas mais afastadas vêm sendo progressivamente ocupadas por fluxos cada vez mais intensos que se dirigem para os novos loteamentos que aí vêm se instalando.

Importante ressaltar que Queimados apresenta uma vida econômica bastante autônoma, principalmente em relação ao distrito sede, sendo inclusive reivindicação de forças econômicas e políticas locais a sua elevação à condição de município.

Tudo isso confere certa especificidade, a essa área que se refletirá ao nível do movimento de bairros que aí se desenvolve; prova disso é que, quando estes se integraram ao MAB, já apresentavam uma articulação interna bem expressiva, como se fosse uma mini federação se integrando a uma federação maior.

As baixas densidades de bairros existentes entre nordeste de Queimados e o centro mais ampliado do distrito sede podem ser explicadas, quer pela polarização das áreas centrais desses dois distritos, quer pela existência da Serra de Tinguazinho que estabelece certa descontinuidade entre esses dois centros, ou ainda pelo início da área rural em direção ao distrito de Cava, constituindo exceção a aglomeração onde se destaca Austin e Comendador Soares.

Finalmente, no distrito de Cava (3º), o maior em extensão, em grande parte rural, com vastas porções de seu território ocupado pela Serra de Tinguá e apresentando as mais baixas densidades demográficas do município, poucos bairros são atingidos pelo MAB.

Em linhas gerais, essa é a área de abrangência do MAB em 1981, cabendo chamar a atenção para o fato de que o universo representado no mapa não se restringe aos bairros participantes dessa federação mas, engloba também aqueles

que independentemente desse movimento mais estruturado desenvolvem um movimento mais "espontâneo" e, por essa razão, puderam ser identificados na pesquisa de arquivo de jornal no período compreendido entre 1964 e 1980, lustrados no mapa pelos círculos em branco.

## 2. Movimento "Espontâneo" X Movimento "Organizado"

Enfim, desta trajetória do MAB que aqui tentamos reproduzir até 1981, verifica-se que a notoriedade e o crescimento numérico obtido pelo mesmo deve-se mais à sua capacidade de polarizar as insatisfações de parcelas da população de Nova Iguaçu. Entretanto, não se conseguiu desenvolver uma linha de trabalho que revertesse em maiores possibilidades de desenvolvimento, fortalecimento e solidificação dos diferentes níveis de organização da população a partir do aprofundamento dos laços de solidariedade já existentes com maior ou menor intensidade em cada bairro.

Tal fato, a nosso ver, contribuiu em muito para o refluxo que se observa no MAB a partir de 1979. Porém, a movimentação popular mais "espontânea" prossegue valendo-se de seus próprios meios, apelando para as chamadas soluções "primitivas", demonstrações da pulsação da população que busca, por suas próprias iniciativas, dar conta de suas necessidades.

"O movimento popular não deve sua existência ao poder de mobilização de lideranças institucionais (de governo, de partido, de igreja...), mas à necessidade de sobrevivência. E o clima de carência e de violência generalizadas que leva o povo a reagir. Trata-se, em primeiro lugar, de uma resistência elementar, instintiva, de autoconservação. Mas corresponde a mecanismos - por nos habitualmente desconhecidos - atuantes nos bastidores e que levam à luta pela casa, contra a carestia (bem antes de se organizar em movimento), pela saúde, numa palavra, para ter um espaço mais próprio.

... Tais movimentos são chamados por nós movimentos "espontâneos". Isso pode estar certo no sentido de oposição a movimentos mais conscientes e mais organizados segundo formas por nós conhecidas, mas não no sentido de não exigirem uma certa consciência e elementos de organização, pois são resposta a uma violência comandada que tem sua unidade e racionalidade. Nem tampouco no sentido de não serem eficazes de nenhuma maneira" (PERANI, 1981, p. 26 e 27).

A luz do que foi exposto acima, pode-se inferir que a adesão e a permanência das camadas populares nos movimentos

reivindicatórios tem estado na dependência da eficácia que estes demonstrem e, via de regra, esta eficácia tem ficado condicionada aos resultados do confronto com o poder público.

"As reivindicações por condições adequadas de vida para a maioria da população na América Latina, são incompatíveis com a atual forma de desenvolvimento capitalista no nosso continente. É por isso que, em última análise, essas reivindicações todas estão dirigidas contra o capital - que é o outro polo da relação social de dominação. Mas, ainda assim, o destinatário principal dessas reivindicações é o Estado. Mais ainda: só enfrentando o Estado como adversário, em sua luta, os moradores podem obter resultados concretos. Por que? Porque a maior parte dos problemas comuns enfrentados pelos moradores são aspectos do Consumo Coletivo - e, como vimos, hoje em dia este consumo coletivo faz parte das funções estatais, das obrigações do Governo" (EVERS, PLATENBERG, SPESSAST, 1981, p. 14).

No caso de Nova Iguaçu, por exemplo, em que a atuação do Estado, a nível local se traduzia pelo não atendimento das reivindicações populares, observaremos o refluxo do movimento manifestado pela perda de parcelas de seus participantes.

Neste ponto coloca-se uma questão chave para os movimentos reivindicatórios de bairro, já que as possibilidades de atendimento das reivindicações são bastante limitadas. Desta forma, a arma de maior eficácia de que dispõem estes movimentos tem sido a mobilização popular massiva e pública<sup>50</sup>. Porém, para que esta seja eficiente, pressupõe condições que garantam a continuidade, a radicalização e o questionamento contundente da capacidade do Estado de garantir o bem-estar social, abalando, por tanto, as bases de legitimação do siste-

---

50 "As lutas de bairro hoje na América Latina, com toda a sua riqueza e variedades de expressões têm encontrado nas manifestações públicas de massa (ou nos prenúncios de manifestação) o principal instrumento de pressão e o único realmente eficaz. Naturalmente, o emprego desse instrumento depende de muitos outros fatores adicionais: capacidade organizativa, reivindicações concretas, conjuntura política que vai indicar as brechas que podem ser aproveitadas, etc." (EVERS, PLATENBERG, SPESSAT, 1981, p. 18).

ma<sup>51</sup>. Além do mais, como são movimentos de consumidores, não têm como atingir diretamente o nervo central do sistema, que é a sua base produtiva.

Devemos atentar, entretanto, para o fato de que nem sempre o Estado se manifesta de uma mesma maneira, o que expressa a sua plasticidade. Em certas conjunturas, este pode acenar com a possibilidade de atendimento às reivindicações populares. E quando não só acena, mas também atende de alguma forma, há o risco de esvaziamento e/ou de cooptação do movimento.

"Em Nova Iguaçu ficamos surpresos porque não há uma resposta da Prefeitura direta aos moradores, porque se a Prefeitura tivesse um cara mais hábil, mais populista, o movimento se esvaziaria muito mais. Imagine se o prefeito fizesse uma política populista e botasse mutirão nos bairros para colocar manilhas, lâmpadas, esse atendimento levaria os moradores a assumir as propostas que o governo viesse a levantar. Nós remendaríamos os planejamentos que a Prefeitura faz" (Enock Cavalcanti).

A partir do exposto acima uma outra importante questão se coloca no tocante a estes movimentos reivindicatórios de bairro, que é o da sua capacidade de autossustentação, independentemente dos diferentes tipos de postura que o Estado manifesta. Pois que uma coisa é estes movimentos conseguirem polarizar e canalizar os anseios reivindicatórios em direção ao poder público em função de sua maior ou menor eficiência administrativa, e outra é contribuir para que os moradores dos bairros percebam que as caóticas condições de vida a que são submetidos são fruto de sua situação de classe.

Portanto, para que estes movimentos se mantenham invulneráveis às reações do Estado torna-se imprescindível que mesmos consigam manter a unidade dos moradores para além daqueles motivos mais imediatos que os uniram. E isto só se

---

51 Vide quebra-quebra de ônibus em Salvador no ano de 1980, devido ao aumento do preço das passagens que, ainda que não expresse uma radicalização organizada e planejada da população, mas abalou especificamente o governo local, o qual embora garantindo os interesses dos empresários dos transportes coletivos, subsidiando o óleo diesel, conseguiu dessa forma baixar os preços das passagens.

torna possível quando estes movimentos, que possuem níveis e formas de organização mais elaborados, estão colados à já pré-existente movimentação da população.

As poucas benfeitorias existentes nos bairros de Nova Iguaçu, por exemplo, são em boa parte fruto do trabalho coletivo de seus moradores, os quais se juntam e se organizam para construir desde a própria casa até a colocação de lâmpadas nas ruas, a abertura de valas etc. E é assim, muitas vezes, também, que vão sendo construídos e organizados os clubes populares, os times de futebol, os blocos carnavalescos, as festas juninas etc., que constituem formas de organização geradas a partir das quase nunca consideradas necessidades de lazer da população pobre. Exemplos ilustrativos do exposto acima são algumas experiências de organização dos moradores, das quais tomamos conhecimento nas nossas andanças e entrevistas realizadas em Nova Iguaçu. É o caso do processo de organização dos moradores de Jardim Guandu que desembocou na formação de uma associação.

"Quando chegamos no Guandu, não havia nada. Apenas terra e capim e poucas pessoas. Sentimos necessidade de construir uma igreja, pois não havia nenhuma. A firma em que eu trabalhava e que loteava as terras nos cedeu dois lotes. Fizemos muita coisa para arrecadar dinheiro: quadilha, bloco de carnaval - A flor dos beijos - queiros.

Através deste movimento surgiu a necessidade de se fazer alguma coisa para melhorar as condições de vida do bairro<sup>52</sup>.

Assim partem para resolver o problema da água que e apresentava como o mais grave. Inicialmente fizeram em requerimento que não foi aceito pela CEDAE alegando não terem aqueles moradores uma representação oficializada. Partiram, então, para a fundação de sua associação, dando logo a seguir entrada em novo requerimento que foi aceito, sem contudo solucionar o problema, alegando a CEDAE, desta vez, falta de material, que estava sendo empregado na Barra da Tijuca. Diante de tais fatos, os moradores apelaram para suas próprias soluções: cotizaram-se para a compra de canos e implantaram

---

52 Trecho de entrevista concedido à revista "Tempo e Presença", publicação mensal do CEDI, nº 165, Jan./Fev. de 81, pela presidente da Associação de Moradores Jardim Guandu, Maria José de Souza.

mil e duzentos metros de rede, conseguindo água clandestinamente. Vinte dias depois a CEDAE cortou a água, mas os moradores descobriram que o engenheiro responsável pelo desligamento acobertava ligações clandestinas em outras áreas. E ameaçaram denunciá-lo, caso não religasse a água. Como não conseguiram, dirigiram-se ao governador denunciando o fato, conseguindo, finalmente, a solução do problema.

No Jardim Guandu, os moradores driblaram os labirintos da burocracia oficial, buscando por conta própria resolver seu problema, sendo expostos a uma situação de ilegalidade, que acabou sendo considerada legal em virtude da resistência dos moradores. Porém, o nível de organização e a capacidade de resistência atingidos se devem, em grande parte, à união dos moradores que foi sendo construída e sedimentada desde o início, em torno de necessidades e interesses comuns.

A autoconstrução da igreja, combinada com atividade de lazer, atendia a determinadas necessidades daquela população e se constituiu no ponto de partida para o estabelecimento dos laços de solidariedade e desenvolvimento das potencialidades dos moradores. Vale destacar, ainda, que o próprio "surgimento" da associação resultou do processo de movimentação pré-existente daqueles moradores. Logo, esta associação, considerada uma das mais mobilizadas do MAB, e que se sustenta independentemente dos momentos de pique do movimento deve isso, em grande parte, à forma como foram construídas as suas bases de sustentação.

Outra rica experiência de organização dos moradores foi registrada por nós no Jardim Gláucia, bairro onde mora a atual presidente do MAB. Conforme visto anteriormente, a atuação do Jardim Gláucia se estende pelos bairros vizinhos constituindo-se, também, num dos bairros mais mobilizados do MAB.

Durante quatro anos esse bairro e sua área de influência travaram uma luta por um sinal luminoso. Fizeram abaixo-assinado, foram em comissão ao DETRAN, concentraram-se na porta deste com cartazes e faixas, até que finalmente conseguiram o tão reivindicado sinal. No dia da inauguração cerca de 500 pessoas participaram do evento que, só não foi capitalizado pelas autoridades presentes, devido ao fato dos moradores denunciarem o seu alto custo, em termos de vidas, para que aquele simples sinal fosse concedido. Fizeram uma pesquisa prévia que acusava um saldo de 96 acidentes com 38 mortes, resultados que foram ilustrados nas faixas e carta-



zes, acabando com a festa dos inauguradores.

Entretanto, a capacidade de resistência e persistência nesses quatro anos de luta e a iniciativa de não permitir que os padrinhos das obras prontas colhessem os frutos, devem-se à credibilidade que os moradores depositam nesta associação, resultante do seu próprio processo de organização que desembocou na sua formação, como veremos a seguir<sup>53</sup>.

Em 1956, como não havia escola no Jardim Gláucia, Terezinha Lopes, que é professora primária, abriu uma sala de aula na sua própria casa que foi absorvida mais tarde pelo Movimento Popular de Alfabetização no Governo Roberto Silveira. Como esta sala era insuficiente para a grande procura, no final de 1959 foram ao governador, às Pioneiras Sociais, à Prefeitura, sem nada conseguir. Então a professora discutiu primeiro com os alunos e depois com os pais, e resolveram eles próprios construir a escola, em função do que decidiram que naquele ano não realizariam as tradicionais festas do Dia da Criança e do Natal, pois todos os recursos seriam destinados à construção da escola.

Inicialmente fizeram uma campanha para conseguir o material necessário, tendo como ponto de partida as crianças que se incumbiram de arranjar as pedras. Chegaram pedras de vários tamanhos, de várias cores, de todos os lados, catadas nas ruas, nas obras em que seus pais trabalhavam, a ponto das crianças já não atirarem pedras umas nas outras. As pedras maiores, que eram apanhadas em lugares mais distantes, eram trazidas pelos carroceiros locais que cediam suas carroças gratuitamente.

Pais e mães também participaram da campanha cavando areia, ajudando na obtenção de finanças, seja fazendo doações de material, seja vendendo bônus (Cr\$ 5,00) no trabalho, na porta do Jardim Zoológico, um garoto começou a vender jornais e revistas, cotizaram-se para a compra do cimento etc...

Como os pais só dispunham dos fins-de-semana, levariam muito tempo para aprontar a escola e resolveram contratar alguns pedreiros para irem adiantando a obra durante a semana. As mães viraram serventes-de-pedreiro, assentaram tijolos, cavaram areia no areal. Quando as paredes já estavam levantadas veio um vendaval e derrubou tudo. Recomeçaram

---

53 A luta pelo sinal luminoso iniciada em 1976, teve seu desfecho em 1980. Os dados sobre esta reivindicação foram retirados do "Encontro", julho de 1980.

novamente a obra e em março de 1960 inauguram duas salas de aula que ainda eram insuficientes para as necessidades. Recorreram então, a uma igreja local da Assembleia de Deus, que cedeu suas dependências para atendimento de mais de 100 crianças.

Para a construção da terceira sala de aula, do muro, da secretaria, da varanda, calçada e cisterna fizeram nova campanha da pedra, que a essa altura já se tornara tradição, e dirigiram-se mais uma vez ao Governo do Estado para solicitar recursos da loteria, o que foi conseguido depois de muita insistência e humilhações a que tiveram que se submeter.

Já nessa época o problema da merenda escolar era solucionado pela comunidade: uma vizinha fazia o mingau na sua própria casa, os alunos levavam sua colher de açúcar, alguns moradores doavam alimentos de suas hortas, quitandeiros, locais também colaboravam e o leite era obtido inicialmente através do chefe dos escoteiros de Nova Iguaçu e posteriormente da Prefeitura.

Todo esse processo de construção da escola contou com ampla discussão e participação dos moradores que planejaram conjuntamente as atividades e faziam rigoroso balancete das despesas. Tudo isso era levado muito a sério porque "a escola era uma necessidade imensa".

E nessa luta os laços de solidariedade iam sendo fortalecidos, conformando uma identidade comunitária própria, que pode ser percebida através de uma simples comemoração, como no caso do aniversário de Therezinha Lopes, quando lhe foi entregue como presente, em nome da comunidade, um pedaço de pedra utilizado na construção da nova escola. A pedra, a esta altura, já se constituía num símbolo do trabalho coletivo daquela comunidade. Daí surge o poema "A Criança e a Pedra", de autoria da própria Therezinha.<sup>54</sup>

---

54 O relato das lutas desenvolvidas no Jardim Glauca foi extraído de entrevista concedida à autora pela presidente da Associação de Moradores desse bairro, Therezinha Lopes.

## A CRIANÇA E A PEDRA

Foi em 12 de outubro  
há vinte anos atrás  
que essa estranha união  
da criança com a pedra  
e da pedra com a criança  
escreveram uma  
bonita página na História  
do Jardim Gláucia

Autoridades consultadas  
não deram esperança.  
As pedras estavam soltas  
nas ruas e nos quintais  
As crianças entenderam  
que com o seu trabalho  
iam interferir na realidade.

A soma da energia  
catando, juntando, unindo,  
resultou na certeza  
de que seria possível  
a construção de nossa escola.  
Quando as pedras catadas  
se encontravam com o cimento  
e a areia, pelo braço do pedreiro,  
no vira-vira da pá

Os olhos dos pequenos catadores  
assistiam extasiados, pelo milagre  
do trabalho, o nascimento do  
concreto que seria a base,  
o alicerce que suportaria  
as paredes e o telhado  
de nossa escola.

Em abril de 1961 a escola sorria  
em festa.  
Hoje o prédio foi demolido  
pelos trabalhadores da Prefeitura  
mas o alicerce ainda está lá.  
E se as pedras pudessem dizer  
como chegaram até ali  
aí sim! vocês iam saber  
o que foi aquele 12 de outubro para todos nós!

Terezinha Lopes  
12/10/81

Essas duas experiências de organização de moradores aqui relatadas, são bastante demonstrativas das potencialidades das camadas populares manifestadas nas suas lutas de resistência, as quais nem sempre são percebidas enquanto tal, pelo fato de quase sempre ocorrerem de forma dispersa e fragmentada e muitas vezes também não são devidamente valorizadas por serem consideradas de nível de organização e de politização mais "elementares".

Como podemos constatar, tanto os moradores de Jardim Gláucia como os de Jardim Guandu não se imobilizaram frente às reações do Estado e "deram a volta por cima" a partir de suas próprias soluções, as quais por mais limitadas que sejam no que se refere a um condizente atendimento das necessidades daqueles moradores, apresentam, entretanto, alguma eficácia para os mesmos.

Se nos remetermos ao caso do MAB, por exemplo, o que observaremos é que este só se torna mais palpável para a população nos grandes momentos do movimento, em função da expectativa do atendimento das reivindicações por outra via que não aquelas diretamente utilizadas pelos moradores. Desse fato derivam em grande parte as dificuldades do movimento, pois o mesmo não conseguiu se enraizar no cotidiano da população, uma vez que os esforços que foram dispendidos dirigiram-se mais para mobilizar a população para fora dos bairros, em lutas cujas possibilidades de ganhos eram bastante limitadas, seja pelas formas de condução do movimento e/ ou pelas características dos adversários com que se defrontava. Consequentemente isto acarretava o refluxo do movimento, pois como vimos, os desdobramentos que se seguiam às mobilizações de maior porte se limitavam ao encaminhamento das reivindicações através das vias burocráticas oficiais, sem ao mesmo tempo buscar desenvolver e aprofundar os laços de solidariedade, via de regra já existentes no interior dos bairros, no sentido de ampliar e sedimentar a união dos moradores.

Vale ressaltar que estes laços de solidariedade, quase sempre são estabelecidos a partir das necessidades objetivas das camadas populares; na impossibilidade de suprirem suas necessidades devido ao seu limitado poder de consumo e/ ou poder de exercer pressão sobre o Estado, apelam para as chamadas soluções "primitivas" que, se da nossa ótica podem parecer por demais elementares e precárias, para elas apre-

sentam uma dada eficácia.

Porém nem sempre estas soluções "primitivas" podem ser compreendidas individualmente, o que vai demandar um esforço coletivo que se torna possível devido ao fato de que geralmente as necessidades que as geram são também comuns.

Devemos esclarecer, entretanto, que o questionamento que aqui estamos realizando não se vincula obviamente ao fato, seja do MAB ou de qualquer outro movimento de se utilizar das chamadas vias parlamentares, pretendemos chamar a atenção para a questão da importância da capacidade de autossustentação do movimento e da preservação de sua identidade própria, e esta a nosso ver, depende, em grande parte, dos elos estabelecidos entre o movimento mais organizado e as "virações" cotidianas das camadas populares.

E quando nos referimos à necessidade do movimento mais organizado se colar à "viração" cotidiana da população, é que entendemos ser tarefa dele, "pressentir no cotidiano as forças criativas engendradas nas práticas de sobrevivência e reprodução desses contingentes populacionais" (LAMPARELLI, 1982, p. 5). Em suma quando chamamos a atenção para tal fato, não se trata de fazer a apologia demagógica e/ou basista da tão decantada "criatividade popular", porém a interpretamos como uma forma de resistência própria

E, a nosso ver, é um desafio que se coloca para esses movimentos mais organizados, resgatar essa criatividade, valorizá-la, desenvolvê-la, contribuindo para que explicito o sentido que já contém, que é o de resistência de classe.

**DEPOIMENTOS:**

- José Bertoldo Brandão Filho, uma das primeiras lideranças de base do movimento e um dos iniciadores do trabalho do Parque Flora, presidente da Associação desse bairro, fazendo parte da atual diretoria do MAB.
- José Abranches, também um dos elementos de base iniciadores do movimento em Parque Flora, vice-presidente dessa Associação e conselheiro do MAB.
- Madalena Abranches, liderança de base do Parque Flora desde o início e tesoureira da Associação de moradores.
- Enock Cavalcanti, jornalista do Correio da lavoura e antigo militante do movimento, hoje conselheiro do MAB.
- Nelson Nahun, membro da atual diretoria do MAB.
- Ivo Carvalho, um dos agentes sociais médicos que iniciou o movimento e participante da coordenação do MAB até 1981.
- Maria José de Souza, presidente da Associação Jardim Guandu, uma das principais lideranças de base do movimento e membro da atual diretoria do MAB.
- Dilcéia Nahun, membro da atual diretoria do MAB.
- Therezinha Lopes, presidente da Associação do Jardim Gláucia, uma das primeiras lideranças do movimento e presidente da atual diretoria do MAB.



## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos a desenvolver esta dissertação de mestrado tínhamos em mente realizar um trabalho científico que não se restringisse a ser uma mera tarefa acadêmica, mas que pudesse se constituir numa contribuição para aqueles que, através do seu trabalho, sustentam a universidade na qual tive o privilégio de estudar, e no entanto a ela não tem acesso.

E foi também essa perspectiva que nos orientou na escolha do tema - "Espaço e Movimentos Reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu" - tendo como fio condutor a investigação das bases social e territorial desse município, buscando focalizar as condições apresentadas neste espaço para a reprodução das camadas populares que nele vivem, suas determinações, e as tramas que ali se desenvolveram a partir destas condições e suas implicações no tocante ao surgimento de um movimento reivindicatório de moradores, no caso o MAB.

E tendo em vista esses objetivos procuramos, na medida do possível, reconstituir a história da construção do espaço Nova Iguaçu visando colher subsídios que nos possibilitassem uma melhor compreensão do mesmo no presente. E assim pudemos acompanhar, ainda que de forma bastante sumária, o processo evolutivo de produção desse espaço, nos remetendo aos primórdios de sua estruturação, quando desempenhava o papel de espaço produção-circulação de mercadorias, ainda na economia colonial. Entretanto, nos prendemos mais detidamente na sua história mais, recente, de espaço destinado à reprodução de parcelas do proletariado urbano no contexto do processo de elaboração da RMRJ.



Assim travamos contato com a "cidade do trabalho"<sup>55</sup> que, se por um lado foi gerada pelo capital como um empreendimento planejado e produzido na sua racionalidade por outro lado também é "fruto do cotidiano de trabalho, fadiga e esforço criativo de uma população"<sup>56</sup> já que "a ocupação do espaço e a forma/conteúdo sob os quais ocorre - traduz-se numa conquista realizada no dia a dia e, não, somente nas situações de aguçamento dos enfrentamentos políticos"<sup>57</sup>.

Enfim, pouco a pouco, Nova Iguaçu foi se conformando para nós como uma unidade socioespacial em que o caráter da base social é explicativo da base territorial, impulsionando esta última as lutas da primeira. Porém, em última instância, os conflitos que aí eclodem não se explicam exclusivamente pela mesma, já que são efeito de uma situação que é trazida para este espaço por uma população cujos destinos são pré-definidos segundo sua inserção nos espaços da produção.

E mais, esta unidade socioespacial não se define pura e simplesmente como resultado-expressão de uma dada situação, ou seja, da própria situação da massa trabalhadora brasileira, já que as parcelas desta que neste espaço vivem, por sua vez aí desenvolvem, através da sua luta pela sobrevivência, a sua resistência cotidiana à cristalização nesse espaço de sua situação de massa trabalhadora.

Em outras palavras, não entendemos esse espaço tão somente como resultado-cristalização de processos desencadeados pelo desenvolvimento capitalista em nosso país, mas também como um espaço potencialmente portador de novos processos que fogem à lógica dominante, em oposição à radicalização assumida pelas condições de vida das camadas populares, traduzidas por segregação, isolamento/ fragmentação, exaustão, solidão, expurgo, e muito mais. E a esta radicalização opõe-se a própria luta pela sobrevivência neste

---

55 Por "cidade do trabalho" LAMPARELLI entende aqueles espaços da cidade destinados à reprodução da força de trabalho, produzidos pelo capital como condição geral da acumulação. Vide "As incertezas na urbanização capitalista como condições gerais e socializadas para a reprodução da força de trabalho". Celso Monteiro Lamparelli, 1982, p. 5 e 10, mimeo.

56 LAMPARELLI, idem, p. 5.

57 Ver Ana Clara Torres Ribeiro, "Espaço, Interdisciplinaridade e Política", publicado nos Anais do 4º Encontro Nacional dos Geógrafos, 1980, Rio de Janeiro, p. 242.

espaço daqueles que heroicamente resistem a tanta miséria, dificuldade, tentando viver quando tudo conspira para tornar-lhes impossível a vida.

Logo, se na leitura inicial desse espaço o concebíamos como um espaço condensação de miséria, ao travarmos contato com os heróis anônimos que o construíram revelou-se ser este também um espaço condensação de energia e de potencialidades, que se constitui em terreno fértil para a atuação de várias forças, entre as quais se destacam a igreja, os partidos políticos e o MAB, que de alguma maneira expressaram essas potencialidades ainda que haja uma diluição das mesmas na medida em que são capitalizadas e canalizadas para várias direções e fins.

Para finalizar devemos enfatizar que, se por um lado a perspectiva política que orientou a realização desse trabalho nos abriu caminhos para uma nova leitura desse espaço, ao vivenciarmos este na sua concretude, novas perspectivas também se abriram para uma prática acadêmica e política mais enriquecidas, animados com a descoberta de um espaço que também é resistência, onde as potencialidades nele existentes, ainda que não se manifestem em toda a sua plenitude, ali estão contidas. Portanto, este é também um espaço portador de novas esperanças.



## BIBLIOGRAFIA

- BBCKER, Bertha K. "Espaço e Políticas Reflexões sobre a Significância da Escala Local". Rio de Janeiro, 1982, mimeo.
- BONDUE, Nabil e ROLNIK, Raquel. "Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do Espaço como Expediente da Reprodução da Força de Trabalho" em Ermínia Maricato (Org.) A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1979.
- BORJA, Jordi. Movimentos Sociais Urbanos. Ediciones SIAP-PLANIBOS, Buenos Aires, 1975.
- BRASILEIRO, Ana Maria. A Fusão: Análise de uma Política Pública. Série Estudos para o Planejamento, no 21, IPEA/IPLAN, Brasília, 1979.
- CAMARGO, C.P. F. e Outros. São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza. Edições Loyola, São Paulo, 1976.
- CASTELLS, Manuel. La Questión Urbana. São Paulo, Siglo Veintiuno Editores, México, 1972.
- CASTELLS, Manuel. Lutas Urbanas e Poder Político. Edições Afrontamento, Porto, 1976.
- CASTELLS, Manuel. Cidade, Democracia e Socialismo: A Experiência das Associações de Vizinhos de Madrid. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- CASTRO, Mary Garcia. "O Migrante na Cidade do Rio de Janeiro (um Estudo sobre Padrões de Distribuição Residencial da População)". Dissertação de Mestrado, COPPE, UPRJ, 1977.
- CASTRO, Pedro. "Mobilização Popular e Movimentos Sociais Urbanos". PUC/RJ. Congresso Interno, 1979, mimeo.
- CASTRO, Pedro. "Indícios na Tela da Mobilização Popular; O Caso de Acari". IUPERJ/RJ, Seminário de Estudos Urbanos, 1981, mimeo.

- CIDU, Equipo de Estudios Poblacionales. "Reivindicacion Urbana y Lucha Política: los Campamentos de Pobladores en Santiago de Chile em Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, EURE, Vol. II, Novembro, nº 6, Chile, 1972.
- COHN, M.G.M. "A Questão dos Movimentos Sociais Urbanos". Em Cadernos do Centro de Estudos Urbanos e Rurais, no 13, São Paulo, Set. de 1980.
- CORREA, R. Lobato e outros. "Geografia e Sociedade. Os Novos Rumos do Pensamento Geográfico" em Revista de Cultura Vozes, Ano 74, no 4, Maio, 1981.
- COSTA, Marta Bebiano. "Loteamento na Periferia do Rio de Janeiro: um Espaço de Luta". Tese de Mestrado, PUR-COPPE, UFRJ, 1979, mimeo.
- ELIAS, Roseli. "Cotidiano e Conflito na Organização de Base". Rio de Janeiro, 1982, mimeo.
- PERREIRA, Vitor Matias. Movimentos Sociais Urbanos. Edições Afrontamento, Porto.
- FORTI, Reginaldo (org.). Marxismo e Urbanismo Capitalista. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- GAUDEMAR, Jean Paul. Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital. Editorial Estampa, Lisboa, 1977.
- HARVEY, David. "Trabajo, Capital y Lucha de Clases en Torno al Medio Construido en las Sociedades Capitalistas Avanzadas". em Geografia Radical Anglosajona. Publicacion del Departament de Geografia de la Universitat Autonoma de Barcelona, Bella-terra, no 1, Dezembro, 1977.
- KOHARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- LACOSTE, Yves. La Geografia: Un Arma para la Guerra. Barcelona, 1967.
- LEFEBVRE, Henri. O Pensamento Marxista e a Cidade. Editora Ulisséla, Lisboa, 1972.
- LESSA, Carlos. Entrevista concedida à revista Espaços, publicada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Ano I no 3, Seção Rio de Janeiro, Dez. 1981.
- LIPIETZ, Alain. Le Capital e Son Espace. Paris, Ed. François Maspero, 1977.
- LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 1981.
- MACHADO DA SILVA, L. A. e ZICCARD, A. "Notas para uma Discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos" em Cadernos do Centro de Estudos Urbanos e Rurais, nº 13, São Paulo, Set. de 1980.
- MELLO, J. M. C. e BELUZZO, L.G.M. "Reflexões sobre a Crise Atual", São Paulo, mimeo.
- MELLO, J. M. C. "O Capitalismo Tardio (Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira)".

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 1975.

- MOISÉS, José Alvaro e MARTINEZ. ALLIER, V. "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão o Trem Atrasou" em Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. Coleção Primeiros Passos/ Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- MOREIRA, Ruy. "A Geografia Serve para Desvendar Máscaras Sociais" em Território Livre, no 1, Edições UPEGE, São Paulo, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". Em Estudos CEBRAP, no 2, São Paulo, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia de Dependência Imperfeita. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1977.
- QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- QUEIROS, Leda Lúcia dos Reis Falcão de. "Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu. o povo exige passagem". Dissertação de Mes trado, PUR-COPPE, UFRJ, 1981, mimeo.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Movimentos Sociais Urbanos. Algumas Reflexões" em Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos, Edições AGB, Rio de Janeiro, 1980.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Habitação Popular e Movimentos Sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro, 1981, mimeo.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Movimentos Sociais Urbanos. Registros brasileiros". Trabalho apresentado ao Vº Encontro da ANPOCS, Friburgo, 1981, mimeo.
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. Editora Hucitec, São Paulo, 1978.
- SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Editora Vozes, Petrópolis, 1979.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinicius C. (orgs.). São Paulo: O Povo Movimento. Ed. Vozes/CEBRAP, 1980.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1980.
- SINGER, Paul. A Crise do Milagre. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- SOARES, M. T. de Segadas. "O Conceito Geográfico de Bairro e sua Exemplificação na Cidade do Rio de Janeiro" em Separata do Boletim Carioca de Geografia, Rio de Janeiro, Ano XI, no 3 e 4.
- SOARES, M.T, de Segadas. Nova Iguaçu, Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro. Tese de Livre-docência à Cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1960.
- VALLADARES, Licia do Prado. Passa-se uma Casa, ZAHAR

Editores, Rio de Janeiro, 1978.

- VETTER, David Michael e Outros. "Espaço, Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infraestrutura do Município do Rio de Janeiro" em Revista Brasileira de Geografia, Ano 41, No 1 e 2, Jan/Jun, 1979.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos Sociais Populares: Aspectos Econômicos Sociais e Políticos. Apresentado no Congresso Internacional de Teologia (CIET), São Paulo, 1980.

#### OUTRAS FONTES:

- Periódicos:
  - Cadernos do CEAS no 75, Set./Out. de 1981
  - Arquivo do Correio da Lavoura, Nova Iguaçu
  - Arquivo do MAB, Nova Iguaçu
- Publicações da Fundação IBGE
- Publicações da FUNDREM

**ANEXO****DIFERENCIAÇÕES DA BASE SOCIAL EM AMBAÍ-PARQUE FLORA****I - HOMENS****1. Indústria****1.1 Indústria de Construção Civil:**

Pedreiro .....	10
Servente .....	7
Serralheiro.....	5
Pintor .....	2
Estufador.....	2
Carpinteiro .....	2
Ladrilheiro.....	1
Piloneiro.....	1
Armador.....	1
Colocador de revestimento.....	1
Bombeiro hidráulico.....	2
Eletricista .....	1
Total.....	35

C/ Vínc. Emp. ....	13
S / Vínc. Emp. ....	14
Aposentados.....	5
Autônomos.....	3
Total.....	35

**1.2 Outros Ramos da Indústria**

Operário .....	6
Metalúrgico .....	1
Operador de Máq. ....	1
Caldeireiro.....	3
Gráfico .....	2
Embalador .....	1
Marceneiro.....	1
Soldador .....	3
Total.....	18

C/ Vínc. Emp. ....	13
S / Vínc. Emp. ....	5
Total.....	18

**2. Comércio e Serviços****2.1 Serviços mais ligados ao ramo industrial**

Pintor de Carros .....	3
Mecânico .....	4
Lanterneiro.....	1
Lubrificador.....	3
Total.....	11

C/ Vínc. Emp. ....	4
S / Vínc. Emp. ....	4
Autônomos.....	1
Total.....	9

**2.2. Serviços mais gerais**

Carregador .....	3
Entregador .....	1
Faxineiro.....	2
Porteiro .....	4
Lixeiro .....	1
Vigia.....	5
Camelô .....	7
Cozinheiro .....	1
Garçom.....	3
Comerciário .....	8
Ascensorista .....	1
Func. Público .....	7
Aux. Escritório.....	2
Enfermeiro .....	1
Alfaiate .....	1
Motorista .....	11
Ferrovário .....	1
Trocador .....	1
Corretor .....	1
Decorador.....	1
Comerciante.....	6
Total.....	67

C/ Vínc. Emp. ....	32
S / Vínc. Emp. ....	13
Aposentados.....	5
Autônomos.....	10
Comerciantes.....	7
Total.....	67



## II - MULHERES

### 1. Comércio e Serviços

Emp. Doméstica.....	31
Costureira .....	10
Lavadeira .....	4
Comerciária.....	4
Merendeira.....	1
Cabeleireira.....	2
Aux. Enfermagem.....	1
Revendedoras de Roupas .....	1
Chefe de Rouparia.....	1
Prof. Primária .....	2
Contadora.....	1
Func. Pública .....	1
Total.....	59
C/ Vínc. Emp. ....	13

FONTE: Trabalho de Campo realizado em Julho de 1981.

Título: No caminho com Maiakóvski  
Autor: Eduardo Alves da Costa  
Imagem original da primeira edição.

Na primeira noite eles se aproximam  
E colhem uma flor de nosso jardim  
E não dizem nada.  
Na segunda noite já não se escondem  
pisam as flores, matam nosso cão.  
E não dizemos nada.  
Até que um dia o mais frágil deles  
Entra sozinho em nossa casa,  
Rouba-nos a lua, e conhecendo nosso medo  
Arranca-nos a voz da garganta.  
E porque não dissemos nada,  
Já não podemos dizer nada.

2024 Editora Lutas Anticapital

Impresso:

Fonte: Eleganty Typewrite